

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS DA
SOCIEDADE**

FAUSTINO TEATINO CAVALCANTE NETO

**O PCB PARAIBANO NO IMAGINÁRIO SOCIAL: O CASO
FÉLIX ARAÚJO NA FASE DA “REDEMOCRATIZAÇÃO”
(1945 – 1953)**

CAMPINA GRANDE – PB

2006

FAUSTINO TEATINO CAVALCANTE NETO

**O PCB PARAIBANO NO IMAGINÁRIO SOCIAL: O CASO
FÉLIX ARAÚJO NA FASE DA “REDEMOCRATIZAÇÃO”
(1945 – 1953)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Sociedade, área de concentração Educação, Linguagem e Diversidade Cultural, linha de pesquisa Memória e Discurso, elaborada após integralização curricular do Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade.

Orientador: Professor Dr. Josemir Camilo de Melo

CAMPINA GRANDE – PB

2006

F ICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL-UEPB

C376p Cavalcante Neto, Faustino Teatino
 O PCB Paraibano no Imaginário Social: O
 Caso Félix Araújo na Fase da
 “Redemocratização” (1945-1953) / Faustino
 Teatino Cavalcante Neto. – Campina Grande:
 UEPB, 2006.

141f.

Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em
Ciências da Sociedade) – Universidade Estadual
da Paraíba.

1 - Partido Político

I - Título

22. ed. CDD 306.26

FAUSTINO TEATINO CAVALCANTE NETO

**O PCB PARAIBANO NO IMAGINÁRIO SOCIAL: O CASO
FÉLIX ARAÚJO NA FASE DA “REDEMOCRATIZAÇÃO”
(1945 – 1953)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Sociedade, área de concentração Educação, Linguagem e Diversidade Cultural, linha de pesquisa Memória e Discurso.

Aprovada em: ____ de _____ de _____

COMISSÃO EXAMINADORA

**Josemir Camilo de Melo (Dr. UEPB)
(Presidente – Orientador)**

**Gervácio Batista Aranha (Dr. UFCG)
(2º Membro)**

**Margot Barbosa Schulze (Dra. UEPB)
(3º Membro)**

AGRADECIMENTOS

Ao professor Josemir Camilo de Melo por sua orientação didática, disponibilidade, compreensão e dedicação no desenvolvimento de todo trabalho;

A todos os professores do Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade da Universidade Estadual da Paraíba pelos conhecimentos repassados;

Ao colega Gervácio Batista Aranha pelos vários momentos que dedicou a instruir-me na arte da pesquisa;

Aos colegas do Curso pelos momentos de alegria e tristezas compartilhados;

A minha esposa Sheyla Márcia de Sousa Freitas e filha Bárbara Freitas Cavalcante, pelo estímulo nos momentos de desânimo, e

Aos meus irmãos e pais José Teatino Cavalcanti e Rita Araújo Cavalcante por depositarem em mim toda confiança e segurança necessária a minha carreira profissional.

Minha infância foi assombrada por temores que recorro com perfeita nitidez: o de ser raptada por ciganos ou por comunistas. Dos primeiros, estaria a salvo se não me desprendesse da mão firme e protetora de minha mãe; mas dos comunistas, não sei por que, eu tinha a noção de um poder maior, acima de minha família: o poder do Estado. Portanto, o comunismo teria que ficar bem distante de meu país. Poderia haver destino pior para uma criança que ser “arrancada” de seus pais, pelos comunistas, e ser internada indefinidamente num internato estatal, sem chances de evadir-se? Pois, como eu poderia fugir da “cortina de ferro”? No meu imaginário, todos os países comunistas estavam segregados e agrupados em um “bloco” e cercados, literalmente, por pesadas, imóveis e inexpugnáveis cortinas de ferro, que impediam as pessoas de entrarem ou saírem. Isoladas de tudo e de todos, era a imagem da falta de liberdade que os comunistas infligiam aos “povos escravizados” (RAAD, 2005, p. 01).

Cavalcante Neto, Faustino Teatino. O PCB Paraibano no Imaginário Social: O Caso Félix Araújo na Fase da “Redemocratização” (1945-1953). 141f, 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual da Paraíba, Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é o de analisarmos como no Estado da Paraíba se construiu e difundiu um discurso sobre o PCB, destacando que imaginário a população paraibana formou sobre o comunismo, tendo como referência o caso particular de Félix Araújo. Especificamente nossos objetivos foram: avaliarmos a atuação política, enquanto reorganização, do Partido Comunista do Brasil paraibano durante o processo de “redemocratização” de 1945 até as eleições de 1951, quando já se encontrava na ilegalidade; identificarmos, no citado período, o embate travado entre as forças políticas paraibanas, mais especificamente entre o poder instituído e os militantes comunistas, por considerarmos como fundamental no processo de propagação de representações acerca do comunismo; e fazermos um estudo de caso, por meio da Memória e da História Oral, tendo como referência o militante Félix Araújo. A coleta de dados foi feita através de consulta a uma bibliografia geral, a jornais, a panfletos e a memória de velhos. O método de procedimento utilizado foi o indiciário. Os estudos realizados permitiram compreender que a reorganização do PCB na Paraíba, durante o processo de “redemocratização” de 1945, foi polêmica, o que nos fez constatar que, por isso, se travou um forte embate entre o poder paraibano instituído e os militantes comunistas, resultando daí um conjunto de representações sobre o comunismo que foi elaborado e disseminado, pelo primeiro, no calor daqueles acontecimentos. Por fim, no estudo de caso proposto, investigamos, por meio da memória e da história oral, a sobrevivência de certas representações e de um imaginário anticomunista ainda disperso na memória coletiva da sociedade paraibana.

Palavras-chaves: Redemocratização, Comunismo, Imaginário.

Cavalcante Neto, Faustino Teatino. The PCB Imaginary Paraibano in the Social one: The Case Félix Araújo in the Phase of Redemocratização (1945-1953). 141f, 2006. Dissertação (Mestrado). State University of the Paraíba, Mestrado Interdisciplinar in Sciences of the Society.

ABSTRACT

The objective of this dissertation was to analyze in the State of the Paraíba it constructed and it spread out speech on the PCB, detaching that imaginary the paraibano population formed on the communism, having reference the particular marriages of Félix Araújo. Specifically our objectives had been: to analyze the performance politics, while reorganization, of the Communist Party of paraibano Brazil during the process of redemocratização of 1945 until the 1951 elections, when already one met in the illegality; to identify, in the cited period, the shock stopped between the political force paraibanas, lives specifically between the instituted to power and the militant Communists, will be considering the beginner's all-purpose symbolic instruction code in the process of propagation of representations concerning the communism; and to make it marriage study, by means of the Memory and of Verbal History, having reference the militant Félix Araújo. The collection of dates was made through consultation of the general bibliography, the periodicals and pamphlets, well in the uses of the memory that was caught by way of the directed recorded interview and adds octogenários of the area in study. Indicating the method of used procedure was the. The carried through studies had allowed to understand that the reorganization of the PCB in the Paraíba, during the process of redemocratização of 1945, was effervescent, what in it made them evidence that, therefore, if it from there stopped strong shock between the paraibano power instituted and the militant Communists, resulting set of representations that had been elaborated and spread will be the first one in the heat of those events on the communism. Finally, in the study of considered marriages, we investigate, by means of the Memory and of Verbal History, the survival of certain representations and an imaginary still dispersed anti-communist in the collective memory of the paraibano society.

Key words: Redemocratização, Communism, Imaginary.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Células do PCB que se constituíram em Campina Grande a partir de 1945

QUADRO 02 – Resultado das Eleições de 02/12/1945 na Paraíba

QUADRO 03 – Votação Pecebista para Presidente da República na Paraíba em 1945 por Município

QUADRO 04 – Resultado das Eleições de 19/01/1947 na Paraíba

QUADRO 05 – Votação Pecebista para Deputado Estadual na Paraíba em 1947 por Município

QUADRO 06 – Candidatos pelo Partido Comunista do Brasil Assembléia Constituinte da Paraíba em 1947

QUADRO 07 – Resultado das Eleições Municipais para Prefeito em João Pessoa e Campina Grande

QUADRO 08 – Resultado das Eleições de 03/10/1950 na Paraíba

QUADRO 09 – Resultado das Eleições Municipais para Prefeito em João Pessoa e Campina Grande

QUADRO 10 – Greves Realizadas na Paraíba nos Anos de 1934 e 1935

QUADRO 11 – Comissões Nacionais de Propaganda Sistemática Contra o Comunismo - 1937

QUADRO 12 – Grupo Pioneiro do Jornal do Povo

QUADRO 13 – Comparação dos Resultados dos Votos do PCB nas Campanhas de 1945 e 1947

QUADRO 14 – Resultado dos Votos do Deputado apoiado pelo PCB na Paraíba

QUADRO 15 – Municípios em que Félix Araújo obteve Votos em 1945

QUADRO 16 – Municípios em que Félix Araújo obteve Votos em 1947

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO.....	01
-----------------	----

CAPÍTULO 1 – O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL NA SUPOSTA “REDEMOCRATIZAÇÃO” PARAIBANA DE 1945.....	08
--	-----------

1.1. O Comunismo Paraibano na Pré- “Redemocratização”.....	09
1.2. O PCB da “Redemocratização”: Eleições de 1945 na Paraíba.....	11
1.3. A Campanha Estadual de 1947: Curtos Passos Comunistas.....	23
1.4. O Fantasma da Ilegalidade.....	29
1.5. Participação em Eleições no Período da Clandestinidade.....	34
1.5.1. Eleições Municipais de 1947.....	34
1.5.2. As Agitadas Eleições de 1950.....	37
1.5.3. Eleições Municipais de 1951.....	41

CAPÍTULO 2 – O EMBATE DAS FORÇAS POLÍTICAS PARAIBANAS NA “REDEMOCRATIZAÇÃO”: ESTADO X PCB.....	45
---	-----------

2.1. Raízes do Conflito na Paraíba.....	49
2.1.1. A Emergência do “Perigo Vermelho”.....	49
2.1.2. 1935: A Paraíba Sob as Malhas do Argemirismo.....	52
2.1.3. Estado Novo e Recrudescimento do Anticomunismo na Paraíba.....	56
2.2. A “Redemocratização”: O Segundo Tempo da Luta Pelo Poder.....	60
2.2.1. Eleições de 1945: O Volver do Comunismo.....	60
2.2.2. A Eleição Estadual de 1947: Crescem os Obstáculos ao Comunismo.....	72
2.3. O PCB na Ilegalidade: Uma Luta Desigual.....	80
2.3.1. “Diga Com Quem Tu Andas que Direi Quem Tu És”: Eleições Municipais de 1947.....	80
2.3.2. A Campanha Estadual de 1950.....	86
2.3.3. A Campanha Municipal de 1951.....	88

CAPÍTULO 3 – A RELAÇÃO MEMÓRIA E HISTÓRIA EM TORNO DO COMUNISMO: O CASO DO MILITANTE FÉLIX ARAÚJO.....	90
---	-----------

3.1. Félix Araújo: “Trajetória” Comunista e Contrapontos com a Memória Coletiva.....	92
3.1.1. Primeiros Anos e Formação Intelectual.....	94
3.1.2. II Guerra Mundial: Aprofundando o Comunismo.....	99
3.1.3. O Comunista da “Redemocratização” e das Eleições de 1945.....	101
3.1.4. Eleições Estaduais de 1947, Casamento e a Busca por Emprego.....	104
3.1.5. Era Uma Vez Um Comunista: Eleições Municipais de 1947.....	108
3.1.6. Abandono às Fileiras do PCB.....	113
3.1.7. Últimas Eleições e Morte.....	116
3.1.8. Biografias que “Falam”: Representações Anticomunistas.....	120
3.2. O Imaginário Anticomunista Cabaceirense.....	123
3.2.1. A Memória Cabaceirense Sobre Félix e Sobre o Comunismo.....	125
3.2.2. O Temor Cabaceirense ao Comunismo.....	131

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138

INTRODUÇÃO

Este plano aponta observações acerca de um problema que nos levará a uma pesquisa sobre as representações acerca do Partido Comunista do Brasil¹ na Paraíba, tomando como referencial o militante comunista Félix Araújo. Mais exatamente, que imaginário foi construído e pensado pela população sobre o referido partido, tomando como campo para o trabalho os municípios de Cabaceiras e Campina Grande, onde Félix nasceu e militou, respectivamente. Como recorte temporal, daremos ênfase ao período que vai da “redemocratização”² de 1945 a 1953, ano em que ocorreu o assassinato de Félix Araújo.

Este estudo propõe uma investigação que tem por base o período em questão na Paraíba, tendo como referência central o PCB, que se encontrava na legalidade e que nas campanhas eleitorais de 1945 e 1947 desenvolveu tímida atuação estadual, obtendo um reduzido êxito os então candidatos locais, com destaque especial para o caso do comunista Félix Araújo. Estas observações iniciais nos inspiraram a buscar entender o porquê dos resultados eleitorais, partindo de uma averiguação a partir de certas representações, ou mais precisamente o modo pelo qual um determinado imaginário foi construído e pensado sobre o comunismo no período citado, fazendo um estudo de caso sobre Félix Araújo. Pretendemos, portanto, estudar como se deu a relação de força entre as elites e seus representantes no poder estadual, que tiveram o poder de promover um discurso representativo sobre o comunismo, e as lideranças comunistas, que falando em nome das classes pobres em geral promoviam explícita reação à ordem estabelecida.

Especificamente sobre o tema, isto é, o lugar do PCB na política brasileira, os pesquisadores Anita Prestes, Boris Fausto, Afonso Arinos de Melo, Hermínio Linhares, dentre tantos outros no país, além dos paraibanos José Octávio, Eliete

¹ Entenderemos por Partido Comunista do Brasil (PCB) a agremiação que foi fundada em 1922, sob a influência da teoria marxista-leninista e que entrou na cena nacional como consequência necessária do processo de formação da classe operária brasileira e do desenvolvimento de suas lutas. Sua fundação respondeu a uma exigência do movimento operário, que já mostrara, nas primeiras décadas do século XX, a carência de um partido político operário revolucionário. Cf. Sodré, 1980, p. 80.

² Ao longo de todo o estudo providenciamos aspear a palavra redemocratização por entendermos que as ações políticas que se seguiram a esse fato não podem ser compreendidas como sendo sinônimo de democracia, no sentido literal do termo.

Gurjão, Marta Falcão, só para citar alguns, já desenvolveram estudos, entretanto, sob a abordagem contextual enquanto formação, trajetória, integrantes, ideologia e outros aspectos que se distanciam do estudo do modo pelo qual um determinado imaginário foi construído e pensado sobre o comunismo. Assim sendo, a proposta é inédita, não porque o comunismo paraibano não tenha sido objeto de pesquisa historiográfica, e sim por propor que ele seja abordado sob uma perspectiva temática sobre a qual a historiografia oficial silenciou totalmente. Até porque, como afirma Benjamin, a história tem sido (até a época dele) marcada pela visão do vencedor, trata-se agora de uma reformulação historiográfica cuja característica principal é desterrar, quebrar o silêncio dos vencidos, ou no dizer do próprio Benjamin “escovar a história a contrapelo” (1994, p. 225).

A pergunta que esta pesquisa visa atender é saber que imaginário local se formou sobre o Partido Comunista do Brasil e de que forma se deu o processo da construção do discurso oficial à sua recepção imaginária, tomando como estudo de caso o militante Félix Araújo.

Esta pesquisa se faz justificada por várias razões. A princípio, observa-se o fato de o campo político ter evidenciado ser um dos mais ricos para a análise das representações, trazendo assim novas compreensões e ainda apontando questões inovadoras, em termos teórico-metodológicos. Outra razão é que o estudo das implicações culturais de um processo de formação de consciência de uma sociedade e a forma como esse processo foi vivenciado pelos diversos grupos que a compunham, pode contribuir para engrossar o cordão de renovação historiográfica hoje em voga.

O caso sob este aspecto é ilustrativo, pois fará referência, sob o ponto de vista popular, ao imaginário assumido durante o período em estudo, imaginário que, conforme rapidamente sugerido, é instituinte de uma situação real dada. Neste ponto, a nossa discussão se ampliará em duas direções: primeiro, buscaremos os aspectos das tradições que informavam as “visões” à massa que se supõe marginalizada, onde se fará necessário o contato direto com esta e/ou descendentes, segundo, pensamos romper com o profundo silêncio a que a bibliografia sobre o comunismo na Paraíba submeteu o tema em questão, a saber, como os populares reagiram às pregações

oficiais contra a militância comunista. Interessamo-nos na recuperação das práticas e representações diversas, pois consideramos que há várias histórias a se contar em torno da experiência do PCB na Paraíba, não mais sob a versão da história oficial, mas procurando explicitá-las de forma bem mais ousada e provocante, sob a abordagem da “História Vista de Baixo” como bem coloca Sharpe (1992, p.p. 39-62).

A pesquisa será norteada seguindo uma visão interdisciplinar, onde se permitirá o diálogo entre algumas áreas do conhecimento, englobando, além da própria história, a ciência política, a sociologia e a antropologia. Estes estudos se pautarão numa leitura do político pelo cultural, através de uma análise epistemológica cuja perspectiva é a de se ampliar o diálogo com um amplo leque de obras produzidas internacional e nacionalmente sob a rubrica da corrente historiográfica da Nova História Política, observando as relações de forças, o que proporcionará uma reformulação e, portanto, uma nova compreensão do político.

Para investigar o imaginário social paraibano sobre o comunismo, no período de 1945 e 1953, lançamos mão das seguintes fontes: bibliografia geral, jornais, panfletos, biografias e depoimentos orais. A coleta de dados envolveu, a princípio, o contato com estes acervos documentais, identificando, selecionando e catalogando-os para daí extrair as marcas comuns que melhor falassem ao nosso objeto de estudo, quando então fizemos uso das técnicas de fichamento (KHOURY et alii, 1987).

Buscamos alguns jornais que circularam no período em análise, uma vez que são, sabidamente, uma das fontes mais ricas para se compreender as interpretações e visões dos letrados e intelectuais, através de reportagens, crônicas, editoriais, etc. Mais exatamente, pesquisamos nos jornais *A União*, vinculado à esfera estadual, e no *A Imprensa*, ligado à arquidiocese paraibana, onde observamos as imagens que produziram sobre o comunismo.

Sabemos que com a utilização destas fontes não teríamos acesso direto às vozes, vontades e pensamentos dos diversos grupos sociais que acompanharam as práticas do comunismo no espaço estudado, tal qual elas foram expressas no calor dos acontecimentos. Somos cientes dos limites dessas fontes e temos conhecimento de parte das críticas e debates quanto aos riscos de usá-las. A exemplo, citamos o

cuidado para com o uso de documentos manipulados pela instituição fornecedora que claramente alinhava-se com a esfera do poder e aos seus interesses sendo, portanto, necessário que se faça uma análise de texto correlacionada com o contexto do momento em que o mesmo foi redigido.

Como o nosso período de estudo situa-se entre os anos de 1945 e 1953, achamos fundamental utilizar as fontes orais. Aproveitamos os depoimentos de moradores de Campina Grande e Cabaceiras, onde observamos as imagens/visões sobre o comunismo. Experiências estas que não foram registradas pelos documentos escritos e que foram cruzadas com toda a documentação escrita a que anteriormente nos referimos, além de submetidas às críticas necessárias.

A história oral tem sido considerada um instrumento privilegiado para recuperar memórias e resgatar experiências de histórias vividas. Todavia, as constantes críticas a ela dirigida estimularam aqueles que a praticam a promover reflexões sobre seus procedimentos de pesquisa, resultando na especificação de abordagens distintas, não excludentes e entrecruzadas em muitos casos, quanto ao seu uso. Recorremos em nossa pesquisa àquela que atribui um papel central às relações entre memória e história, buscando realizar uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado. Nessa vertente a subjetividade e as deformações do depoimento oral não são vistas como elementos negativos para o uso da história oral. Ferreira esclarece:

Conseqüentemente, a elaboração dos roteiros e a realização das entrevistas não estão essencialmente voltadas para a checagem das informações e para a apresentação de elementos que possam se constituir em contraprova, de maneira a confirmar ou contestar os depoimentos obtidos. As distorções da memória podem se revelar mais um recurso do que um problema, já que a veracidade dos depoimentos não é a preocupação central. Essa abordagem, (...) tem sido adotada para o estudo das elites políticas, quando a intenção principal é compreender o seu imaginário político, e também para o estudo das representações das camadas populares (FERREIRA, 2002, p. 328).

As transformações que têm marcado o campo da história, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da cultura, e reincorporando o papel do indivíduo no processo social, vêm, portanto estimulando o uso das fontes orais e restringindo as desconfianças quanto à sua utilização. Entretanto, apesar dessas transformações, o debate a respeito da legitimidade da história oral não é assunto resolvido. São constantes as avaliações de historiadores de diferentes países que trabalham com

diferentes abordagens desqualificando esse método de pesquisa. As resistências vão da rejeição completa, a partir da visão de que o depoimento oral apenas relata intrigas, ao questionamento da expressão “história oral” em favor de “fontes orais”.

Voldman (2000) argumenta que, uma alternativa para enfrentar as ambigüidades e problemas metodológicos envolvidos no uso da expressão “história oral”, é buscar uma terminologia mais adequada a partir da distinção entre “documentação sonora” e “documentação oral”. A primeira incluiria informações registradas através do som em sentido amplo, deixando de lado a questão da transcrição por escrito da fita sonora, enquanto a segunda seria o produto da coleta de testemunhos orais, registrados para fins documentais, o que remeteria à noção de arquivo. A autora considera que a expressão “documentação oral” é hoje impropriamente empregada para designar os depoimentos orais gravados com fins documentais no decorrer da pesquisa e propõe ainda uma distinção suplementar entre ela e a expressão “fonte oral”, esta última definida como o material recolhido por um pesquisador para as necessidades de sua pesquisa, em função de suas hipóteses particulares.

Ainda que objeto de poucos estudos metodológicos mais consistentes, a história oral, não como uma disciplina, mas como um método de pesquisa que produz uma fonte especial, tem-se revelado um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos nas diferentes sociedades.

Quanto à análise do material, encontramos pertinência na referência ao chamado “método indiciário” ou semiótico do historiador Carlo Ginzburg (1989), que aponta a importância dos pormenores considerados negligenciáveis no estudo dos fenômenos. Ginzburg fala de ‘paradigma indiciário’ para indicar um método que, partindo da pressuposição da não-transparência do real, assume como pertinentes indícios, sintomas, pontos de vista individuais e locais, sem perder de vista a questão da totalidade, ou seja, a inteligibilidade do mundo. O “método indiciário” é, portanto, essencialmente qualitativo, individualizante, indireto e conjectural, distinguindo-se necessariamente do método ‘objetivo’, tido como ‘rigoroso’, das ciências naturais.

Minayo (1992) esclarece que a fase de tratamento do material é considerada, pelos pesquisadores, uma etapa de impasse, onde nos deparamos com grandes

obstáculos. Um deles, chamado de "ilusão transparente" (p. 197), expressão que a autora retira de Bourdieu, e que seria a compreensão instantânea dos dados colhidos, "como se o real se mostrasse nitidamente ao observador" (Idem). Buscando não cair nesta armadilha, refletida na facilidade de interpretar os dados, com a simples leitura e compreensão das narrativas extraídas de nossas entrevistas, nos apoiamos no "método indiciário", ou seja, fomos além daquilo que está aparente, que é revelado como verdade clara, dando ênfase ao implícito, ao não identificado por leituras apressadas. Este método orienta para investigação do contexto através de indícios, pistas e sinais, que nem sempre são visíveis imediatamente, estando vinculados às experiências concretas e suas características peculiares.

Indícios que informam sobre o não dito, sobre os processos ocultos nos quais interagem permanência e transformação, indispensáveis de serem identificados num movimento de redefinição de paradigmas.

Pistas que nos permitem escutar o silêncio que é a linguagem que foi imposta aos dominados pelos dominadores, procurando impor, na maior parte das vezes, a sua memória, transformada quase sempre sem explicação histórica. Benjamin lembra que "nunca houve um monumento de cultura que não fosse também um monumento de barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é tampouco, o processo de transmissão de cultura" (1994, p. 225). O autor chama nossa atenção para o fato de que a História é um campo de lutas, aonde vão sendo forjadas imagens, versões e memórias que são transmitidas à posteridade.

Sinais de que é necessário que teoria e prática se iluminem mutuamente no sentido de favorecer a compreensão da realidade, a elaboração de pautas de atuação e a construção de novos saberes dentro de um processo dialético.

Desta forma, nossa análise baseou-se nas falas, impressões e observações produzidas do contato com os entrevistados, sempre com a preocupação de irmos além do meramente relatado ou do simplesmente respondido, no sentido de compreender seus discursos como resultantes da relação entre memória e história. Essas interpretações tiveram por base o método perspectivista, que "consiste em documentar o ponto de vista dos testemunhos de modo a entabular com eles um

diálogo, no qual a posição do historiador enquanto interprete se ver sempre ressaltada” (DIAS, 1992, p. xvii).

O objetivo desta dissertação é analisar como no Estado da Paraíba construiu e representou um discurso sobre o PCB, destacando que imaginário a população campinense e cabaceirense formou sobre o comunismo, tendo como referência o caso particular de Félix Araújo.

No primeiro capítulo, o nosso objetivo foi analisar a conjuntura política paraibana do processo que se convencionou chamar de “redemocratização” de 1945 até as eleições de 1951. Damos destaque específico ao PCB, do momento de sua reorganização partidária ao período em que passou a se encontrar na ilegalidade, mergulhando assim na clandestinidade.

No segundo capítulo tivemos como propósito identificar a relação de força travada pelas forças políticas paraibanas, mais especificamente entre as elites e seus representantes no poder estadual e os militantes comunistas, no período de 1945 a 1953, por considerarmos como fundamental no processo de propagação de representações acerca do comunismo.

No terceiro e último capítulo fizemos um estudo de caso tendo como referência o militante Félix Araújo, onde investigamos, por meio da Memória e da História Oral, a sobrevivência de certas representações e de um imaginário anticomunista ainda disperso na memória coletiva da sociedade paraibana.

CAPÍTULO I

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL NA SUPOSTA “REDEMOCRATIZAÇÃO” PARAIBANA DE 1945

Neste capítulo, analisaremos a conjuntura do Partido Comunista do Brasil na Paraíba durante o período que concerne à chamada “redemocratização” de 1945. Para tanto, destacaremos alguns pontos que consideramos como principais no debate deste processo em nosso Estado.

Há uma dificuldade em analisar a história política do PCB paraibano por meio de documentos, podendo ser encontradas apenas raras referências oficiais. Segundo o militante comunista José Peba Pereira dos Santos³, tanto o partido quanto os filiados, possuíam abundante documentação sobre a atuação partidária. Mas, com o golpe militar de 1964, grande parte foi destruída. Na ausência destes documentos, a narrativa dos combatentes contribuiu nesta tentativa de se explicar nexos da história político-partidária do PCB paraibano.

Essa dificuldade somou-se ao fato de existir uma pequena bibliografia referente ao partido, resultado, talvez, da causa anteriormente mencionada. Contudo, empreendemos aqui esforços na intenção de traçarmos uma caracterização geral sobre esse contexto. Temos ciência de que se trata de um texto descritivo, uma vez que aborda uma análise com a pretensão de servir de conjuntura, no entanto com algumas informações básicas e necessárias para que o leitor compreenda os desdobramentos que virão nos capítulos seguintes, que tratam do nosso objeto de estudo propriamente dito, ou seja, sobre o imaginário que foi construído e pensado pela sociedade paraibana acerca do comunismo. O que significa dizer que não nos comprometeremos ao longo do trabalho, em apenas narrar uma seqüência de eventos, uma vez que a confrontamos, nos capítulos que seguem, com uma perspectiva voltada à história-problema.

³ Entrevista ao autor, Campina Grande, 13 de outubro de 2005.

1.1. O Comunismo Paraibano na Pré- “Redemocratização”

Entre 1937 e 1943, abateu-se sobre o Brasil uma onda repressiva, que deitou por terra o campo “democrático”, especialmente com o Partido Comunista do Brasil, que, até início dos anos quarenta, viveu os seus piores dias, inclusive com sucessivas prisões e execuções de seu núcleo dirigente.

Com o golpe de Estado de 1937, Vargas pôs fim ao que restara de liberdade constitucional, acentuando-se a onda repressiva que tivera início desde o malogrado movimento comunista de 1935. Na Paraíba, antes do referido golpe, os militantes comunistas presos em 1935 chegaram a obter uma liberdade condicional, que durou apenas alguns dias, sendo novamente recolhidos à prisão, desta vez a um campo de concentração conhecido pelo nome de Buraquinho⁴, sob a acusação de propagarem idéias subversivas e tramarem contra a ordem estabelecida. Sobre este momento Barbosa diz que:

No campo-prisão do Buraquinho, para onde foram confinados os presos políticos paraibanos, ocorreram ignominiosos atos de torturas e humilhações, sob a direção pessoal do coronel Thomé de Souza, comandante do Batalhão de Engenharia sediado em João Pessoa, que orientava semanalmente os suplícios físicos e morais impostos aos detentos (BARBOSA, 1985, p. 32).

Os que dali conseguiram sobreviver foram libertados em 1938, quando a ditadura resolveu decretar a anistia geral, o que não significou, contudo, liberdade plena. Um dos libertos, o advogado João Santa Cruz⁵, que se encontrava preso desde 1935, foi impedido pelo então interventor Argemiro de Figueiredo de exercer sua profissão na capital paraibana, passando a advogar em Santa Rita, cidade a 11 quilômetros de João Pessoa, manobra articulada para afastar o principal líder comunista paraibano da capital estadual.

⁴ Esta prisão estava situada às margens do Rio Jaguaribe e até então era reservada apenas para presos de alta periculosidade.

⁵ João Santa Cruz a partir dos anos trinta aprofundou-se nos estudos do marxismo, quando se tornou combatente antifascista, comandando, praticamente, todos os movimentos contra o integralismo na Paraíba. Integrou a Liga pelo Estado-Leigo em 1933/34, tendo sido candidato a deputado pela legenda “Trabalhador Vota em Ti Mesmo”, para a representação classista presente na convocação da Constituinte de 1934 e no ano seguinte incorporou-se nas fileiras da Aliança Nacional Libertadora. Cf. Barbosa, 1985, p. 50.

Na Paraíba o movimento comunista, que se encontrava na mais absoluta clandestinidade, experimentou um verdadeiro retrocesso sob o constante olhar da ditadura, que exercia implacável vigilância sobre todos que a contestavam e principalmente sobre os ex-prisioneiros políticos. Além do Integralismo, apoiado pela Igreja Católica, Forças Armadas e a classe média, os governos de Argemiro de Figueiredo e de Rui Carneiro⁶, estribados na ação da Chefia de Polícia, não davam trégua, e as proscritões, derivadas de 1935, haviam sido reduzido minimamente às células operárias. Dos dois interventores, Argemiro era o mais comprometido com o clericalismo, o bonapartismo⁷ e o anticomunismo, realizando assim uma administração manifestamente eficiente de repressão comunista.

O re florescimento do PCB na Paraíba só se iniciaria em 1943, quando o então interventor Rui Carneiro aproximou-se da ala jovem do futuro PSD, abrindo assim espaço para as manifestações estudantis consubstanciadas com o ingresso do Brasil na II Guerra Mundial, ao lado dos aliados e contra o nazifascismo. O que se caracterizava como contraditório, pois a ideologia combatida no conflito mundial tinha na Paraíba, como de resto em todo o Brasil, muitos simpatizantes no seio das elites brasileiras.

Contudo, como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo, esse ressurgimento das bases do PCB não significou a interrupção às formas de repressão que lhes eram impostas, pois ainda em 09 de julho de 1944, o militante comunista paraibano Manoel Alves de Oliveira, natural de Patos, foi "preso como elemento implicado no movimento armado de 1935, sendo condenado pelo TSN à pena de quatro anos e quatro meses de reclusão" (Jornal *A União*, 17 jun. 1986). Isso acontecia porque na Paraíba, como no resto do Brasil, a repressão explícita só se abrandou com a extinção do Estado Novo, a 29 de outubro de 1945. Não obstante, foi no contexto da aproximação de Rui Carneiro com a ala jovem do PSD, que as raízes do PCB tiveram, então, espaço para renascer no Estado mediante a tese da união nacional contra o

⁶ Argemiro de Figueiredo assumiu o governo estadual em 1935, passando o poder ao presidente da Assembléia José Maciel em 1936, reassumindo depois. Com o golpe de Estado de 1937, foi nomeado Interventor Federal da Paraíba. Rui Carneiro assume a interventoria paraibana de 1940 a 1945.

⁷ Diz-se Bonapartismo um tipo de governo semelhante ao que foi exercido por Napoleão Bonaparte e pelo seu sobrinho Luís Bonaparte. Originalmente, o bonapartismo combinava elementos do despotismo ilustrado e do pensamento iluminista de Rousseau.

fascismo. Como se percebe, a conjuntura política nacional se revelava favorável ao abrandamento da carga de repressão sobre o PCB.

1.2. O PCB da “Redemocratização”: Eleições de 1945 na Paraíba

As conjunturas internacional e nacional favoreceram o processo de abertura política dos anos quarenta, passando o Brasil a vivenciar uma experiência calcada na democracia. Com isto, os comunistas tiveram então a possibilidade de ressurgimento. Recuperando-se das perdas orgânicas, o PCB, que exigira a participação do Brasil na Guerra contra o nazifascismo e orientando seus militantes a se incorporarem à Força Expedicionária Brasileira, se reestrutura nacionalmente com a famosa “Conferência da Mantiqueira” em agosto de 1943.

O ano de 1945 representou a transição da ditadura do Estado Novo para a chamada democracia populista de 1946 e, em consonância com o resto do país, na Paraíba também acontecia campanha pela anistia aos exilados da ditadura varguista. Em Campina Grande, em fevereiro 1945, no edifício Esial⁸, Plínio Lemos, Osmar de Aquino, João Santa Cruz de Oliveira, Alírio Vanderley e José Peba Pereira dos Santos, fizeram um comício em favor da redemocratização do país e pela libertação do líder comunista Luiz Carlos Prestes⁹. Em 18 de abril, através de um decreto de Vargas, o Cavaleiro da Esperança¹⁰, após nove anos de prisão, e outros dirigentes foram anistiados.

Cittadino analisa que as manifestações democráticas na Paraíba ganharam reforço com o anúncio do fim da guerra em 08 de maio de 1945:

⁸ Este edifício foi inaugurado em 17 de janeiro de 1944, na Praça da Bandeira, de propriedade do industrial Luiz da Silva Mota. O mesmo foi demolido e no ponto foi construído o prédio das antigas lojas Brasileiras, atualmente encontra-se instalado no local o Shopping Popular de Campina Grande. Cf. Câmara, 1998, p. 145.

⁹ Em entrevista concedida ao autor em Campina Grande, a 13 de outubro de 2005, o sapateiro José Peba Pereira dos Santos disse que se filiou ao PCB campinense em 1937, porém, de forma efêmera, pois saiu dessa cidade pouco depois. Disse ainda que foi em meio a movimentação de 1945 que retornou à política, quando foi ao comício organizado por lideranças da esquerda paraibana se apresentando a comissão organizadora e pedindo para fazer uso da palavra. Foi a primeira vez que discursou em praça pública.

¹⁰ “Cavaleiro da Esperança”, nome atribuído a Luiz Carlos Prestes.

O fim da II Guerra Mundial na Paraíba foi acompanhado de comemorações que ganharam as ruas das cidades: comícios, passeatas, enterro simbólico de Adolf Hitler. Em todas as manifestações, a ligação com as reivindicações pela queda da ditadura de Vargas era feita de maneira automática (CITTADINO, 1998, p. 25).

Em 23 de maio daquele mesmo ano, Prestes mobilizou uma enorme massa em um comício no Rio de Janeiro em favor da redemocratização e anunciou a defesa da união nacional em torno de Getúlio, passando a apoiar o movimento “Queremista”. Na Paraíba, essa posição comunista foi traduzida em artigos do jovem Baldomiro Souto¹¹:

Nos dias de hoje, quando os supremos interesses da Pátria e da Humanidade reclamam a união indissolúvel de todos os brasileiros, ele se bate pela UNIÃO NACIONAL em torno do presidente Vargas, combate à quinta-coluna e o fascismo, numa demonstração clara de amor à liberdade e a fraternidade (SOUTO, 1988, p. 18).

Tal fato resultou, cinco dias depois, na publicação do decreto marcando eleições livres, a ocorrerem em 02 de dezembro de 1945, para presidente, senadores e deputados federais, criando ao mesmo tempo as condições para que os comunistas conquistassem a sua legalidade. Essa posição não foi suficiente para deixar Getúlio no poder até a data do pleito, sendo deposto em 29 de outubro de 1945.

Antes mesmo da deposição de Vargas¹², dois grandes partidos passaram a polarizar as disputas políticas. De um lado, o Partido Social Democrata (PSD), fundado oficialmente em julho de 1945, sob a orientação do próprio Getúlio, que passou a congregiar os interventores estaduais e todos aqueles responsáveis diretos pela administração do extinto Estado Novo, além de comerciantes, advogados, proprietários rurais, enfim as figuras de maior destaque nos municípios e estados. Em contraposição, foi criada a União Democrática Nacional (UDN), empenhada em derrubar Vargas e os interventores estaduais por intermédio dos militares, era bastante heterogênea e com o anti-getulismo como único ponto em comum entre os componentes; eram eles militantes que combatiam a ditadura, políticos que se encontravam no ostracismo,

¹¹ Jornalista e intelectual, divulgador das idéias marxistas e principal liderança da juventude pessoense antes e depois da “redemocratização”, suicidou-se ingerindo veneno (muito embora a família descarte esta possibilidade) em 20 de maio de 1946, aos 21 anos de idade, quando cursava Direito na Faculdade de Recife. Foi ele o responsável pela filiação partidária de Félix Araújo nas fileiras do PCB. Cf. Silva, 2003, p.p. 234-235.

¹² A queda do presidente, em 29 de outubro de 1945, foi estimulada pelas Forças Armadas, que na ocasião representavam as forças políticas contrárias ao sistema dominante.

profissionais liberais, jornalistas, empresários, intelectuais e militantes do Partido Comunista do Brasil. Era ainda apoiada pelos pequenos partidos como o Democrata Cristão, o Republicano e o Liberal.

Na Paraíba, três tendências de representações políticas das forças econômicas e de classe em nome das quais falavam podiam ser observadas.

De raízes rurais, embora com pregação dirigida aos centros urbanos, a da UDN caracterizava-se pelo discurso da retomada das liberdades constitucionais, sem maiores preocupações sociais. Nasceu hegemônica na política estadual, uma vez que, abarcou as correntes que faziam ojeriza à ditadura de Vargas, condição que possibilitou a união dos inimigos de ontem, a saber, José Américo e Argemiro de Figueiredo¹³, ambos magoados e ressentidos com Getúlio. O primeiro sentia-se traído pelo golpe de 1937, que o afastou da pretensão de chegar à presidência da República, e o segundo aliado em 1940, por ocasião das intrigas de Epitacinho¹⁴. José Américo representava os interesses da classe média urbana, tributária do modelo agroexportador, dos intelectuais e dos estudantes; seguindo a postura populista, trazia como referencial o trabalho assistencialista desenvolvido entre os nordestinos com base nos “favores” que prestara como “Ministro das secas”. Argemiro mantinha o espírito de liderança defensora dos interesses dos grupos econômicos das usinas, da burguesia exportadora de algodão e do coronelato dos agropecuaristas do sertão, estes articulados por ele durante a sua passagem pelo governo (1935-1940), quando soube prestar-lhes os serviços de que necessitavam¹⁵. “Por isso mesmo, ele os prendeu e os agrupou em

¹³ Oriundos da antiga Aliança Liberal, em 1927 formaram o Partido Progressista, que dominou a política na Paraíba de 1934 a 1937. A inimizade política entre ambos nasceu na ocasião do golpe do Estado Novo, uma vez que José Américo se sentiu traído por Argemiro, que foi reafirmado no governo estadual.

¹⁴ O período que segue ao golpe do Estado Novo de 1937 até 1939, na Paraíba, marca o auge do Argemirismo. Contudo, ao extinguir os espaços de organização política, Argemiro também fez ressurgir as dissensões políticas inter-oligárquicas, ancoradas no PRL, ainda em disputa pelo espólio político de 1930. Estas viabilizaram o desequilíbrio do então estabelecido sistema oligárquico, culminado com a deposição de Argemiro em 1940, para cuja queda Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (Epitacinho), filho do ex-presidente estadual João Pessoa e próximo a Getúlio, desempenhou saliente papel. A crise oligárquica envolvendo Argemiro e Epitacinho, seu ex-secretário de Educação, atinge o seu auge com a representação por parte deste ao Ministro da Justiça da denúncia acusando Argemiro dos crimes: contra a população, vítima da Polícia Militar do Estado; contra a economia dos pobres espoliados; e contra as finanças do Estado, através de desvios de créditos. Cf. Santana, 2000, p. 249.

¹⁵ Dentre as poderosas famílias do interior que Argemiro aglutinava, destacavam-se: os Lundgrens, no litoral; os Ribeiro Coutinho, na várzea do Rio Paraíba; os Cunha Lima, em Areia; os Nóbregas, no Vale do Sabugy; os Sátyro, em Patos; os Mariz Maia, na zona noroeste polarizada por Catolé do Rocha; os

torno de si (...)” (BLONDEL, 1994, p. 133), razão pela qual o partido mantinha mais “um caráter sertanejo” (Idem p. 134).

A do PSD, que se esforçava para assumir o comando da “redemocratização” em marcha, chefiada pelo ex-interventor Ruy Carneiro e em Campina Grande por José Joffily. Estes falavam em nome dos proprietários minoritários do interior e da burguesia industrial e comercial das grandes cidades, datando daí sua feição litorânea – conforme ressalta Blondel – escorada no carisma populista de Rui Carneiro.

E a terceira tendência era composta pelos intelectuais mais avançados, que imaginavam o momento para verem consagradas as conquistas sociais. Incorporados a este último segmento, assim como em grande parte do país, começou a surgir uma organização de massa impulsionada pelo contexto da derrocada da Alemanha nazista em meados de 1945, que passou a organizar o ressurgimento do extinto PCB, com uma evidente predominância da intelectualidade mais jovem, fenômeno até certo ponto excepcional, dado o caráter ideológico do partido, cuja filosofia marxista estava em consonância, fundamentalmente, com os interesses da classe operária¹⁶.

Na Paraíba, antigos militantes da Aliança Nacional Libertadora (ANL), como João Santa Cruz, David Falcão, Leon Clerot¹⁷ e Calos di Pace estavam de volta, ao lado de novos intelectuais de esquerda como Baldomiro Souto, Edésio Rangel de Farias, Danival de Carvalho, Geraldo Baracuh, José Lucena e o ex-expedicionário Félix Araújo. Destes, uma das maiores expressões era o cabaceirense Félix Araújo, antifascista convicto e egresso da FEB, onde se alistara como voluntário. A alma do partido, todavia, residia em Santa Cruz, que se responsabilizou pela liderança da seção paraibana pecebista, empreendendo esforços para que os candidatos comunistas despontassem em caravanas até no extremo oeste do Estado na campanha eleitoral daquele ano. Este novo corpo do partido também é analisado por Cittadino:

Gadelha, em Sousa; e ainda Jacob Frantz, no Vale do Rio do Peixe; Jurema, Rolim e Assis, em Cajazeiras; e Praxedes Pitanga, dos Conserva de Misericórdia. Cf. Blondel, 1994, p.p. 30 e 31.

¹⁶ Na Paraíba esse fenômeno foi bem acentuado dado o número pequeno de indústrias, onde o mercado de trabalho predominante era o serviço público e o comércio. Portanto a intelectualidade progressista tomou a si a tarefa de organizar o partido, naturalmente com o suporte do operariado em segundo plano.

¹⁷ Estes três aliancistas paraibanos na ocasião do insucesso comunista de 1935 foram levados presos no Campo-Prisão do Buraquinho.

Durante o Estado Novo, os militantes do PCB foram duramente perseguidos, e o comunismo na Paraíba sofreu um profundo retrocesso; para a sua reorganização em 1945, o PCB teve que contar com a atuação de um novo grupo de integrantes, constituído, sobretudo de jovens intelectuais (CITTADINO, 1998, p. 38).

Assim sendo, o ressurgido PCB paraibano constitui-se em maior quantidade por intelectuais, alguns membros da classe média baixa e alguns estudantes, que em comum tinham a defesa da liberdade democrática, propiciada pelos resultados da II Guerra Mundial, o caráter nacionalista e a defesa das reformas sociais, que juntos pesavam muito mais do que os princípios filosóficos marxistas.

Já em 30 de maio de 1945, dois dias após a “redemocratização”, os militantes do PCB em João Pessoa começaram a se mobilizar para localizar um prédio para funcionar a sede do Comitê Estadual do partido, que se instalou no segundo andar de um edifício localizado na Rua Barão do Triunfo de Nº. 500, no centro de João Pessoa. O jornal *A União*, de 18 de junho, relata que se constituiu uma comissão formada pelo advogado Santa Cruz, pelo operário Américo Pinheiros e pelo profissional do partido Manoel Alves, cuja finalidade seria a organização da solenidade festiva de inauguração da sede do PCB na Paraíba.

Em 03 de setembro de 1945, a direção do PCB estadual deu entrada no Tribunal Superior Eleitoral no processo de registro provisório do partido, que teve por parte do relator Sampaio Dória, visto favorável, e que se transformou na Resolução Nº. 285 de 27 de outubro de 1945. Dias depois a Direção Nacional do PCB deu entrada a um novo processo no TSE solicitando o registro definitivo, já contando com 13 mil filiados, o que foi atendido pela Resolução Nº. 324 de 10 de novembro de 1945.

Os prazos para o alistamento de eleitores, que se encerraram em 23 de outubro, favoreceram o PSD e a UDN, e foram muito curtos para o PCB. Contudo, os comunistas paraibanos, antes mesmo da “redemocratização”, já vinham se articulando com alguma organicidade e criaram o embrião do PCB, denominada de União Socialista da Paraíba (USP), que tinha como objetivo arregimentar adeptos para filiação ao PCB. Em João Pessoa, a USP lançou Manifesto convocativo em 24 de abril de 1945, pleiteando o restabelecimento das liberdades individuais e, na área sindical, revogação da estrutura corporativa do Estado Novo, sendo subscrito por João Santa Cruz, Allyrio Meira Wanderley, Hidelbrando Espínola, Giácomo Zaccara, Joacil de Britto

Pereira, Sebastião Araújo, José de Lima, Francisco Martins Veras, José Honório Maia, Luiz de Oliveira Lima, Hélio Sousa, Carlos di Pace, Heraldo Vilar, José Lucena e José de Almeida Cunha. Mello analisa que esse grupo que assinou o Manifesto era eclético e o que os uniu foi a conjuntura da época:

O momento assinalava certa convergência de contrários, daí porque os signatários do manifesto da USP, João Santa Cruz, Carlos di Pace e José Lucena desembarcaram para o comunismo, Allyrio Wanderley para o anarquismo, Hidelbrando Espínola para a Esquerda Democrática próxima ao PCB, Giácomo Zaccara para o Integralismo e Joacil Pereira para a UDN (MELLO, 1995, p. 84).

Em Campina Grande, também se instalou um núcleo da USP, onde depois passou a ser a sede do Comitê Municipal do PCB, situado no edifício Esial. Com igual objetivo ao da capital estadual, um dia depois do grande comício de Prestes no Rio de Janeiro, este núcleo publicou Manifesto, conforme trecho abaixo:

O povo de Campina Grande não poderia permanecer alheio à renovação política nacional, oriunda da derrota do Fascismo e da crescente importância das massas na vida dos povos. Por isso mesmo acaba de organizar-se o núcleo local da União Socialista da Paraíba, com o fim de, oportunamente, filiar-se ao Movimento Socialista Nacional, liderado por Luiz Carlos Prestes (Jornal *A Voz do Dia*¹⁸, 24 maio 1945).

Essa proclamação foi assinada por Otávio Leal de Brito, Francisco de Andrade Lima, Cláudio Agra Porto¹⁹, José Geraldo Pimentel, João Francisco de Macedo, Jerônimo Rodrigues da Silva, Lélío Joffily Pereira da Costa, Jacó Medeiros, Francisco Henriques e Severino Alves de Albuquerque, componentes do Comitê Provisório. Depois o secretariado ficou assim composto: Cláudio Agra Porto, Secretário Político; João Macedo, Secretário de Organização; Félix de Sousa Araújo, Secretário de Propaganda e Divulgação; Severino Ribeiro, Secretário Sindical; e Otávio Leal de Brito, Secretário de Finanças. Estes militantes chegaram a montar na sede do partido uma biblioteca com todas as obras de Lênin.

¹⁸ Em 1º de maio de 1945, circulou o primeiro número desse diário, dirigido por José Demétrio de Albuquerque Silva. Órgão antifascista que se destinou a defender o candidato udenista Eduardo Gomes à presidência da República. Cf. Câmara, 1998, p. 149.

¹⁹ Filho do capitalista Américo Porto e neto do coronel João Lourenço. Orientou a organização do PCB em Campina Grande. Cf. Câmara, 1998, p. 147.

No contexto desta organização partidária promovida pela “redemocratização”, o PCB começou a organizar suas células em João Pessoa e Campina Grande²⁰. Na capital estabeleceram-se, a partir de então, várias bases, dentre elas a de “Nº. 48” no Centro da cidade; a “Siqueira Campos” no Bairro do Roger; a “Frei Caneca” na Ilha do Bispo; a “São José” no Bairro Jaguaribe; a “Olga Benário Prestes” e a “Luiz Paredes” no Bairro Cruz das Armas; a “Moreira Lima”; e a “Anita Leocádia”. Rivaldo Cipriano da Costa (Apud. SILVA, 2003, p. 176) disse que “cada célula tinha o seu número de ordem ou nome, representando os setores da sociedade. Existiam na capital mais de cinquenta células, sendo que, registradas, eram apenas quarenta e oito”²¹.

Sobre a constituição das bases em Campina Grande, o sapateiro militante José Peba Pereira dos Santos²² nos informou que havia a determinação de que os militantes deveriam participar da que mais próximo ficasse de sua casa; apenas as mulheres constituíam uma célula diferente. Cada base pecebista tinha uma direção e os representantes de todas elas formavam o Comitê Municipal do PCB. Não necessariamente as células tinham sedes próprias e, principalmente depois que o partido caiu novamente na ilegalidade, as reuniões aconteciam nas residências dos militantes após as vinte horas adentrando a madrugada, onde se discutiam reivindicações do bairro, a perspectiva do socialismo e o que era comunismo.

Vemos a seguir as bases do PCB campinense:

QUADRO 01 – Células do PCB que se constituíram em Campina Grande a partir de 1945

CÉLULA	Nº	NOME	PROFISSÃO
FREI JOSÉ AMORIM	01	Félix Araújo	Estudante de Direito
	02	Oliveiros Oliveira	Comerciário
	03	Agnelo Amorim	Advogado
	04	José Peba Pereira dos Santos	Sapateiro
	05	Cláudio Agra Porto	Advogado
	06	Euclides Carolino	Bancário
	07	Felipe Gusmão	Sapateiro

²⁰ A “célula” constituía a base da organização do PCB e, geralmente, era instalada junta a atividades profissionais ou bairros. Constitui uma característica que distingue o partido dos demais.

²¹ O entrevistado nasceu em Pilar (PB) e chegou à capital em 1946, aos 15 anos, onde trabalhou em panificadoras e posteriormente no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação, entidade em que foi presidente até 1964. Cf. Silva, 2003, p. 176.

²² Entrevista ao autor, Campina Grande, 13 de outubro de 2005.

(Centro)	08	Uziel Valle	Ourives
	09	Figueiredo Agra	Advogado
	10	Evaldo Cunha	-
	11	Octávio Leal de Brito	Viajante
	12	Nicodemus Henrique	Comerciário
	13	Manoel Monteiro	Gráfico
NICOLAU DA COSTA (Bairro São José)	01	Francisco de Andrade Lima	Comerciante
	02	Francisco Pereira	Comerciante
	03	João Cícero	Gráfico
	04	José Praxedes	-
	05	José Pereira de Araújo	Mecânico
	06	Francisco Reis	Técnico de máquinas
	07	José Guedes	Mecânico
	08	Miúdo Guedes	Mecânico
	09	Joaquim Dantas	Sapateiro
MIGUEL CARDOSO (Bairro José Pinheiro)	01	Nicomedes Menezes	Comerciante
	02	Joaquim Tavares	Alfaiate
	03	João da Mata	Pedreiro
	04	Edvaldo Souto Câmara	Alfaiate
	05	Joaquim do Peixe	Peixeiro
	06	Celestino Garçon	Garçon
FREI CANECA (Monte Castelo – Estação Velha)	01	Antônio Bodó	-
	02	Gabriel Nunes	Pedreiro
	03	Orlando Bocaleri	Pedreiro
	04	Carlésio	Alfaiate
	05	Sebastião Gonçalves	-
MULHERES	-	Sem informações	Sem informações

FONTE: AUED, 2006, p. 192.

Aued (2006) constituiu o quadro acima através de pesquisa aos arquivos do militante José Peba Pereira dos Santos. Porém, este militante nos informou que os números de Aued não são exatos, pois a base a qual pertencia chegou a ter mais de vinte militantes, complementando que, em Campina Grande, o PCB arregimentou um número de militantes considerável, o que se pode perceber, em parte, pelos 1.454 votos obtidos ali por Yêdo Fiúza, candidato a presidência da República em 1945.

José Peba nos relatou ainda que nas várias células campinenses era freqüente a presença dos sapateiros e que essa tradição comunista junto aos mesmos já podia ser observada quando da sua chegada em Campina Grande, no ano de 1933. Segundo o militante, “neste ano eu comecei a aprender o ofício de sapateiro numa fábrica de calçados local, alí se percebia o radicalismo político entre os operários e o clima era de insurreição comunista, isso tudo foi a tônica do momento de minha iniciação

profissional”²³. Hobsbawm (1987) observando a tradição no mundo do trabalho dos sapateiros diz que:

Apesar da sua simplicidade de suas preferências, os que fazem ou consertam sapatos novos e velhos sempre se distinguem pelo espírito irrequieto, por vezes agressivo, e por uma enorme loquacidade. Ocorre uma revolta? Surge na multidão um orador? É sem dúvida um sapateiro que veio proferir um discurso do povo (HOBSBAWM, 1987, p. 149).

Segundo Hobsbawm, os sapateiros são conhecidos na história por sua radicalidade política junto aos movimentos sociais. Nos séculos XVIII e XIX, na França, na Suíça e na Inglaterra, os sapateiros eram dotados de reputação política e também eram líderes de massa, participavam de grandes movimentos de protesto social e dos movimentos políticos de esquerda.

Silva (2003) descreve que em fins dos anos trinta e início da década de 1940 existia uma Célula Operária no povoado de Rio Tinto²⁴ composta por alguns trabalhadores da Fábrica de Tecidos Companhia Lundgren, que se reuniam as escondidas para debaterem problemas pertinentes as suas situações no trabalho.

Esta efervescente institucionalização orgânica do PCB paraibano caracteriza bem o vigor sob o qual vinha se estabelecendo as bandeiras comunistas, que, a partir daquele momento, mantém a intenção de infundir conteúdo socialista à “democracia” estadual e, ao mesmo tempo, patrocinar a campanha para as eleições de 02 de dezembro de 1945.

Em 14 de novembro, quando faltava menos de um mês para o pleito, o PCB nacional lançou a chapa pecebista composta Yedo Fiúza como candidato à presidência

²³ Entrevista ao autor, Campina Grande, 13 de outubro de 2005.

²⁴ Rio Tinto constituía um distrito de Mamanguape, a 50 quilômetros de João Pessoa. A partir de 1924, às margens do Rio Tinto estabeleceu-se uma comunidade operária constituída depois da instalação de uma fábrica têxtil inaugurada pelos irmãos suecos Arthur e Frederico Lundgren. Com recursos europeus a fábrica ampliou-se, substituiu as primeiras palhoças operárias por arruados (chegaram a compreender em torno de 2.600 casas entre 1920/48) e edificou igreja, tudo isto visando aproximar seus trabalhadores daquela distante localidade da cidade. Foi montada com antigos teares de Manchester e Lancashire e possuía uma seção de fiação com 6.400m² que abrigavam 760 teares, 09 máquinas de esfriagem, 31 bancos (grossos, intermediários e finos), 13.000 fusos, 45 máquinas de cardar, 05 urdideiras e 05 engomadeiras. Nos anos quarenta a fábrica era a maior do ramo no país. No final dos anos cinquenta, Rio Tinto era a terceira maior cidade da Paraíba, com 21.243 habitantes. Cf. Aued, 2006, p.198.

da República, Luiz Carlos Prestes e o paraibano João Santa Cruz²⁵ a Senadores, e Félix Araújo, pela sua meteórica notoriedade no meio comunista paraibano, como candidato a Deputado Federal à Constituinte de 1946, aos 23 anos de idade. O presidenciável, junto a Luiz Carlos Prestes, logo em seguida, empreendeu rápida caminhada pelo território nacional. Os comunistas paraibanos, enquanto aguardavam a data da vinda do presidenciável à Paraíba, fizeram campanha eleitoral através de caravanas ao interior do Estado e efetuaram comícios preparatórios em bairros da capital, como no de Cruz das Armas.

Na segunda-feira, 26 de novembro, o candidato presidencial, acompanhado de Prestes e correligionários, dirigiram-se por duas vezes ao eleitorado da capital paraibana. A primeira, cedo da tarde, verificou-se na confluência das ruas Barão do Triunfo e Cardoso Vieira, na cidade baixa, representando o preâmbulo para a principal concentração. Horas depois se realizou o segundo comício no Parque Solon de Lucena, tendo o Cassino da Lagoa como tribuna.

Mesmo com o eleitorado reduzido no Estado, ocorreram, no decorrer da campanha, manifestações de massa e, em João Pessoa, o alvo era a Praça do Trabalho, na cidade-baixa que, por volta de 1959, foi rebatizada pela juventude comunista de “Praça Senador Prestes”. Em Campina Grande, realizaram-se comícios na antiga Praça do Relógio²⁶, na Praça do Trabalho²⁷ e na Rua da Liberdade, locais para onde confluíram grande multidão de militantes, simpatizantes e curiosos. O advogado João Santa Cruz de Oliveira distinguiu-se nestas organizações de comícios na capital, o mesmo acontecendo com Félix Araújo em Campina Grande.

Ocorridas às eleições e dadas as apurações se verificou apenas a vitória de Prestes ao Senado, obtendo o PCB na Paraíba o número de sufrágios que segue:

²⁵ A Legislação Eleitoral vigente na época permitiu que Santa Cruz se tornasse, concomitantemente, candidato ao Senado e à Câmara Federal pela Paraíba, junto ao secretário-geral do PCB Luiz Carlos Prestes, que se apresentava como candidato por todos os Estados da Federação.

²⁶ Também conhecida como a Praça do Algodão, onde hoje se encontra a estátua de João Rique, na confluência das ruas João Pessoa e João Suassuna.

²⁷ Esta praça fica situada no Bairro São José.

QUADRO 02 – Resultado das Eleições de 02/12/1945 na Paraíba²⁸

CARGO: PRESIDENTE				
Candidato	Partido	Campina	João Pessoa	Estado
Eduardo Gomes	UDN	8.151	-	76.110
Eurico Gaspar Dutra	PSD/PTB	5.596	-	61.090
Yedo Fiúza	PCB	1.454	2.575	5.719
CARGO: SENADOR				
Candidato	Partido	Campina	João Pessoa	Estado
Vergniaud Wanderley (Eleito)	UDN	7.796	-	73.942
Adalberto Ribeiro (Eleito)	UDN	7.647	-	74.477
Antônio Galdino Guedes	PSD	5.205	-	57.940
José Pereira Lira	PSD	5.131	-	57.044
Luiz Carlos Prestes	PCB	1.501	3.767	7.571
João Santa Cruz	PCB	1.494	3.758	7.485
CARGO: DEPUTADO FEDERAL				
Candidato	Partido	Campina	João Pessoa	Estado
João Santa Cruz	PCB	108	831	1.411
Luiz Carlos Prestes	PCB	108	215	1.114
Félix Araújo	PCB	727	39	786
Pedro Ferreira da Silva	PCB	00	00	190
Manuel Alves de Vasconcelos	PCB	00	03	181
Carlos di Pace	PCB	68	07	76
José Wandregisero de A. Dias	PCB	00	64	75
Sabino Guimarães Coelho	PCB	00	01	48
Luzia Ramalho Clerot	PCB	00	28	28
Manuel Alves de Oliveira	PCB	-	03	27
TOTAL GERAL DOS VOTOS DOS DEPUTADOS				3.936

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

O candidato presidencial Yêdo Fiúza obteve em todo o Estado 5.719 votos e para a Câmara Federal a legenda pecebista integralizou 5.663 sufrágios, que não foram suficientes para eleger nenhum dos representantes.

A razão pela qual o Secretariado Geral do PCB indicara Luiz Carlos Prestes como candidato ao Senado e à Câmara Federal tinha por objetivo menos a obtenção de vitória e mais divulgar seu nome e o partido, embora tenha sido vitorioso em três Estados, assumindo o Senado pelo Rio de Janeiro. Porém, se Prestes não tivesse concorrido a uma vaga na Câmara Federal pela Paraíba, teria sido possível que Santa Cruz tivesse alcançado maior margem de votos.

Abaixo seguem os municípios paraibanos em que o presidenciável pecebista Yêdo Fiúza obteve sufrágios neste pleito:

²⁸ É interessante observar que apesar do presidente eleito ter sido o general Eurico Gaspar Dutra, no plano estadual quem obteve mais votos foi o candidato Eduardo Gomes, o que demonstra o quanto a UDN nasceu hegemônica na Paraíba.

**QUADRO 03 – Votação Pecebista para Presidente da República na Paraíba em
1945 por Município**

CIDADE	VOTOS	CIDADE	VOTOS
João Pessoa	2.575	Alagoa Grande	15
Campina Grande	1.454	Alagoa Nova	14
Mamanguape	671	Esperança	13
Santa Rita	156	Piancó	12
Itabaiana	138	Cabaceiras	12
Bananeiras	138	Cajazeiras	11
Maguari (Cruz do Espírito Santo)	96	Ingá	10
Sapé	85	Cuité	09
Guarabira	63	Araruna	07
Sousa	52	Monteiro	07
Areia	48	Umbuzeiro	07
Patos	27	Jatobá (São José de Piranhas)	05
Santa Luzia	25	Princesa Isabel	04
Pilar	20	Caçara	03
Antenor Navarro	19	Batalhão (Taperoá)	02
Pombal	18	Serraria	02
		Bonito de Santa Fé	01
TOTAL GERAL NO ESTADO			5.719

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Pelos resultados obtidos, observamos que, dos quarenta e um municípios existentes no Estado²⁹, o PCB se fez presente em trinta e três, não obstante com um número de votos pouco significativo para efeitos gerais, e que os municípios com maior concentração de votação oferecem pontos de observação por apresentarem núcleos fabris ou lideranças populares. Assim, ao analisarmos os números do município de Mamanguape levamos em consideração que o distrito industrial de Rio Tinto ainda não era emancipado; Santa Rita apresentava de maneira clara o antiusineirismo; Itabaiana, em razão do entroncamento ferroviário; e Bananeiras graças à ação do mecânico Pedro Ferreira da Silva, respeitado pela conservadora comunidade local.

Das regiões do Estado, observamos que onde se nota a menor presença de sufrágios é no Cariri, tal fato tem quer ser entendido dentro de um panorama onde se culminavam diversos fatores, dentre eles o isolacionismo de que era marcada aquela área, não tendo inclusive estradas de ferro, bem como o domínio de fortes oligarquias que, há muito, já haviam se configurado no poder sob relações de subserviências.

²⁹ Até o final da primeira metade do século XX (1950) a malha municipal da Paraíba era constituída por apenas 41 municípios. Cf. Câmara, 1997, p.p. 111-112.

Diferentemente de outras unidades da Federação, como Pernambuco e Bahia, onde o Partido Comunista e esquerdas dispunham de certa densidade, na Paraíba, sem uma grande tradição sindical ou de acúmulo de lutas da parte das classes subalternas, a votação exprimiu o quanto ainda era embrionário o PCB local. Contudo, no que se refere ao quadro nacional, o PCB tornou-se um partido de massa, constituindo significativa bancada parlamentar e configurando-se como a vanguarda democrática na Assembléia Nacional Constituinte.

1.3. A Campanha Estadual de 1947: Curtos Passos Comunistas

Passadas as eleições de 1945 e promulgada uma nova Constituição para o país, por meio do processo que contou com a participação da bancada comunista através do senador Luiz Carlos Prestes liderando os quatorze deputados, as atenções na Paraíba voltaram-se para as eleições de janeiro de 1947, que tinha por finalidade eleger o governador do Estado e os deputados estaduais que se encarregariam de elaborar a Constituição paraibana, além de criar uma terceira vaga no Senado.

Ao governo do Estado concorreram Oswaldo Trigueiro, pela UDN³⁰ e Alcides Carneiro pelo PSD. Como fruto da falta da unidade política no PCB paraibano, ocorreu a divisão entre os que sugeriam aliança com um dos candidatos do PSD ou UDN e os que defendiam lançar candidato próprio a governador. No interior da direção estadual travaram-se acirrados debates, onde Santa Cruz defendia a primeira hipótese contra a posição da maioria que, aquecidos pelo calor da legalidade, sonhava com maiores resultados; e o que prevaleceu, a princípio, foi que os comunistas paraibanos concorreram com chapa própria aos cargos de governador e de deputados estaduais.

³⁰ A convenção partidária desse ano apresentou evidente o aprofundamento da disputa entre Argemiro de Figueiredo e José Américo pela liderança do partido, o que caracterizou a efemeridade na união de ambos. A escolha de Oswaldo Trigueiro para candidato udenista a governador do Estado encontrou resistência por parte de José Américo, que tentou afastá-la com a indicação de seu próprio nome, ou forçando conciliação estadual em torno de Alcides Carneiro, seu genro e candidato do PSD. Por fim a ala argemirista conseguiu sustentar o seu candidato que não recebeu o apoio de José Américo, refugiado em Barbacena para não ter que trabalhar contra seu genro. Cf. Araújo, 2000, p. 82.

O Diretório Regional do PCB, através de seu Secretário Político Geraldo Moura Baracuhy³¹, solicitou registro das candidaturas pecebistas junto ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, sendo deferidas em 11 de novembro de 1946 (Jornal *A União*, 12 jan. 1947³²), pouco menos de sete dias da data marcada para a realização das eleições.

Como Santa Cruz havia se posicionado contra o PCB indicar um nome ao governo estadual, foi então afastado das cogitações que levaram o partido a oficializar a candidatura do médico José Wandregisero Dias³³. Entretanto, no decorrer da campanha, mediante os fatos ocorridos, não se pediram votos para o candidato, que continuou como tal, uma vez que já havia se expirado o prazo para a retirada de sua candidatura.

Em meio aos fatos, ocorreu que o então senador udenista Wergniaud Wanderley articulou um encontro político entre o candidato governamental da UDN Oswaldo Trigueiro e Prestes, que ocorreu na Biblioteca do Congresso Nacional na capital federal. Na ocasião, o líder comunista exigiu, em troca ao seu apoio, que Trigueiro programasse o direito de greve e liberdade sindical, posições recusadas pelo candidato³⁴. Dado o malogro deste acordo, e tendo em vistas o seu restrito peso eleitoral na Paraíba, tanto quanto o desejo de aliarem-se ao populismo, dias depois, por inspiração do comando nacional do PCB, o comunismo paraibano lançou manifesto de apoio ao pecebista Alcides Carneiro, não levando adiante a missão inicial de candidatura própria, pois “o desgaste de uma derrota fragorosa só viria em prejuízo da causa.” (MELLO, 2001, p. 183).

Sob a liderança de João Santa Cruz os comunistas entraram fortemente na campanha. Para tanto contavam com certa base de massas nas cidades onde obtiveram pequena, porém, significativa votação no pleito anterior.

³¹ Acadêmico e intelectual pessoense que assumiu a Secretaria Política (Presidência) da agremiação na Paraíba desde a legalidade até início da década de 1950, quando então, a contragosto, foi afastado da posição. Este fato levou-o a abandonar de vez o partido saindo de João Pessoa e indo residir em no município de Picuí. Cf. Silva, 2003, p. 241-243.

³² Publicado pelo TRE.

³³ José Wandregisero Dias era pai do futuro compositor Geraldo Vandré. Cf. Mello, 1996, p. 513.

³⁴ Em entrevista ao autor, a 10 de março de 2006 em Campina Grande, o historiador José Octávio de Arruda Mello disse que por duas vezes o ex-governador Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo relatou-lhe detalhe deste encontro.

Ainda em 1946, por sugestão de Agildo Barata, deliberou-se que cada Estado deveria ter seu próprio jornal. Na Paraíba, o empenho dos jovens militantes Geraldo Moura Baracuhy, Baldomiro Souto, José Lucena e Joacil Pereira de Britto, de gráficos afinados com o partido como Cabral Batista, com recursos coletados na campanha de 1945 junto à disponibilidade financeira dos profissionais liberais como Danilo Rosas e Edson Falcone, tornou possível a aquisição em Maceió, de uma velha maquinaria que possibilitou a estruturação de *O Jornal do Povo*.

Este jornal foi violentamente empastelado depois de decretada a ilegalidade do Partido e cassados os mandatos dos constituintes comunistas. Contudo, para atuarem na clandestinidade os militantes formaram comissões para angariarem fundos, objetivando a compra de outro equipamento. Em Campina Grande, a comissão foi então composta por Francisco de Andrade Lima, como presidente e Félix Araújo como tesoureiro. O militante comunista Chico Lima afirma:

Chegaram a arrecadar Cr\$ 100.000,00 (Cem Mil Cruzeiros), sendo utilizado 80% para a compra do jornal Voz do Dia, adquirido de Dr. José Demétrio de Albuquerque Silva, e que havia circulado em Campina entre 1 de maio de 1945 e 12 de janeiro de 1946. O mecânico José Bezerra fez, gratuitamente, alguns reparos em sua maquinaria que foi remetida a João Pessoa, juntamente com os Cr\$ 20.000,00 (Vinte Mil Cruzeiros) restantes para que se providenciasse a instalação e funcionamento do mesmo. Félix passou a ser colaborador através de seus escritos, assim como responsável, em Campina Grande, pelas vendas dos jornais e outras publicações (Apud. ALBUQUERQUE DO Ó, 1999, p. 33).

O PCB paraibano passou, então, a contar com o Jornal do Povo que se localizava em João Pessoa na Rua da Areia e era dirigido por Santa Cruz que deu ao periódico uma feição ortodoxa e partidária. Chegou a circular como diário, tornando-se, posteriormente bi-semanário, até desaparecer por volta de 1954.

Esse Jornal ofereceu sustentação à campanha de 1947, empreitada em que os comunistas da Paraíba realizaram sucessivos comícios tanto nos bairros de João Pessoa, principalmente na Praça do Trabalho da cidade-baixa, quanto nas cidades mais longínquas do Estado, onde os seguidores pecebistas se mantiveram firmes levando a palavra de ordem partidária. Barbosa (1985) descreveu que esses meetings eram assistidos por centenas de paraibanos, e que:

Ficaram famosos os comícios promovidos pelos comunistas durante a campanha, quando afluíam multidões para ouvir o verbo inflamado de Félix Araújo e as verdadeiras aulas de organização e reivindicações das massas que eram os discursos de Santa Cruz (BARBOSA, 1985, p. 34).

Segue abaixo o quadro com os números finais daquela campanha:

QUADRO 04 – Resultado das Eleições de 19/01/1947 na Paraíba

CARGO: GOVERNADOR				
Candidato	Partido	Campina	João Pessoa	Estado
Osvaldo Trigueiro (Eleito)	UDN	7.736	-	80.368
Alcides Carneiro	PSD	5.506	-	69.683
José Wandregisero	PCB	00	00	48
CARGO: VICE-GOVERNADOR				
Candidato	Partido	Campina	João Pessoa	Estado
José Targino (Eleito)	UDN	-	-	-
Odivo Borba Duarte	PSD	-	-	-
CARGO: SENADOR				
Candidato	Partido	Campina	João Pessoa	Estado
José Américo de Almeida (Eleito)	UDN	9.736	-	104.477
CARGO: DEPUTADO ESTADUAL				
Candidato	Partido	Campina	João Pessoa	Estado
João Santa Cruz de Oliveira (Eleito)	PCB	17	942	1.654
Félix de Sousa Araújo	PCB	885	406	1.516
Adelgício dos Santos Lima	PCB	00	03	607
Geraldo Moura Baracuhy	PCB	01	175	370
José Feodripe	PCB	00	00	193
José Wandregisero de A. Dias	PCB	00	118	150
Milton de Oliveira Arruda	PCB	00	77	130
Miguel Arcanjo de Medeiros	PCB	08	62	121
Maria Augusta de Oliveira	PCB	02	53	106
Sabino Guimarães Coelho	PCB	00	00	98
João Cabral Batista	PCB	00	82	85
Antônio Aurélio Teixeira de Carvalho	PCB	00	02	72
José Casemiro da Costa Lima	PCB	01	06	51
Francisco Carvalho Filho	PCB	00	26	48
Horácio de Albuquerque Mesquita	PCB	07	24	40
João da Mata Medeiros	PCB	00	30	31
Anísio Osmano de Medeiros	PCB	00	00	29
Anastácio Assunção	PCB	00	25	25
Cláudio Agra Porto	PCB	14	00	23
Altino Francisco de Macedo	PCB	00	11	22
Manoel Carlos Fernandes	PCB	00	18	18
Josaphat Fialho de Amorim	PCB	00	13	18
Israel Marcolino da Silva	PCB	00	17	18
João Batista Barbosa	PCB	00	08	17
Saul de Freitas Santiago	PCB	00	15	15
David Falcão	PCB	00	04	13
Manoel Mariz de Oliveira	PCB	00	00	01
TOTAL GERAL DOS VOTOS DOS DEPUTADOS				5.471

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Wandregisero como permaneceu candidato ao governo estadual, apenas porque os prazos eleitorais não permitiram a retirada do nome, obteve os minguados 48 votos, 32 dos quais em Mamanguape e Rio Tinto. A legenda parlamentar, por fim, obteve melhor sorte, elegendo João Santa Cruz de Oliveira, que conseguiu um total de 1.654 sufrágios, alcançando o ponto culminante da sua carreira, enquanto Félix logrou a 1ª Suplência com 1.516 votos. Ambos contaram com o apoio das entidades de classe, das camadas populares e de parte dos jovens da população urbana de João Pessoa e Campina grande, respectivamente. Ao compararmos com o número de votos obtidos por Yêdo Fiúza na eleição anterior verificamos um decréscimo, contudo, os resultados foram considerados pelo Partido como expressivos, pela conquista de uma cadeira na Constituinte Estadual.

Chamam a atenção na chapa comunista da Paraíba de 1947 os candidatos a deputados José Mariano Arcoverde, Severino Alves Bezerra, José Guedes Lima, Júlio Tavares da Costa, Júlio Nicolau de Oliveira, Manuel Alves de Oliveira, Severino Henrique de Freitas (Medeiros) e João Leonardo de Lima (Luna), que capitaneados por Luzia Ramalho Clerot, não obtiveram votação. É possível que o fato tenha se dado por orientação do partido, que sugeriu votação nos candidatos preferenciais João Santa Cruz e Félix Araújo. Vejamos o quadro dos resultados da legenda nestas eleições por município, conforme abaixo:

QUADRO 05 – Votação Pecebista para Deputado Estadual na Paraíba em 1947 por Município

CIDADE	VOTOS	CIDADE	VOTOS
João Pessoa	2117	Serraria	17
Mamanguape	1101	Pilar	16
Campina Grande	935	Teixeira	15
Santa Rita	400	Cuité	14
Sapé	124	Alagoa Nova	12
Guarabira	103	Caiçara	09
Itabaiana	71	Alagoa Grande	09
Bananeiras	70	Monteiro	09
Pombal	58	Brejo do Cruz	08
Sousa	57	Antenor Navarro	08
Areia	53	Picuí	05
Piancó	46	Jatobá (São José de Piranhas)	05
Patos	43	Araruna	03
Maguari (Cruz do Espírito Santo)	52	Umbuzeiro	03
Cajazeiras	39	Batalhão (Taperoá)	02

Esperança	26	Cabaceiras	02
Santa Luzia	19	Bonito de Santa Fé	01
Ingá	18	São João do Cariri	01
TOTAL GERAL NO ESTADO			5.267

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Os candidatos comunistas só não obtiveram votos em Soledade, Catolé do Rocha, Conceição, Itaporanga e Princesa Isabel. É preciso entender que essa capilaridade eleitoral refletia mais o prestígio pessoal dos candidatos, em quem votavam inúmeros não comunistas, do que mesmo uma efetiva ampliação das bases partidárias. O contexto dessas eleições não é diferente da anterior e estas limitações derivavam, em parte, das condições econômicas da Paraíba, dotada de raras indústrias e esparsos serviços públicos, como água e esgoto e serviços elétricos na capital. Junto a esses se albergavam minúsculas células vermelhas, como observa Cittadino:

Essa fragilidade intrínseca dos partidos populares na Paraíba também reflete a própria constituição das classes trabalhadoras do Estado. Inseridas em uma economia predominantemente agropastoril, na qual as relações de trabalho ainda se caracterizam por serem marcadamente pré-capitalistas, com a utilização de mecanismos de dominação baseados na coerção extra-econômica e onde o setor industrial era extremamente incipiente, não é de se estranhar a pouca participação política daquelas classes (CITTADINO, 1998, p. 67).

Interessante destacar nesse contexto o papel desempenhado pelo intelectual de esquerda junto às bases trabalhadoras. Foram eles que, partindo de suas células partidárias, levaram um discurso de esquerda aos poucos trabalhadores das principais cidades da Paraíba. Dentre os vários intelectuais militantes citamos os que nesse pleito foram candidatos à Constituinte Estadual de 1947, conforme segue:

QUADRO 06 – Candidatos pelo Partido Comunista do Brasil à Assembléia Constituinte da Paraíba em 1947

NOME	OCUPAÇÃO	CIDADE
João Santa Cruz de Oliveira	Advogado	João Pessoa
Félix de Sousa Araújo	Intelectual/Livreiro	Campina Grande
Adelgício dos Santos Lima	Funcionário Público Municipal	Mamanguape
Geraldo Moura Baracuhy	Intelectual	João Pessoa
José Wandregisero de A. Dias	Médico	João Pessoa
Maria Augusta de Oliveira	Professora	João Pessoa
Cláudio Agra Porto	Advogado	Campina Grande
David Falcão	Pequeno Proprietário	Santa Rita
Sabino Guimarães Coelho	Agrimensor	Cajazeiras

João Cabral Batista	Gráfico	João Pessoa
Antônio A. Teixeira de Carvalho	Funcionário Público	Santa Rita
Altino Francisco de Macedo	Livreiro/Protestante	João Pessoa
Josaphat Fialho de Amorim	Proprietário de Carro de Aluguel	João Pessoa
João Batista Barbosa	Comerciário	João Pessoa

FONTE: MELLO, 1996, p.p. 514 e 515.

Em 23 de março de 1947, ocorreram as eleições suplementares, apenas para o cargo de Deputado Estadual³⁵, e o PCB conseguiu arrecadar 120 sufrágios, dos quais 118 para João Santa Cruz, 01 para Cabral Batista e 01 para Félix Araújo.

Foi essa a última participação eleitoral dos comunistas paraibanos em legenda própria no processo que transcorria de “redemocratização”. Nas eleições municipais desse mesmo ano os comunistas já não aparecem, pois tiveram sua legenda proscrita pelo TSE, muito embora estivessem articulados em forma de apoio em torno de outros partidos.

1.4. O Fantasma da Ilegalidade

Em 1947, o Partido Comunista do Brasil era o protagonista essencial do processo político nacional, “contava com cerca 200.000 filiados, dos quais 60.000 em São Paulo, e centralizava o movimento sindical classista, criando uma notável estrutura editorial e jornalística que empolgava a intelectualidade democrática da época” (VINHAS, 1982, p. 56). Nas campanhas passadas, bases partidárias comunistas expandiram-se nos Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Ceará, Goiás e Pará, logrando maioria eleitoral nas cidades do Recife e Aracajú, além do Distrito Federal, onde também obtiveram supremacia na Câmara de Vereadores. Em São Paulo, o PCB havia se convertido em expressiva terceira força.

Todavia este movimento de afirmação política foi brutalmente interrompido pela Guerra Fria³⁶. Depois do fim da II Guerra Mundial, na Grécia, China e Filipinas

³⁵ Nesta eleição apenas oito municípios participaram; foram eles: Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, João Pessoa, Misericórdia, São João do Cariri, Santa Rita e Mamanguape. Cf. TRE.

³⁶ Após a II Guerra, o presidente norte-americano Harry Truman e o líder soviético Josef Stalin procuraram desenvolver suas políticas hegemônicas. Os soviéticos controlaram os países do Leste Europeu e os norte-americanos tentaram manter o resto da Europa sob sua influência. Apoiados na Doutrina Truman, os EUA prestaram ajuda militar e econômica a países que se opõem à expansão

estouraram conflitos civis envolvendo comunistas e não comunistas e, como era de esperar, os governos da Inglaterra e Estados Unidos deram apoio aos últimos. Os jornais veiculavam que “o comunismo da América Latina constituirá cabeça de ponte no caso de uma guerra entre a Rússia e os Estados Unidos” (Jornal *A União*, 29 abr. 1947). Quando então, o ex-primeiro ministro conservador inglês Winston Churchill anunciou a criação da “Cortina de Ferro” na Europa e os EUA decretaram a Doutrina Truman, de segurança nacional contra o comunismo, o Brasil imediatamente adotou uma postura de contenção aos vermelhos.

Ante a crescente força do PCB, o presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, resolveu reagir. Solicitou do Congresso Nacional o rompimento das relações diplomáticas com a URSS e, através do procurador da Justiça Eleitoral, Alceu Barbado, encaminhou ao Tribunal Superior Eleitoral processo referente à cassação do registro do partido. De acordo com esse documento, cinco provas foram coligidas em prol da ilegalidade deste: “Possui dois Estatutos; Não tem sede no Brasil; Usa as insígnias da Rússia Soviética; Não tem presidente brasileiro; É um movimento internacional que visa o esmagamento da democracia” (Apud. MELLO, 1996, p. 517).

A 11 de abril, auspiciava-se o julgamento do partido pelo STF, tendo como relator o ministro Sá Filho. No mesmo dia em que Santa Cruz tomou posse (03 de março de 1947) na Constituinte da Paraíba, proferiu dramático discurso defendendo a legalidade do PCB, protestando veementemente contra o seu fechamento, considerando ser um “(...) verdadeiro atentado que os elementos internos do imperialismo americano pretendiam contra a democracia e a Constituição.” E arrematava: “No Parlamento ou nas prisões, saberemos manter a defesa intransigente dos ideais do PCB, ideais que considero de grandeza, progresso e independência econômica do Brasil, de seu povo e do proletariado” (MELLO, 1996, p. 527).

Enquanto os comunistas protestavam, o governo Federal agia. Comunistas eram demitidos do Ministério do Trabalho, ao tempo em que, sem esperar pela decisão da justiça, suspendia, por decreto, as atividades da Juventude Comunista, cujas sedes foram invadidas pela Polícia Política.

comunista e promoveram intervenções militares na América Latina. Entre 1948 e 1952, através do Plano Marshall, os EUA injetaram bilhões de dólares na reconstrução da Europa, assegurando assim a sua hegemonia política.

Às vésperas do julgamento da validade do registro do PCB, o Exército entrava em prontidão e um de seus chefes, o general Zenóbio da Costa, considerava necessário “higienizar o ambiente brasileiro que se acha infestado de germes deletérios” (Jornal *A União*, 06 maio 1947).

Em 07 de maio de 1947 o TSE, através da Resolução N° 1841, cassou o registro do Partido Comunista do Brasil³⁷ e os mandatos de todos os seus representantes parlamentares eleitos, alegando que o partido era um instrumento da intervenção no país. Em meio aos fatos, a Polícia Política mobilizou o fechamento de células e sedes existentes no Rio de Janeiro e o Conselho Nacional de Segurança foi convocado pelo presidente Dutra. Ocorreu então:

(...) a intervenção governamental em 14 sindicatos do Rio de Janeiro, 80 em Porto Alegre e 36 em São Paulo, suspensão das atividades da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), empastelamento do jornal comunista *O Momento*, a 26 de maio de 1947, em Salvador, reforma de militares filiados a partidos extremistas e expulsão, pelo Ministro da Guerra, de sargentos e cabos comprometidos com o movimento Queremista de 1945 (MELLO, 1996, p. 529).

De resto, intervenções que ocorreram no Brasil inteiro.

Na Constituinte Estadual da Paraíba, desde o início de seus trabalhos, indisfarçáveis ameaças voltavam-se contra os comunistas. O deputado Jacob Frantz (UDN) denunciou que já em primeiro de maio, Dia do Trabalho, ocorreram arbitrariedades policiais contra organismos da esquerda paraibana. Tais absurdos intensificaram-se a partir do dia 12, cinco dias depois do cancelamento do Comitê Nacional, quando o TRE do Estado, acolhendo determinação do TSE, cancelou o registro dos Comitês Estaduais e Municipais do PCB.

As sedes do Comitê Estadual e a dos vários municípios foram invadidas pela polícia. Em João Pessoa, parte dos os documentos encontrados no comitê municipal e nas bases foram levados para a Delegacia de Ordem Política Social ou para o Quartel do Exército, para anotação e fichamento de nomes. Armando Coutinho, assistente no

³⁷ A história política do PCB é marcada por longos períodos de ilegalidade. Em julho de 1922, três meses e dez dias após a sua fundação, o PCB foi jogado na ilegalidade, quando o presidente Epitácio Pessoa decretou o Estado de Sítio, depois do Levante do Forte de Copacabana. Permaneceu como tal durante todo o governo de Arthur Bernardes (1922-1926), voltando à legalidade em 01 janeiro de 1927, quando o presidente Washington Luís pôs fim ao Estado de Sítio, onde permaneceu até 11 de agosto desse ano, quando foi aprovada a chamada “Lei Celerada” contra o movimento operário, obrigando os comunistas a retornarem à ilegalidade. Cf. Segatto, 1981, p.p. 23-28.

Comitê Central, que se encontrava na capital paraibana, conseguiu salvar, antes dessa invasão, parte destes documentos, como descreve Barbosa:

À noite eu estava em casa, quando chegou Armando Coutinho com um caixote na cabeça. Rapaz, que história é essa?, Perguntei. Ele respondeu: Fui à sede do Partido e todo o material que pude carregar trouxe aqui. Quero que o companheiro enterre isto. Eu ponderei: Olha Armando, vem aí a reação do Exército. Se eu enterrar esse material aqui no meu quintal, a polícia do exército vai encontrar. É melhor escondermos isso fora daqui.

Sugeri que tirasse o caixote da cabeça, que era pequeno, colocasse debaixo do braço e fosse enterrar no quintal da minha casa, em Tambaú, cujo local não era tão conhecido. Entreguei-lhe a chave da casa para que fosse fazer o serviço, e ele saiu.

Passando um tempo, procurei esse caixote enterrado no quintal da casa de Tambaú e nunca encontrei. Tenho dúvidas que tenha mesmo sido enterrado lá (BARBOSA, 1985, p. 58).

O Jornal *A Imprensa* se posicionava diante da acusação dos comunistas de que o órgão havia lutado para tal:

Enganam-se os que vêm no fato do cancelamento do Partido Comunista do Brasil algo em que estivessem os católicos empenhados, com profundo interesse. (...) Estamos convictos de que a medida adotada não basta para a solução do caso brasileiro. (...) De qualquer maneira, cumpre aos católicos brasileiros respeitar o veredicto do Tribunal (Jornal *A Imprensa*, 10 maio 1947).

Em Sapé, o subdelegado e um cabo de polícia exorbitaram no cumprimento das ordens do Ministério da Justiça, quanto ao fechamento de células comunistas, o que motivou protesto de Santa Cruz, alegando que “o PCB sabia acatar as determinações da lei” (MELLO, 1996, p. 538). O deputado Santa Cruz denunciou que em Mamanguape um soldado da Polícia Militar montou num cavalo e saiu às ruas estrangendo e ameaçando de prisão todas as pessoas que haviam participado do Comitê Municipal. O cerco às atividades dos comunistas foi grande, o que fez com que muitos filiados deixassem a agremiação, iniciando, assim, um processo de regressão partidária.

A questão central tornava-se agora a preservação dos mandatos dos parlamentares eleitos, o que levou o PCB a recorrer ao STF ou ao próprio TSE. Mello (1996, p. 530) descreve que “enquanto alguns parlamentares de outras legendas concordavam que, mesmo com o partido fora da lei, a condição parlamentar dos comunistas eleitos deveria ser respeitada, o PSD discordava aspirando às vagas dos futuros cassados”. A tentativa de extinguir os mandatos dos deputados comunistas passou a ser objeto de projeto legislativo por parte dos representantes do PSD, que “foi

recusado pelo presidente da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, Agamenon Magalhães do PSD de Pernambuco, apoiado pela bancada comunista” (idem).

Na Paraíba, João Santa Cruz criticou a posição de setores da Câmara dos Deputados, formulando “apelo aos democratas sinceros para que lutem pela preservação do regime” (Jornal *A União*, 20 jun. 1947). Isso, porém não era fácil. Declaradamente, o presidente Dutra e a cúpula do Exército, além da Igreja, batiam-se pela providência, que foi reforçada a 21 de outubro, mediante rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética.

Na Assembléia Legislativa da Paraíba, alguns deputados, como Nominando Diniz e Luiz Gonzaga de Oliveira, não expressaram sentimento anticomunista. Para o primeiro “a cassação dos deputados comunistas constitui atentado à democracia e à Constituição, processando-se nos bastidores ameaça às conquistas democráticas” (MELLO, 1996, p. 537). Santa Cruz repisou a questão a 19 de junho, 08 e 23 de julho. Mello transcreve parte de um discurso feito na primeira dessas sessões, onde lhe coube sustentar que “(...) o golpe branco não recorre à força e sim aos tribunais mascarados de legalidade para suprimir os verdadeiros representantes do povo” (Idem, p. 538).

Três semanas depois, Santa Cruz leu no plenário um telegrama vindo de Campina Grande, com mais de cento e trinta assinaturas contrárias à cassação dos mandatos comunistas, acrescentando que os tribunais não tinham poder para cassar os mandatos conferidos pelo povo. Após várias delongas, a propositura foi votada e rejeitada, por 13 votos contra 11, em 16 de junho de 1947.

Em janeiro de 1948, na sede do Sindicato dos Gráficos, o deputado Santa Cruz e o vereador Cabral Batista, ambos da direção do PCB, tentaram fazer uma conferência aos militantes para discutir a cassação dos mandatos dos comunistas. O DOPS não deixou que a reunião fosse realizada porque “não havia permissão da polícia”.³⁸

A bancada paraibana no Congresso Nacional, em 08 de janeiro de 1948, também se posicionou sobre a cassação dos mandatos parlamentares comunistas. Argemiro de Figueiredo, Janduy Carneiro, João Úrsulo Ribeiro Coutinho e José Joffily, discursaram

³⁸ Ficha do DOPS de João Cabral Batista. Cf. Silva, 2003, p. 166.

pela cassação e contrariamente colocaram-se Ernani Sátiro, Plínio Lemos e Osmar de Aquino.

Em 09 de janeiro de 1948, o Tribunal Superior Eleitoral enviou à Assembléia Legislativa da Paraíba a comunicação que determinava a extinção dos mandatos eletivos de todos os parlamentares eleitos pelo Partido Comunista do Brasil, sendo no dia 15 do mesmo mês e ano, através da Resolução Nº. 01/48, declarado extinto o mandato de João Santa Cruz de Oliveira e seus respectivos suplentes.

Compelido à clandestinidade, o PCB responde à truculência do governo Dutra com uma política estreita e sectária, expressa nos Manifestos de 1948 e 1950, o que conduziu os comunistas a um profundo isolamento, além de dar início à luta interna entre as facções partidárias.

1.5. Participação em Eleições no Período da Clandestinidade

Observamos que mesmo com seus registros cassados, o PCB paraibano se fez presente nas campanhas eleitorais de 1947, 1950 e 1951, quando, seguindo orientação do Comitê Nacional, se aproximou estrategicamente das legendas que se encontravam na legalidade, conforme verificamos nos textos que seguem.

1.5.1. Eleições Municipais de 1947

Decretada a ilegalidade do PCB pelo TSE e tendo em vista as eleições para prefeitos e vereadores em todos os municípios brasileiros, a realizarem-se em 12 de outubro de 1947, os militantes comunistas brasileiros procuraram guarida nas legendas legalmente reconhecidas para que assim pudessem concorrer aos processos eleitorais. Em João Pessoa, apesar de Santa Cruz ainda não ter perdido o mandato de deputado estadual³⁹, os pecebistas aproximaram-se da União Democrática Nacional (UDN),

³⁹ Conforme vimos anteriormente o deputado estadual pecebista João Santa Cruz só perde seu mandato em 15 de janeiro de 1948.

apoiando as candidaturas de Luiz de Oliveira Lima e Vasco Toledo para prefeito e vice, respectivamente, que tinha como principal adversária a chapa do PSD composta por Osvaldo Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e Jocelino Francisco Mota. Em troca deste apoio, consubstanciou-se a pretensão dos pecebistas em movimentarem-se para elegerem o gráfico comunista João Cabral Batista a uma cadeira na Câmara Municipal. Os comunistas pessoenses proscritos ainda chegaram a realizar, nos dias 03 e 09 de outubro, na Lagoa, Parque Solon de Lucena, duas manifestações populares, com as presenças dos deputados pecebistas pernambucanos Gregório Bezerra e Agostinho Santos.

Em Campina Grande, os militantes comunistas, diferentemente dos da capital, apoiaram a candidatura da Coligação Democrática Campinense⁴⁰, que tinha como candidato a prefeito o médico Elpídio de Almeida e a vice o capitão do exército Antônio Rodembusch, onde, a contragosto do Diretório Estadual, arregimentou-se a campanha para vereador do comerciante João Cavalcanti Pedrosa pelo Partido Socialista Brasileiro.

Albuquerque do Ó diz que “a influência dos camaradas doutores Antônio Queiroga, Inácio Mayer, Francisco de Lima Neto e Olímpio Bonald Filho junto à direção local do Partido Comunista foi decisiva para que os comunistas campinenses apoiassem Elpídio de Almeida” (1999, p. 55), que, avesso à ideologia e prática marxista, concordou em receber a adesão esquerdista desde que o partido não tivesse parte ativa nos palanques. Porém, não deixa de chamar a nossa atenção o fato de Elpídio, de uma tradicional família areiense, receber o apoio comunista.

Silva (2003) analisa que este apoio foi responsável por um conflito, naquela ocasião, entre Diretório Municipal daquela cidade e a Direção Estadual do PCB, tendo como pano de fundo o fato dos então candidatos a vice-prefeito e a vereador terem se proposto a aceitar a adesão comunista sob a condição de que o mesmo não se

⁴⁰ A coligação, orientada por José Joffily e Vergniaud Wanderley, contou ainda com o apoio do PSB, do PTB e do PRP, partidos políticos com pouca expressão, além dos comunistas locais. Essa aliança foi resultado da dissidência da ala udenista de José Américo em oposição à de Argemiro Figueiredo que lançou a candidatura a prefeito do major fazendeiro Veneziano Vital do Rego. A união destes dois políticos na “redemocratização” de 1945, sob a legenda da UDN, só foi possível por nenhum dos dois admitir ser liderado pelo então interventor Ruy Carneiro, ficando ambos no âmbito de um mesmo partido com suas respectivas alas. Cf. Sylvestre. 1982, p. 100.

tornasse público. O abalo entre os pecebistas das duas cidades se deveu pelo fato de os de Campina Grande terem aceitado as condições impostas e a Direção Estadual pessoense entender que aquela submissão insultava gravemente o partido, propondo que o apoio só deveria existir se fosse público. Silva (2003, p. 251) descreve que o não entendimento deste ponto de vista pelos comunistas campinenses fez com que os dirigentes estaduais se posicionassem contrários àquela candidatura, incumbindo militantes pessoenses a irem a Campina Grande, dois dias antes do encerramento da campanha, para picharem as principais ruas da cidade com a frase “Os comunistas apóiam Capitão Rodembusch”, o que fez os comunistas locais no dia seguinte lavarem os muros.

Sem acatar a decisão do Diretório Estadual, os comunistas campinenses empreenderam campanha com mobilizações populares que tinham como mentor o militante Félix Araújo, responsável por articulações até então inéditas nos pleitos eleitorais⁴¹, sendo inclusive responsável pela autoria do hino da campanha “Marcha da Vitória”, inspirado no da Revolução Francesa e cantado no ritmo da música “Vassourinha”.

As eleições trouxeram os resultados abaixo:

QUADRO 07 – Resultado das Eleições Municipais para Prefeito em João Pessoa e Campina Grande

JOÃO PESSOA		
Candidato	Partido/Legenda	Votos
Osvaldo Pessoa Cavalcanti de Albuquerque	PSD	6.678
Luiz de Oliveira Lima	UDN	6.406
Antônio Boto de Menezes	PR	1.191
Giácomo Zácara	PRP	381
CAMPINA GRANDE		
Candidato	Partido/Legenda	Votos
Elpídio de Almeida	PL/PSD	8.742
Veneziano Vital do Rego	UDN	6.456

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

⁴¹ A campanha incorporou bandas de música e lenços que simbolizavam a cor partidária, assim como as passeatas das mulheres, etc. Cf. Araújo, 2000, p. 84.

Os resultados mostraram a vitória em João Pessoa de Luiz de Oliveira Lima, com 7.028 sufrágios. Porém, o mesmo não chegou a assumir o cargo de prefeito, uma vez que os resultados foram alterados após a anulação das urnas de Cabedelo, seu principal reduto eleitoral. Mello (2001, p. 288) descreve que essa impugnação foi fruto da articulação do candidato a vereador pessedista Janson Guedes e do advogado “ruísta” Severino Alves da Silveira. Quanto a Cabral Batista foi eleito como o vereador mais bem votado da capital, com 958 votos. Em Campina Grande, registraram-se as vitórias de Elpídio de Almeida, com 8.742 votos, e de João Cavalcanti Pedrosa, com 756, como o sétimo vereador mais votado.

Argemiro de Figueiredo analisando o malogro eleitoral de seu candidato Veneziano Vital do Rego deduziu que “o que nos derrotou foi a contribuição comunista que deu aos nossos adversários mais de dois mil votos” (SYLVESTRE, 1982, p. 117). Possivelmente, para esta análise, Argemiro teve em vista a forma pela qual, nesta campanha, o militante Félix Araújo junto a outros comunistas mobilizaram as massas e não os resultados dos sufrágios vividos pelo PCB nas eleições de 1945 e 1947, conforme anteriormente fizemos referência, que foram inferiores aos números por ele mencionados.

1.5.2. As Agitadas Eleições de 1950

As eleições de 03 de outubro de 1950 para presidente, vice-presidente, senador, suplente de senador, governador, vice-governador e deputado federal e estadual ficaram conhecidas como uma das mais violentas da história política da Paraíba, pois durante os quase sete meses de campanha, nos diversos municípios do Estado, ocorreram diferentes agitações entre os partidários das duas candidaturas.

A disputa presidencial se deu entre Getúlio Vargas, pelo PTB/PSP, e o tenente-brigadeiro Eduardo Gomes, representante da UDN. A constituição das chapas estaduais para esse pleito se deu depois que, no seio da UDN, se travou uma disputa entre o senador José Américo de Almeida e o deputado federal Argemiro de Figueiredo quanto a quem seria candidato a governador, o que resultou na deserção do primeiro

para o Partido Libertador, articulando uma aliança com o PSD de Ruy Carneiro e se fazendo então candidato contra o segundo⁴².

Neste pleito, a Direção Nacional do PCB decidiu pelo voto nulo para presidente da República e deixou a cargo dos Comitês Estaduais o dever de escolherem suas posições sobre quem apoiariam nas eleições do Estado. Na Paraíba, as forças comunistas na ilegalidade apoiaram José Américo, adesão essa que teve por base o discurso proferido pelo senador na tribuna do Congresso Nacional, repudiando a cassação do mandato do senador Luiz Carlos Prestes e dos deputados federais e estaduais comunistas. Para concorrer naquelas eleições à Assembléia Legislativa da Paraíba, o PCB lançou, pela legenda do PSP, como candidato, o operário Luiz Bernardo da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Pessoa e membro do Comitê Estadual comunista.

Campina Grande, por ser a terra natal de Argemiro Figueiredo, caracterizou-se como a cidade politicamente mais agitada do Estado, sendo palco de acontecimentos violentos, como o que ficou conhecido como o “Massacre da Praça da Bandeira”. Ali, Argemiro Figueiredo, em 23 de abril, deu início a sua campanha após a convenção festiva realizada no cinema Capitólio, seguida de grande comício. A Coligação também escolheu Campina para demonstrar sua capacidade de votos e, em 28 de maio, promoveu o primeiro grande comício de José Américo com o apoio do prefeito Elpídio de Almeida, na Praça da Bandeira⁴³.

Félix Araújo por ser muito próximo ao prefeito Elpídio de Almeida e já não mais militando no PCB desde 1948, envolveu-se profundamente na campanha de José Américo sob a promessa de que, se eleito fosse, seria nomeado Secretário de Educação e Cultura do Estado. O ex-comunista, assim como na campanha elpidista de 1947, mostrou-se muito presente com seus hinos e suas passeatas, atraindo apoios eleitorais, proferindo vários discursos e escrevendo dezenas de manifestos e boletins.

⁴² A COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA PARAIBANA era composta pelo Partido Social Democrático (PSD), pela ala americista da UDN filiada ao Partido Libertador, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, pelo Partido Socialista Brasileiro, pelo Partido Democrata Cristão, além do apoio dos militantes comunistas e dos integralistas do PRP. A ALIANÇA REPUBLICANA era formada pela UDN e pelo Partido Republicano (Legenda que abrigou o ministro José Pereira Lira que saiu do PSD). Cf. Sylvestre. 1982, p. 173.

⁴³ Principal praça da cidade e ponto de encontro da sociedade campinense nas décadas de 1940 e 1950, graças à presença do Edifício Esial que se situava a sua frente, onde se encontrava instalado um sistema de radiodifusão (serviço de alto-falantes).

O hino foi uma adaptação da “Marcha da Vitória” de 1947, substituídas algumas frases de conotação local por mensagens de cunho estadual. No mais, bastou tirar “O Dr. Elpídio de Almeida” e colocar “O Dr. José Américo”, excluir “Rodembusch” e incluir “Ruy Carneiro” e já naquele comício inicial a música da “Vassourinha” passou a funcionar como carro-chefe da promoção do candidato coligado (SYLVESTRE, 1982, p. 177).

Dos vários episódios ocorridos naquela cidade, durante a campanha, o que mais violento se caracterizou foi o “Massacre da Praça da Bandeira”, ocorrido em 09 de julho. Sylvestre (1985, p.p. 199-203) descreve que para esta data a Aliança argemirista marcou uma programação com a finalidade de suplantar o grande comício realizado pela Coligação americista no dia 28 de maio. Durante todo o dia, caminhões e ônibus dos diversos recantos do Estado traziam argemiristas com suas bandeiras e lenços amarelos⁴⁴ e, após a chegada da comitiva de João Pessoa, deu-se início a uma passeata por várias ruas da cidade com destino à Praça da Bandeira, onde se realizou o comício considerado como uma das maiores concentrações políticas já ocorridas em Campina Grande⁴⁵. Quando terminou o show, a maior parte da multidão desceu em passeata até a residência de Argemiro. Diante deste grande evento os coligados não ficaram passivos:

A festa udenista foi espetacular e deixou enraivados os chefes e correligionários da UDN e do PR. (...) Nesse espaço de tempo, entre 20 e 21 horas, como num passe de mágica, começaram a se reunir nos “canteiros” da Praça da Bandeira grupos de adeptos da Coligação dando “vivas” a José Américo e acenando lenços brancos. (...) Sem banda de música e sem camioneta com alto-falantes, simplesmente no grito, os pequenos ajuntamentos se agruparam e passaram a percorrer algumas ruas da cidade. (...) já então uma verdadeira multidão tomou de assalto a Praça da Bandeira, dirigindo-se aos palanques armados lado a lado, na esquina do cinema Capitólio (SYLVESTRE, 1982, p. 200-201).

Os partidários americistas invadiram o palanque adversário e logo depois que começaram a discursar teve início a uma pancadaria generalizada seguida de tiroteio, que resultou por fim em três mortes⁴⁶ e entre quinze a vinte feridos. Ainda segundo

⁴⁴ A cor amarela a princípio era aludida pelos coligados à Argemiro pela sua palidez, que sem dar maior importância ao apelido o adotou como base visual de sua campanha. A Coligação incorporou a cor branca baseando-se no simbolismo da paz e da pureza que essa tonalidade representa. Id. Ibid p. 235.

⁴⁵ Estrelas do cenário artístico nacional se apresentaram na Praça: Ester de Abreu, Luiz Gonzaga, Rui Rei, Black Out, Emilinha Borba e o arcodionista Sivuca, paraibano de Itabaiana, à época ainda um cartaz apenas regional, ligado a Radio Jornal do Comércio do Recife. Id. Ibid p.p. 200-2001.

⁴⁶ O bancário Rubens de Souza Costa e os operários José Ferreira dos Santos e Oscar Coutinho. Cf. Sylvestre, 1985, p.p. 202-203.

Sylvestre (1985, p. 205), a “cidade cobriu-se de luto e medo e logo no dia seguinte começaram a chegar jornalistas e políticos de João Pessoa e do Recife e contingentes policiais patrulhavam as ruas fortemente armados”. O velório das vítimas foi realizado na residência do então candidato a deputado estadual Severino Cabral (PL), onde quase todos os coligados estavam, saindo em cortejo para o Cemitério do Monte Santo, onde vários oradores americistas fizeram uso da palavra.

A campanha eleitoral paraibana de 1950, principalmente em Campina, se dividiu em dois momentos: antes e depois do “O Massacre da Praça da Bandeira”. O incidente foi comentado longa e exaustivamente durante duas semanas nas tribunas da Câmara e do Senado Federal.

Durante mais de duas semanas não ocorreram comícios em Campina. No final do mês ocorreram duas concentrações, a primeira da UDN no dia 27, realizada no Bairro São José, onde os aliancistas negaram as acusações sobre as mortes; e no dia 30 foi a vez do PSD que escolheu a Praça da Bandeira para reafirmar as acusações sobre Argemiro e Pereira Lira.

Em fins de agosto, o candidato à presidência da República pelo PTB, Getúlio Vargas, esteve em Campina Grande, onde ganhou o apoio dos coligados, que o recebeu em grande comício na mesma Praça onde acontecera o massacre.

Ocorridas às eleições e dadas às apurações se verificou o número de sufrágios que segue:

QUADRO 08 – Resultado das Eleições de 03/10/1950 na Paraíba

CARGO: GOVERNADOR				
Candidato	Partido	Campina	João Pessoa	Estado
José Américo (Eleito)	CDP/PSD	17.248	16.887	147.093
Argemiro Figueiredo	AR/UDN	12.770	7.055	111.152
CARGO: VICE-GOVERNADOR				
Candidato	Partido	Campina	João Pessoa	Estado
João Fernandes de Lima	CDP/PSD	17.228	16.730	145.633
Renato Ribeiro Coutinho	AR/UDN	12.772	6.949	111.259
CARGO: SENADOR				
Candidato	Partido	Campina	João Pessoa	Estado
Ruy Carneiro	CDP/PSD	17.217	16.848	144.451
José Pereira Lira	AR/UDN	12.386	6.734	109.272
CARGO: DEPUTADO FEDERAL				
Candidato	Partido	Campina	João Pessoa	Estado
Alcides Vieira Carneiro	CDP	681	6.333	17.654
Elpídio Josué de Almeida	CDP	11.965	204	17.283

José Joffily Bezerra de Melo	CDP	3.318	876	17.198
Samuel Vital Duarte	CDP	232	3.127	16.378
João Agripino Filho	AR	108	180	15.224
José Janduhy Carneiro	CDP	84	349	13.883
Ernani Ayres Sátyro e Sousa	AR	1.381	33	12.365
José Gaudêncio Correia de Queiroz	AR	4.777	113	11.750
Antonio Pereira Diniz	CDP	189	503	11.627
Osvaldo Trigueiro de A Melo	AR	413	490	11.409
CARGO: DEPUTADO ESTADUAL				
Candidato	Partido	Campina	João Pessoa	Estado
Luiz Bernardo	PSP	226	451	1.056

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Os resultados do pleito mostraram como vitorioso ao governo paraibano o candidato José Américo, que também vencera Argemiro em Campina Grande, fato que causou a este grande decepção “Perder no Estado era uma contingência da luta. Perder na sua terra, jamais lhe ocorrera à hipótese” (Id. Ibid, p. 259).

O candidato a deputado estadual apoiado pelos comunistas Luiz Bernardo (PSP) obteve apenas 1.056 votos que foram insuficientes para levá-lo à Assembléia Legislativa.

Depois de eleito José Américo, que havia prometido a Félix Araújo a Secretaria de Educação e Cultura do Estado, não cumpriu com a palavra alegando que o líder estudantil ainda era um agente comunista agindo clandestinamente. O ex-pracinha providenciou depoimentos e investigações quanto ao seu comportamento que o isentavam de qualquer envolvimento com os comunistas, mesmo assim não foi nomeado para qualquer função pública estadual.

1.5.3. Eleições Municipais de 1951

Durante a campanha eleitoral para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores em todos os municípios brasileiros, cujas eleições se realizaram em 12 de agosto de 1951, o PCB se encontrava envolvido em mobilizações contra a guerra da Coréia,⁴⁷ colhendo assinaturas por meio de abaixo-assinados e fundando comitês pela paz por todo o país.

⁴⁷ Com a rendição do Japão em 1945, a Coréia foi dividida em duas zonas de ocupação: uma norte-americana, ao sul; outra soviética, ao norte, refletindo a Guerra fria. Em 25 de junho de 1950, tropas da Coréia do Norte invadem o sul numa tentativa de unificar o país sob o regime comunista e o Conselho de

Na capital paraibana, concorreram ao pleito municipal Luiz Gonzaga de Oliveira Lima e José Bethamio Ferreira, pelo PTB; Antônio Boto de Menezes e Eunápio da Silva Torres, apoiados pelo então governador José Américo da coligação PL/PSD; e José Targino e Luiz Gonzaga de Miranda Freire representando a UDN. O Diretório Estadual do PCB resolveu continuar próximo da UDN e apoiar para à Câmara Municipal, na capital paraibana, novamente o sindicalista João Cabral Batista, que na campanha de 1947 havia sido eleito como o vereador mais bem votado de João Pessoa.

No município de Campina Grande, o então prefeito e já deputado federal eleito, Elpídio de Almeida, com a legenda situacionista do Partido Libertador em suas mãos, resistiu às pretensões de seus aliados pessedistas⁴⁸ quanto à escolha de seu sucessor e lançou os nomes de Plínio Lemos e Lafaiete Cavalcanti a prefeito e vice, respectivamente, como candidatos pela Coligação Democrática Campinense (PL/PSD/PSB). Para enfrentar a chapa situacionista, a oposição udenista teve como candidato a prefeito o próprio Argemiro Figueiredo e a vice o médico Severino Henrique da Cruz. Argemiro, ainda debilitado do fracasso das últimas eleições, resolveu jogar todo o seu prestígio numa cartada decisiva e precisando do apoio do povo da área urbana, aceitou a candidatura dos comunistas na sua chapa. O Comitê local pecebista que, na última eleição municipal, havia apoiado Elpídio de Almeida e o capitão Antônio Rodembusch da Coligação Democrática Campinense, agora, não mais contrariando o Diretório Estadual, resolveu posicionar-se junto ao argemirismo udenista.

O melhor nome que o PCB campinense dispunha naquele momento era o de José Peba Pereira dos Santos. No entanto, ele e outros comunistas estavam muito visados pela repressão e pela Justiça Eleitoral que, em alguns locais, indeferira candidatos em outras legendas por considerar que pertenciam ao partido proscrito. Então, o Diretório Municipal resolveu lançar o nome do ourives militante Uziel do Vale para concorrer a uma cadeira na Câmara Municipal pela UDN. A campanha de Uziel seguiu uma

Segurança da ONU decide enviar tropas a Coréia. Integradas majoritariamente por soldados dos EUA, estas tropas lançam um contra-ataque em setembro de 1950 e ocupam rapidamente a Coréia do Norte. A China entra em socorro aos norte-coreanos e os norte-americanos recuam. Daí em diante os combates prosseguem por mais dois anos, quando é assinada a trégua em julho de 1953. Cf. Mello, 2003, p. 77.

⁴⁸ O PSD, principal aliado de Elpídio na Câmara de Vereadores, tinha candidato próprio na pessoa do deputado federal pessedista José Joffily Bezerra de Mello, um dos agentes da vitória elpidista em 1947. Contudo, o então prefeito foi irredutível quanto ao nome de Plínio Lemos. Cf. Sylvestre, 1982, p.p. 267-268.

orientação da Direção Nacional do partido, propagando a mensagem de paz, se posicionando contra o envio de tropas brasileiras à Coréia e à utilização da bomba atômica. Uziel, em entrevista ao jornalista João Batista Barbosa, transcrita por Waldir Porfírio (2003), disse que os comunistas não tinham nenhuma proposta sobre os problemas locais e realizaram uma campanha inteiramente ligada às questões gerais; as pichações dos muros feitas por Uziel e companheiros continham dizeres contra a guerra da Coréia. Tudo isso foi razão para que alguns eleitores indagassem a ele “Você só sabe falar dessa Coréia, não sabe dizer outra coisa, não?” (SILVA, 2003, p. 256).

No município de Guarabira, os comunistas apoiaram a candidatura do deputado federal Osmar de Aquino a prefeito da cidade, que havia votado e discursado contra a cassação dos mandatos parlamentares do PCB na Câmara Federal em 1947.

QUADRO 09 – Resultado das Eleições Municipais para Prefeito em João Pessoa e Campina Grande

JOÃO PESSOA		
Candidato	Partido/Legenda	Votos
Luiz Gonzaga de Oliveira Lima	PTB	9.649
Antônio Boto de Menezes	PL/PSD	7.775
José Targino	UDN	2.760
CAMPINA GRANDE		
Candidato	Partido/Legenda	Votos
Plínio Lemos	PL/PSD	13.909
Argemiro de Figueiredo	UDN	11.124
Antonio Rodembusch	PR	225

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Em João Pessoa, o candidato petebista Luiz Gonzaga suplantou tanto o PSD quanto a UDN e, em Campina Grande, Plínio Lemos foi eleito prefeito com uma maioria de 2.785 votos sobre Argemiro de Figueiredo. O PCB, que havia apoiado a UDN nestas duas cidades, não contribuiu com nenhuma expressividade de sufrágios, pois nem o candidato pessoense nem o campinense a vereadores obtiveram êxito, ambos apresentando um número de sufrágios quase que pela metade dos resultados anteriores⁴⁹.

⁴⁹ Em João Pessoa Cabral Batista, que em 1947 havia sido eleito como 958 votos, não se reelegeu obtendo apenas 477 sufrágios. Contudo, nesta legislatura assumiu o mandato algumas vezes na condição de suplente. Em Campina Grande, o candidato apoiado pelo PCB em 1947 João Cavalcanti

Enquanto isso o ex-militante comunista Félix, que continuava ligado a Elpídio de Almeida, foi eleito como o vereador mais votado de Campina, tendo atuado na campanha, fazendo freqüentes ataques tanto a Argemiro quanto ao comunismo.

CAPÍTULO II

O EMBATE DAS FORÇAS POLÍTICAS PARAIBANAS NA “REDEMOCRATIZAÇÃO” DE 1945: ESTADO X PCB

Ao longo do século XIX e início do XX, a História Política era tida e entendida mais como uma espécie de história militar ou diplomática do que qualquer outra coisa. É fato que os metódicos e positivistas se preocupavam apenas com os grandes nomes da história “universal”. Para eles o importante era o desenvolvimento político, desde Ranke a preocupação era em descrever o conteúdo de documentos diplomáticos ressaltando a história do Estado e de suas relações exteriores, “pois acreditava que as relações diplomáticas determinavam as iniciativas internas do Estado” (REIS, 1996, p. 11).

Havia a idéia de que os fatos falavam por si, e de que o historiador deveria se distanciar do objeto para manter uma neutralidade, precisava ele abster-se totalmente do fato e observá-lo de um patamar superior, alheio a ele, pois só dessa forma a verdade histórica não sofreria deformações. Ao historiador cabia apenas a função de “recuperar os eventos, suas interconexões e suas tendências, através da documentação e fazer-lhes a narrativa (...) a história se limitaria a documentos escritos e oficiais de eventos políticos” (REIS, 1996, p. 12).

É a partir da década de 1920 que ocorre uma crítica mais sistematizada a esta história “tradicional”, crítica essa que será implacável especialmente em relação à história política, definida nos moldes de então. Cabe lembrar que esta crítica se realizou pioneiramente pela Escola dos Annales, constituída na França a partir dos anos 20. Lucien Febvre e March Bloch deram então início a uma nova produção historiográfica, movimento então denominado História Nova. A partir de então, a história deslocava seu foco fundamental de análise para aspectos relativos à atividade humana em seu sentido mais pleno. Não mais, portanto, o estudo de um passado de glórias, com suas guerras e relações diplomáticas, senão o estudo dos processos relativos à figura e à ação humana no plano das massas anônimas.

Em meio a esse processo de renovação historiográfica surgiu, no final dos anos 60, a Nouvelle Histoire. Vertente essa que apresentou momentos distintos quanto à natureza de sua produção historiográfica. No seu primeiro momento a única novidade adotada foi a abertura para as temáticas culturais, contudo as formas de abordá-las continuaram a ser a quantificação em larga escala, herdada do período anterior que se convencionou chamar de “Era Braudeliana”, instrumental nada harmônico para uma historiografia que se apresentava como nova. Essa perspectiva instrumental dura pouco, pois já em meados da década de 1970 eclodiu uma crítica ao reducionismo relativo ao uso da quantificação ao nível da história cultural, e que se estabeleceu a partir de uma “viragem antropológica”, um “retorno à política” e do “renascimento da narrativa” (BURKE, 1997, p.p. 93-107). Inicialmente, historiadores franceses liderados por Jacques Le Goff e Pierre Nora organizaram a famosa e prestigiosa trilogia *História: Novos Problemas, Novas Abordagens e Novos Objetos*. Mais tarde, a *Microstoria* em Itália e o *Anthropological Mode of History* começavam a ser praticados por certos historiadores americanos (CHARTIER, 1990, p. 77).

Nesse contexto, vale destacar a importância do processo de surgimento da nova história política no interior do campo da História Cultural, apontando assim para uma retomada da História Política em termos de uma análise das relações de poder em sociedades dadas e sua representação, em especial sua representação do simbólico, isto é, do imaginário simbólico acerca de uma estrutura de poder dada.

Vários autores têm dedicado suas análises em favor de uma reavaliação da História Política no contexto atual da historiografia. A marca fundamental dessa corrente de estudiosos é a identificação de um campo específico do político, com estruturas e uma cultura que lhe são próprias, assim como a inserção desse campo de conhecimento no interior da historiografia atual em uma perspectiva mais ampla. Preocupa-se com a “história das formações políticas e das ideologias, em que o estudo da cultura política ocupa um lugar importante para a reflexão e explicação dos fenômenos políticos, permitindo detectar as continuidades no tempo de longa duração” (FERREIRA, 1992, p. 268).

Dessa forma, a grande novidade da Nova História Política - se comparada com a aquela história “tradicional” do século XIX - encontra-se situada em relação às fontes,

ao padrão da narrativa dos acontecimentos, ao trabalho proposto em moldes de longa duração e, fundamentalmente, em termos da abordagem de seu objeto. É o Estado capturado por meio de seus símbolos (os cerimoniais, as paradas militares, as tradições inventadas, os gestos teatralizantes, a retórica convincente, etc.), portanto, aquele que se situa no centro daquilo que constitui as preocupações fundamentais da Nova História Política. Nesses termos, a ênfase em uma história das guerras ou das relações diplomáticas pura e simplesmente decaiu significativamente.

É nesse sentido, que cabe destacar a ação inovadora recente de autores como Peter Burke, Jean-Marie Apostolidès e Emmanuel Le Roy Ladurie, que privilegiando o Estado monárquico francês elaboram estudos exemplares no interior desse movimento em favor de uma Nova História Política⁵⁰. Três grandes expoentes dessa Nova História Política, os quais procedem a uma releitura dos vários aspectos que permearam a construção de um sistema de governo e de uma cultura política determinada, relacionando ainda essa dimensão com o conjunto da totalidade da sociedade em questão.

Ainda sobre o teor dos estudos da Nova História Política a historiadora Pesavento discorre que:

Se centram em torno do imaginário do poder, sobre a performance de atores, sobre a eficácia simbólica de ritos e imagens produzidas segundo fins e usos do político, sobre os fenômenos que presidem a repartição da autoridade e do poder entre grupos e indivíduos, sobre mitos e crenças que levam os homens a acreditar em alguém ou algo, pautando a ação e a percepção da realidade sobre os mecanismos pelos quais se constroem identidades dotadas de poder simbólico de coesão social (PESAVENTO, 2003, p.p. 75).

Como vemos, a História Cultural não exclui a política de suas abordagens. Pesavento conclui que o campo do político tem sido um dos mais ricos para trabalhos com conceitos de representações. Além de lançar mãos sobre outros tipos de fontes

⁵⁰ BURKE, Peter. **A Fabricação de Luís XIV**. RJ, Jorge Zahar Editor, 1993 (publicado nos Estados Unidos e Inglaterra em 1992); APOSTOLIDÈS, Jean-Marie. **O Rei Máquina - Espetáculo e Política no Tempo de Luís XIV**. RJ, José Olympio, 1993 (publicado nesse mesmo ano na França); e LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O Estado Monárquico: França 1450-1610**. SP, Cia. das Letras, 1994 (publicado na França pela primeira vez em 1987).

históricas⁵¹, antes condenadas, os historiadores não estão impedidos de utilizar os documentos oficiais, no entanto lidos com outros olhos e formulando novas questões.

Em síntese, o objetivo de abordar um pouco a História Cultural num trabalho de História Política, consiste justamente em tentar mostrar que não há incompatibilidades na pesquisa histórica a ponto de radicalizar as fronteiras das especificidades. Apesar de falarmos em História Política, História Econômica, História Cultural, não existem objetos meramente políticos, econômicos ou culturais, há uma interação entre eles. Assim sendo, com a chamada Nova História Política, uma das várias formas de abordá-la se dá pelos métodos da História Cultural.

É nesse sentido que neste capítulo analisaremos como se estabeleceram as relações de forças políticas travadas pelo poder na Paraíba, no período de 1945 a 1953, com o cuidado de não sermos meramente factuais ou descritivos. Mais especificamente, consideraremos os embates eleitorais entre o poder estabelecido, juntamente com as instituições que lhe serviam, e os militantes comunistas; processo esse que apreciamos como responsável pela construção de uma cultura política determinada, no caso peculiar o imaginário social acerca do comunismo.

Neste contexto, desenrolaram-se relações de poder, às vezes claramente identificadas, como o poder formal e impessoal, como o poder legal, como o uso da força ou como a influência social, política ou ideológica, e, às vezes, inconscientes e subliminares, sob a forma do “poder simbólico” (BOURDIEU, 1989).

Bourdieu aborda a questão do poder a partir da noção de campo⁵² considerando o campo do poder como um “campo de forças” definido em sua estrutura, pelo estado de relação de forças entre formas de poder ou espécies de capital diferentes. É um campo de lutas pelo poder, entre detentores de poderes diferentes; um espaço de jogo, onde agentes e instituições, tendo em comum o fato de possuírem uma quantidade de capital específico (econômico ou cultural especialmente) suficiente para ocupar

⁵¹ Cf. texto “Documento/Monumento”, de Jacques Le Goff, que trata da revolução documental promovida pelos fundadores dos Annales, p.p. 535-549. IN: **História e Memória**. 1992.

⁵² Para Bourdieu, o campo é um universo complexo de relações objetivas de interdependência entre subcampos ao mesmo tempo autônomos e unidos pela solidariedade orgânica de uma verdadeira divisão do trabalho de dominação. Diz respeito a uma população, ou seja, um conjunto de agentes suscetíveis de serem submetidos a partições reais e unidos por interações ou ligações reais e diretamente observáveis. O campo é um universo que tem sua especificidade e sua dinâmica próprias. Na medida em que a sociedade avança, ela se diferencia em universos separados: os campos. Cf. Bourdieu, 1989, p.p. 373-374.

posições dominantes no seio de seus respectivos campos, afrontam-se em estratégias destinadas a conservar ou a transformar essa relação de forças (BOURDIEU, 1989, p. 375).

2.1. Raízes do Conflito na Paraíba

Na Paraíba, as relações de força entre o poder instituído e o comunismo não nasceram com a “redemocratização”, apenas tornaram-se mais evidentes, uma vez que a abertura “democrática”, estabelecida com o fim do Estado Novo getulista em 1945, permitiu a manifestação dos setores de oposição. Destarte, observamos que já na década de 1930, começaram os embates entre estas duas frentes, e é um pouco soube como surgiram essas rivalidades na luta pelo poder que nos deteremos inicialmente, antes de nos apreendermos ao nosso recorte temporal específico.

2.1.1. A Emergência do “Perigo Vermelho”

O pavor ao “perigo vermelho”⁵³, originou-se com a Revolução Russa, ocorrida em 1917. Em verdade, houve duas revoluções. A primeira, de fevereiro de 1917, derrubou o regime czarista e tentou implantar um Estado liberal moderno. Já a segunda, em outubro do mesmo ano, que deu o poder aos bolcheviques e instituiu o Partido Comunista Russo, sob a liderança de Lênin, “foi recebida com desaprovação e sérias preocupações sobre o destino que tomaria a Rússia” (MOTTA, 2002, p. 04). A partir de então, o perigo do comunismo irá atemorizar, durante décadas, considerável parcela da sociedade norte-americana, atingindo seu ponto culminante no pós-guerra, com a Guerra Fria. Todavia, nas décadas de 1920 e 1930, posteriores a Primeira Grande Guerra, o temor ao comunismo era irradiado pela Europa Ocidental, particularmente pela França.

⁵³ O símbolo da foice e martelo foi idealizado pelos comunistas para representar a união entre trabalhadores do campo e da cidade, elo social que acreditavam ser o pilar da revolução bolchevique. A cor vermelha simbolizava o comunismo: “Cor da revolução, o vermelho permitia aos anticomunistas associar seus inimigos à imagem da violência e do sangue”. Cf. Motta, 2002, p. 91.

No Brasil, por exemplo, desde que o PCB foi fundado, em 1922, eram os seus filiados referenciados pelo discurso do poder ao caráter de algo mau e, portanto, prejudicial à sociedade. O Partido não possuía um aparelho de difusão de sua ideologia capaz de concorrer com o da máquina estatal. Esta, junto às instituições civis que lhe serviam, foi muito eficaz, barrando a propagação das idéias comunistas, e passando a construir um discurso oficial que foi responsável pelas representações assumidas pela população, que muito distante ficou do ideário marxista.

O Partido Comunista do Brasil era bastante débil, não só na Paraíba como no resto do país, estando sua expressão político-partidária residindo apenas no Bloco Operário Camponês (BOC). No nosso estado, comprova-se esta fragilidade observando-se os resultados das eleições para presidente em março de 1930: “Em Paraíba ainda medularmente agropastoril e dotada de raros serviços públicos, sua votação ascendeu a apenas vinte e um sufrágios, todos restritos à capital (...)” (Idem, p. 178).

Mesmo pelos anos 30, o que prevalecia, na Paraíba, era um esquerdismo difuso que mobilizava estudantes, como Geraldo Joffily, e intelectuais mais sensíveis que se identificavam mais com o antioligarquismo de João Pessoa que com as teses de Revolução Social⁵⁴. “Tanto foi assim que Fiúza Lima, líder dos comunistas na Paraíba, desertou do BOC para a Aliança Liberal” (MELLO, 2001, p. 178).

O governo paraibano, não diferentemente do resto do Brasil, soube utilizar a imprensa oficial como mecanismo eficaz no propósito de barrar as idéias comunistas e fazer impregnar um discurso persuasivo na mente da sociedade, de maneira tal que o comunismo passou a ser visto como “coisa do Satanás”, discurso esse reforçado pela Igreja Católica, a instituição que mais contribuiu para concretização desta idéia, principalmente na região de nossa pesquisa.

⁵⁴ Entende-se por Revolução Social o conceito desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels, que tem por base a transição de um modo de produção ou formação social dada para outro(a) que se sustenta com a tomada do poder do Estado burguês, através do conflito entre as novas forças produtivas e as relações de produção que já não correspondem mais a atual sociedade. A sua missão fundamental consiste em solucionar este conflito e substituir o velho sistema econômico por outro que se harmonize com as novas exigências, desalojando forças sociais anteriores por novas, onde novas instituições, valores, formas de organização, de pensamento, enfim, uma nova sociedade e cultura são estabelecidas. Não se traduz necessariamente numa mudança rápida, podendo levar um tempo imenso a realizar-se. Cf. Hobsbawm, 1989, p. 67.

Outra instituição que na década de 1930 se prestou, da mesma forma, a propagar representações sobre o comunismo foi o jornal campinense *Brasil Novo*⁵⁵, conforme evidenciamos pela chamada abaixo, que teve direito à primeira página:

O Comunismo traz as mãos manchadas de sangue humano. Olhai para sua phisionomia, onde se estampam a hidiondez e a ferocidade de criminosos natos, equivale estudar um mundo de projectos, que têm por fim não a paz da sociedade, não o progresso da Pátria, mas o systema anarchico, o esmagamento do proletariado, e extinção completa da idéia de Deus (Jornal *Brasil Novo*, 28 mar. 193).

Ainda na mesma lauda trazia a publicação de um folheto anticomunista, cujo título estava “Combatendo o Comunismo” e que parece ter circulado no Estado, dado que foi encontrado por nós um exemplar no Cartório de Registro Civil do município de Taperoá, situado no Cariri paraibano. No jornal saiu acrescido do termo abaixo:

Temos sobre nossa banca de trabalhos um folheto contendo as razões porque o general Juarez Távora combate as idéias do ex-chefe revolucionário Luiz Carlos Prestes, oferta que devemos a gentileza do Sr. Carlos di Pace, digno delegado regional desta cidade. Nas suas brilhantes e irrefutáveis razões o destemido general do norte demonstrou inteligentemente o grande mal que nos traria o comunismo. O libreto, que foi organizado pela Secretaria da Segurança, veio acompanhado do manifesto abaixo publicado: (...) (Idem).

O folhetim, que originalmente apresentava o título “Concidadãos!”, expressava representações sobre o comunismo russo, trazendo os trechos que seguem:

CONCIDADÃOS!

Os agentes da propaganda comunista procuram enganar ao operariado e a todas as classes trabalhadoras, dizendo que a sua doutrina é a verdadeira e a que satisfaz melhor porque iguala a todos, distribui trabalhos empregos e arrecada os bens dos ricos em benefício dos pobres. Dizem mais que o governo comunista é o que distribui melhor justiça e assegura mais amplas liberdades.

Concidadãos: proletários, camponeses, soldados, marinheiros! Não vos iludaes com esse canto traiçoeiro de sereia! Ouvi a voz da consciência, a voz da razão!

O comunismo nada disso vos faz porque elle apenas promete, mas pratica cousa diferente. No regime comunista ninguém tem cousa alguma, ninguém tem propriedade, ninguém tem haveres, ninguém direitos! Nem o rico pode ter para si a sua casa confortável, nem o pobre tem para si a sua modesta choupana; tudo pertence ao governo.

No regime comunista ninguém tem ao menos o direito de pensar deferente do governo porque se o fizer será fuzilado sem desculpas; o governo não admite uma critica, uma censura aos seus actos. Nem fala a imprensa, nem se formam os partidos de opposição.

⁵⁵ Sucursal, cujo proprietário e diretor era Tancredo de Carvalho com quem Félix manteve correspondência.

O comunismo destroe o Lar e a Religião.

A família desaparece com o regime comunista; os filhos logo que nascem são entregues obrigatoriamente ao governo que os cria e educa como máquinas, sem o menor amor filial.

Nenhuma religião é permitida pelo comunismo: nem Católica, nem protestante, nem espírita, nada! As Igrejas, os templos são destruídos ou transformados em repartições públicas.

Desaparece assim para o cidadão, o próprio direito de pensar! (...)

Não é possível, que nós brasileiros, nós nortistas, nós paraibanos que ouvimos e vimos de João Pessoa, o ensinamento e o exemplo do verdadeiro regime de ordem de moralidade, de Justiça, traíamos a memória imperecível desse grande cidadão, desse grande homem, dando guarida as idéias que são contrárias a nossa consciência, à nossa educação, aos nossos sentimentos! Não é possível que nós deixemos de repelir as idéias e as práticas que João Pessoa repelia e combatia com todas as forças! (...)

Lê e passe a diante, a outro companheiro vosso, e recomenda que o leia.

Lê e recorda que aqui se convida a amar ao próximo, a amar a Família, a amar a Pátria, enquanto o comunismo procura destruir tudo isso.

De março a junho de 1931, no jornal *Brasil Novo*, os títulos dos artigos referentes ao comunismo já traziam a intenção de causar impacto negativo e sinalizavam para idéia do conteúdo. Citamos, a título de exemplo: “Comunismo ou Fome?”, “Diálogo de um Operário e de um Comunista”, “A Evolução do Regime Soviético”, “O Manifesto de Luiz Carlos Prestes”, “O Terror na Rússia Soviética”, “O Saque pelos Vermelhos”. Convém ainda assinalar o uso do adjetivo vermelho para caracterizar os comunistas, lembrando que, numa convenção literária ocidental cristã, esta cor simbolizava a violência e o sangue, relacionando-a a brutalidade comunista. De uso corrente, passou a ser sinônimo de comunista, marxista, ou socialista.

2.1.2. 1935: A Paraíba Sob as Malhas do Argemirismo

Santana (2000) analisa o processo da reconstrução do poder oligárquico paraibano ocorrido a partir de 1935 e culminado com a consolidação no Estado Novo em 1937. Neste período Argemiro de Figueiredo, no comando da política paraibana, passou a absorver os conflitos interoligárquicos conseguindo conciliar em torno de sua administração a oligarquia açucareira e a algodoeiro-pecuária, cooptando os perrepistas e grupos dissidentes, iniciando, através da conciliação, a política de desestabilização dos setores de resistência e de oposição aos seus interesses políticos. A historiadora descreve que “a partir de fevereiro de 1935, o governo adotou o hábito de abrir as portas do Palácio da Redenção às audiências públicas. (...). Passou a

receber, (...) os prefeitos que, oriundos dos pontos mais distantes do Estado, (...) (...) e o povo em geral (...)” (p. 217).

Para entendermos a mobilização da oposição dos populares se faz necessário observar que a reconstitucionalização do Brasil de 1934 permitiu ao operariado e a pequena burguesia possibilidades de expansão e reivindicações em novos partidos, quando passaram a se alojar no Integralismo e na Aliança Nacional Libertadora⁵⁶. Já em fevereiro de 1935 foram constituídos em João Pessoa o núcleo e a sede social da Ação Integralista Brasileira que, com o apoio dos militantes pernambucanos, passaram a fundar bases em vários municípios da Paraíba.

Neste contexto de liberdade política, assiste-se, na Paraíba, a ascendência da mobilização operária, com a intensificação dos movimentos grevistas. Em fevereiro de 1935, à medida que se acirravam no Parlamento Nacional as discussões sobre a adesão à Lei de Segurança Nacional⁵⁷, na capital paraibana, os operários de diversas categorias realizaram ato público defronte ao prédio da Escola Normal, na Praça João Pessoa, onde funcionava a Assembléia Estadual Constituinte, para protestar contra a aprovação da referida lei.

Depois de março, este mesmo operariado junto ao de Campina Grande e Santa Rita, passou a ter significativa participação na Aliança Nacional Libertadora, sob a liderança do advogado e intelectual João Santa Cruz, fundando, inclusive, alguns jornais operários que tiveram vida efêmera, dada a relevante repressão por parte do governo, dos segmentos oligárquicos e da Igreja, que através de seu órgão oficial, o jornal *A Imprensa*, condenava com veemência a ANL, atribuindo-lhe o clima de “instabilidade” e de “anarquia” que se apossara da cidade.

A partir de julho de 1935, teve início a campanha para as eleições municipais marcadas para 09 de setembro de 1935, envolvendo as facções oligárquicas, representadas pelo Partido Republicano Libertador e pelo Partido Progressista, este sob o comando do próprio Argemiro de Figueiredo, que via neste pleito um embate

⁵⁶ Já em 1932 Plínio Salgado e Gustavo Barroso fundam em São Paulo a Ação Integralista Brasileira, de inspiração nazi-fascista. Com o crescimento do fascismo na Europa e do Integralismo no Brasil, as lideranças políticas de esquerda decidem reproduzir no país o modelo das frentes populares européias, nascendo assim em março de 1935, no Rio de Janeiro, a Aliança Nacional Libertadora.

⁵⁷ A Lei de Segurança Nacional, popularmente conhecida como “Lei Monstro”, foi aprovada pelo Congresso Nacional em 30 de março de 1935.

muito significativo para consolidar sua administração política. Em meio a esta campanha, os campos políticos em disputa passaram a organizar suas estratégias de luta tendo em vista os movimentos grevistas que se avolumavam:

QUADRO 10 – Greves Realizadas na Paraíba nos Anos de 1934 e 1935

CATEGORIA E/OU ESTABELECIMENTO	MUNICÍPIO	ANO
Telegrafistas	João Pessoa e Campina Grande	1934
Operários da Fábrica de Fiação e Tecelagem Marquês de Almeida	Campina Grande	1934
Trabalhadores de Cais, Trapiches e Armazéns	João Pessoa (Cabedelo)	1935
Pedreiros	João Pessoa e Santa Rita	1935
Ferrovários da Great Western	João Pessoa	1935
Operários da Construção Civil	João Pessoa	1935
Operários da Fábrica de Cigarros Colombo	João Pessoa	1935
Telefonistas	João Pessoa	1935
Operários da Fábrica de Óleo e Saboaria	João Pessoa	1935
Estivadores	João Pessoa (Cabedelo)	1935

FONTE: Santana, 1999, p. 216.

À medida que se avolumavam os movimentos grevistas da capital e cidades mais industrializadas da Paraíba, o governo do Estado e a Igreja Católica consolidaram uma aliança, objetivando desestruturar as organizações operárias, através da cooptação e atrelamento das sociedades beneficentes e de seus poucos sindicatos.

No plano nacional o presidente da Aliança Nacional Libertadora, Luiz Carlos Prestes, aproveitando-se do apoio da sociedade à causa antifascista, lançou em nome da entidade o “Manifesto de 05 de Julho”, pedindo a renúncia do presidente Getúlio Vargas, que em represália decreta 11 do mesmo mês a ilegalidade da ANL. A partir de então, o governo da Paraíba reforçou o policiamento, ameaçando punir os movimentos grevistas com a Lei de Segurança Nacional, omitindo-se de qualquer intermediação junto aos grevistas e desencadeando violenta política de repressão sobre os trabalhadores. “Nos locais de trabalho, nas fábricas, associações e sindicatos, os operários eram constantemente fiscalizados e perseguidos por agentes do governo, com o objetivo de identificar os mais politizados” (Idem, p. 234).

Concomitantemente, a Igreja, por meio do jornal *A Imprensa*, começava uma guerra psicológica, que fazia parte de uma campanha desenvolvida pela Igreja e pelo governo Vargas em nível nacional, procurando exaltar na opinião pública que o nosso

operariado era trabalhador e ordeiro e que estava sendo influenciado por elementos extremistas infiltrados nas fábricas divulgando o comunismo, alertando-o para o perigo de infiltração destes elementos subversivos em suas manifestações. De meados ao fim de julho, o jornal católico acentuou a propaganda de combate ao comunismo e aumentou significativamente a doutrinação integralista, denunciando um plano que objetivava a “bolchevização” do Brasil: “As téticas características da projetada Revolução Comunista os dias de luto que estariam reservados ao Brasil com a vitória do credo moscovita. Deus há de livrar o nosso país dessa onda de lama e de sangue” (Jornal *A Imprensa*, 28 jul. 1935). Nesse sentido, *A Imprensa* enfatizava o perigo da doutrinação comunista e que o Brasil era o país escolhido pelos comunistas para o seu quartel-general na América Latina.

O jornal oficial *A União*, também procurava imprimir no proletariado uma imagem distorcida do regime soviético, refutando qualquer idéia de mudanças e criando no imaginário social o terror do “perigo vermelho”.

Em meio a este cenário de repressão aos movimentos paredistas, ocorreram as eleições municipais em setembro e como resultado o Partido Progressista conseguiu vencer em quase todo o Estado, com exceção da capital e dos municípios de Umbuzeiro, Patos e Itabaiana. A repressão exercida contra os grevistas, nos meses de junho a novembro de 1935, apoiada pela Igreja Católica e pelo Integralismo, silenciou e mesmo desmobilizou o operariado paraibano.

Em novembro eclodiu em Natal e Recife o Movimento Comunista, desencadeando exacerbada repressão na Paraíba. Alegando a descoberta de um plano comunista com a participação da Paraíba, juntamente com os Estados vizinhos, iniciou-se uma série de prisões de trabalhadores e intelectuais supostamente envolvidos. Argemiro decretou a repressão às manifestações “subversivas” e tornou obrigatória a propaganda contra o comunismo, sendo aprovado por unanimidade pela Assembléia Legislativa. “Dispondo dos instrumentos jurídicos-políticos necessários, Argemiro providenciou para que o Estado se tornasse campeão na campanha nacional de caça e de repressão aos comunistas (...)” (SANTANA, 2000, p. 237), recrudescendo o número de prisões na capital e no interior.

O militante José Peba Pereira dos Santos nos disse em entrevista que, apesar das perseguições, alguns políticos vindos do Recife refugiaram-se em Campina Grande, dentre eles: Thimóteo Mendes, Oscar Claudino, Manoel Roberto da Silva, José Miguel, Luiz Rodrigues e João Pinto⁵⁸.

Desse modo, a tentativa revolucionária de 1935 foi a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo na Paraíba, assim como no resto do país⁵⁹. A partir de então, a propaganda contra o comunismo foi reforçada, avigorando-se assim, as bases para o estabelecimento de uma sólida tradição anticomunista na sociedade paraibana, reproduzida ao longo dos anos seguintes através da ação do Estado, de organismos sociais e mesmo de indivíduos, cujo zelo militante levou à constituição de um conjunto de representações sobre o comunismo.

2.1.3. Estado Novo e Recrudescimento do Anticomunismo na Paraíba

O malogrado Movimento Comunista de 1935 deu a Getúlio Vargas o fantasma da ameaça bolchevique, passando então a manter o país sob estado de guerra, com a suspensão dos direitos constitucionais e forte repressão policial. Com esta atitude, justificada como defesa do país diante do “perigo vermelho”, Vargas dificultou a campanha eleitoral para a sua sucessão e ganhou tempo para avaliar as chances de um autogolpe para manter-se na presidência. As eleições presidenciais que, segundo a Constituição em voga, transcorreriam em 1937, traziam como candidato oficial o paraibano José Américo de Almeida, que conseguira reunir, através de Argemiro Figueiredo, o apoio das forças oligárquicas estaduais do Partido Progressista da Paraíba e do Partido Republicano Libertador.

⁵⁸ Entrevista concedida ao autor em 13 de outubro de 2005.

⁵⁹ No período imediatamente posterior à Revolução de 1917 e no decorrer da década de 1920, as manifestações contra o comunismo já começaram a aparecer na imprensa brasileira e o assunto entrou para o rol de preocupações dos grupos privilegiados. No entanto, a “questão social” e os riscos políticos a ela ligados ainda não eram associados de maneira predominante ao comunismo, inclusive porque os anarquistas tinham mais força e visibilidade política no Brasil que os adeptos do bolchevismo.

Depois da divulgação do Plano Cohen⁶⁰, em 30 de setembro, pelo general Góes Monteiro, determinou-se que fosse instalada na Paraíba a “Comissão Nacional de Propaganda Contra o Comunismo”. A primeira decisão desta comissão foi baixar uma portaria intimando todos os estabelecimentos do Estado, incluindo comércio, indústria, grêmios recreativos, desportivos, culturais, sindicatos, associações e instituições de ensino público e particular, à “remeter-lhes no prazo mínimo de cinco dias, sob pena de cominações legais, a indicação de local, dia e horário de seus trabalhos, para facilitar o serviço de fiscalização (...)”⁶¹.

Na mesma ocasião, instalou-se a Comissão Executiva do Estado de Guerra na Paraíba, sendo designados oficiais do Exército e da Armada para assessorarem o governo estadual no cumprimento destas medidas de repressão. O Secretário do Interior de Segurança Pública da Paraíba, Salviano Leite Rolim, baixou portaria designando para os municípios as Comissões Nacionais de Propaganda Sistemática Contra o Comunismo, conforme segue:

QUADRO 11 – Comissões Nacionais de Propaganda Sistemática Contra o Comunismo - 1937

CIDADE	MEMBROS DA COMISSÃO	PROFISSÃO
Santa Rita	Apolônio Nóbrega Dr. Adalberto Gomes Raphael de Barros Moreira Maria de Lourdes Araújo	Advogado (Promotor) ? Pároco Local Mestre-Escola
Pedras de Fogo	José João Pessoa da Costa Lourival Lacerda Palmira Leal	Pároco Local Médico Mestre-Escola
Guarabira	Renato Teixeira Barros Antônio Oliveira Cavalcanti	Advogado Mestre-escola
Itabaiana	Dr. Darcy Medeiros José João Neiva de Oliveira	? Mestre-Escola
Brejo do Cruz	Aprígio de Queiroz Fonseca Josepha de Souza Mello	Advogado Mestre-Escola
Pilar	Antônio Lopes Barreto José Marinho	Médico e Farmacêutico Mestre-Escola
Serraria	Amaro Bezerra Áurea de Farias Lyra	Juiz de Direito Mestre-Escola
Ingá	Orlando Tejo Aurélio Albuquerque Osvaldo Trigueiro	Jornalista Advogado (Promotor) Advogado (Promotor)
Alagoa Nova	Carlos Coutinho Joana Baptista Cavalcanti	Advogado Mestre-Escola

⁶⁰ Documento atribuído aos comunistas, cuja orientação era a tomada do poder através da luta armada, com a finalidade de entregar o país ao domínio russo. Foi elaborado pelos seus inimigos da Ação Integralista Brasileira (AIB), simpatizantes do fascismo, como justificativa para o Golpe do Estado Novo e sua autoria é atribuída ao General Mourão Filho. Cf. Carone, 1977, p. 112.

⁶¹ Portaria publicada no jornal *A União*, 24 out. 1937.

Esperança	Dr. João Sérgio Maia Luiz Alexandrino	Proprietário Rural Mestre-Escola
Araruna	Laura Alverga Soares João Moreira Soares	Economista Mestre-Escola
Caiçara	Milton Marques O. Mello João Tirso	Advogado Mestre-Escola
Bananeiras	Dr. Lauro Lemos de Miranda Maria Gabin Machado	? Mestre-Escola
Soledade	Antônio Taveira Josepha Ouriques	Advogado Mestre-Escola
Picuí	Prof. Manuel P. do Nascimento	Advogado (Promotor) Mestre-escola
Umbuzeiro	Dr. Josué Clementino de Farias Emílio da A. Chaves	? Mestre-Escola
Cabaceiras	Manuel Nunes Sebastiana Coutinho	Advogado (Promotor) Mestre-Escola
São João do Cariri	Dr. Alfredo Paiva Malheiros Joaquim S. Rangel Torres	? Mestre-Escola
Alagoa do Monteiro	Dr. Inocêncio Lopes de Almeida Joaquim S. Rangel Torres	? Mestre-Escola
Taperoá	Manuel Taigy de Queiroz Luiz Queiroz	Proprietário Rural Mestre-Escola
Santa Luzia	Edgard Homem de Siqueira Dr. Manoel Octaviano de Medeiros	Advogado Padre
Teixeira	Galileu de Belli Severino L. Leite de Araújo	Médico Boticário
Patos	Antônio Duarte de Almeida Fenelon Câmara	? Mestre-Escola
Cajazeiras	Dr. Arnaldo Leite Adalgisa Reis Gervácio Coelho	? Mestre-Escola Pároco Local
Antenor Navarro	Dr. Francisco Vaz Carneiro Maria Lyra	? Mestre-Escola
São José de Piranhas	Clímaco Rodrigues do Nascimento Salvino Nogueira do Nascimento	Juiz de Direito Mestre-Escola
Souza	Dr. Antônio Guimarães Moreira Estela Cartaxo	Mestre-Escola
Piancó	Firmino Leite Dr. Joaquim Florêncio Manoel Octaviano de Medeiros	Médico ? Padre
Conceição	Francisco F. da Nóbrega Espínola Maria Leite	Advogado (Promotor) Mestre-Escola

FONTE: Portaria do Secretário do Interior e Segurança Pública, publicada no Jornal *A União*, 24 out. 1937, p.p. 01-03.

Estas comissões além de função fiscalizadora, tinham a incumbência de zelar pelas práticas cívicas, recomendando e estimulando escolas, grêmios, sindicatos e associações, a realização de palestras educativas onde enalteciam os “nossos fatos históricos e conscientizando sobre a necessidade de se preservar o país das garras do comunismo” (SANTANA, 2000, p. 240). E essa tarefa foi empreendida, nos municípios paraibanos citados⁶², por mestres-escolas, advogados, juízes de direito, médicos,

⁶² Quanto à distribuição geográfica destes municípios no Estado, constatamos que 13 deles estavam entre o Litoral e o Brejo, 08 no Cariri e 08 no Sertão. Não conseguimos obter informações sobre o porquê de no município de Campina Grande não ter sido formada tal comissão de propaganda contra o comunismo.

padres, grandes proprietários de terras, etc., cuja influência no âmbito local servia para legitimar o discurso do governo sobre o comunismo.

Com o pretexto do Plano Cohen, Getúlio, apoiado pelos setores sociais mais conservadores, cancelou as eleições presidenciais e anunciou o golpe em 10 de novembro decretando o Estado Novo, ampliando assim a centralização e o intervencionismo estatal iniciados em 1930. A ditadura disfarçada passou a ser aberta e inspirada no totalitarismo europeu. A Carta Constitucional de 1937 implantou um regime autoritário, reforçando os poderes do chefe de Estado, conferindo-lhe a faculdade de governar por decretos-leis e, por sua vez, a possibilidade de intervenção do governo federal nos Estados, pela reativação das interventorias e abolindo o poder Legislativo, aos níveis nacional, estadual e municipal.

Com o Estado Novo, Argemiro de Figueiredo, que já vinha desenvolvendo uma política perfeitamente sintonizada com este regime político, amordaçando as oposições, foi confirmado no governo da Paraíba, fato que o afastou mais uma vez de José Américo, que passou a criticar com intensidade a ditadura de Vargas e a atitude do governo da Paraíba. Santana (2000, p. 246) observou que num golpe de mestre político, Argemiro confirmou no cargo todos os prefeitos de 1935 e continuou a fazer uso da propaganda como um novo e poderoso componente do poder, realizando diariamente cerimônias cívicas, palestras educativas, desfiles, etc., projetando uma imagem de benfeitor e de tutor do Estado Novo, assinando decreto que criava nos municípios serviços radiofônicos de retransmissão em praça pública de suas mensagens, meia hora antes do programa a *Voz do Brasil*⁶³.

A partir de então, até 1943, conforme vimos no capítulo anterior, o Brasil viveu uma onda repressiva, que suplantou o campo “democrático” e mais especialmente com o PCB.

⁶³ Já em janeiro de 1937, no segundo ano de seu governo, Argemiro inaugurou a Rádio Tabajara e melhorou o parque gráfico do jornal oficial *A União*. Enquanto o DIP foi criado por Vargas em 1939, Argemiro, em 17 de dezembro de 1937, criou o departamento de Estatística e Publicidade, formado por três diretorias: Serviço de Divulgação e Propaganda; Serviço de Rádio Difusão e Serviço de Estatística. Cf. Santana, 2000, p. 246.

2.2. A “Redemocratização”: O Segundo Tempo da Luta Pelo Poder

O processo eleitoral, ressurgido com a “redemocratização”, ensejou a emergência das rivalidades latentes na luta pelo poder, representando o momento crucial do conflito: o embate de forças pela manutenção do poder por parte do governo, e de sua conquista por parte de seus oponentes comunistas. É sobre este período que pretendemos evidenciar como o governo, junto às instituições civis que lhes serviam, empreendeu a propaganda anticomunista no desenrolar das campanhas eleitorais na Paraíba, por entendermos que tal processo contribuiu para constituição do imaginário sobre o comunismo.

2.2.1. Eleições de 1945: O Volver do Comunismo

A “redemocratização” na Paraíba encontrava-se em marcha desde o início de março de 1945, processando uma campanha que trazia, de um lado, as oposições que ganharam as ruas proclamando o candidato Eduardo Gomes e a derrubada de Vargas; e, do outro, a interventoria de Ruy Carneiro, que apoiava o general Dutra.

Como já referendamos anteriormente, durante a “redemocratização” a sociedade brasileira converteu-se em espaço aberto para o debate e para a discussão de propostas de desenvolvimento e de soluções para as crises e os conflitos sociais brasileiros. Uma utopia reformista e nacionalista mobilizou expressivos segmentos da sociedade brasileira que acreditou no nacionalismo, na defesa da soberania nacional, nas reformas socioeconômicas do país, na ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade, entre outras demandas materiais e simbólicas, encontrariam os meios necessários para alcançar o real desenvolvimento do país e o efetivo bem-estar da sociedade. Barbosa, analisando este momento, esclarece:

Faziam-se comícios e promoviam-se atos públicos por todos os recantos do Estado, com distribuição de material de divulgação, inclusive folhetos de cordel. A poesia popular, através dos artistas autênticos, cantada nas feiras e comícios, levava ao povo a alegria pela conquista do direito de poder saudar a nova aurora que surgia no horizonte da pátria brasileira. Além das contribuições que, espontaneamente, eram colhidas junto ao povo, através das promoções, é de se

registrar a ação até comovente de contribuintes anônimos que, por conveniências, escrúpulos ou o receio de comprometimento, preferiam fazê-lo em caráter sigiloso, para que seus nomes não aparecessem nas relações dos doadores (BARBOSA, 1985, p. 109).

Apesar de toda essa dinâmica social em meio ao contexto do “retorno” à democracia, assistia-se na Paraíba a permanência de muitas das práticas até então em vigor com a ditadura de Vargas. O militante comunista José Peba Pereira dos Santos nos relatou que no comício realizado em fevereiro de 1945, na cidade de Campina Grande, em favor da redemocratização do país e pela libertação do líder comunista Luiz Carlos Prestes, esteve presente fazendo parte do evento relatando as experiências vividas nos lugares que tinha trabalhado, e como saldo do ocorrido no dia seguinte foi expulso da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Indústria de Calçados, que naquele momento já se encontrava cooptado pelo governo getulista⁶⁴.

Neste mesmo mês e ano, o movimento estudantil paraibano⁶⁵ havia dado um passo à frente com a criação do Centro dos Universitários Paraibanos, instituição fomentada por Afonso Pereira⁶⁶. Mello (2003, p. 119) descreve que este e alguns outros intelectuais paraibanos, inspiravam a Sociedade de Cultura Musical a promover recitais acompanhados de exposições político-culturais, cujo antifascismo constituía o traço inerente dessas manifestações no primeiro quadrimestre de 1945 na Paraíba. Ao lado dos Grêmios Estudantis, constituíam-se dinâmicas “instituições recreativas, culturais, filosóficas e religiosas, que passaram a dar um novo caráter ao Estado que já não era o mesmo de antes” (Idem).

Em face dessa dinâmica, a interventoria de Ruy Carneiro, utilizando-se de nova tática, não partiu para repressão, preferindo utilizar a estratégia da cooptação dessas

⁶⁴ Entrevista concedida ao autor em 13 de outubro de 2005.

⁶⁵ Em João Pessoa realizavam-se, desde 1940, reuniões intermunicipais estudantis. “A mais importante destas, o Congresso Estudantil de 1942, nos Salões do Liceu Paraibano, Campina Grande compareceu com delegação liderada pelos colegiais Petrônio Figueiredo e Josmar Toscano Dantas. Na culminância desse processo, sobreveio o Centro Estudantil Campinense em que se apoiou Félix Araújo para as campanhas contrárias aos aumentos dos transportes, pão e cinemas, no período 1945/48”. Cf. *Jornal A UNIÃO*, 26 e 27 jul. 2003.

⁶⁶ Jornalista, ex-seminarista, professor do Seminário Arquidiocesano e do Liceu Paraibano, assim como oficial de reserva. Na Paraíba, foi o principal articulador cultural do pós-guerra, transitava fácil junto à chamada “Ala Moça”, que era constituída por Virgínius da Gama e Melo, Baldomiro Souto, Cláudio Santa Cruz, Dulcídio Moreira, João Neves, Péricles Leal, Ivanisse Pessoa da Cunha e Margarida Lucena. Cf. Mello, 2003, p. 119.

entidades, mediante crescente inserção de seus representantes, nos respectivos quadros dirigentes do governo Estadual.

Em 18 de março, quando Rui Carneiro regressava do Rio de Janeiro, já em clima de campanha para a “redemocratização”, o governo Estadual, que se encontrava representado pelo interventor substituto Samuel Duarte, logo se preocupou em mobilizar o operariado. Dentro da idéia de que a política de reivindicações dos direitos do operário, criada pela legislação social vigente, impunha a lealdade dos trabalhadores para com o governo, o interventor interino articulou, junto à Associação Comercial da Paraíba, o fechamento do Comércio e da Indústria no segundo expediente daquele dia, devendo enviar representação ao velho campo de aviação da Imbiribeira para receber Carneiro.

A fim de fortalecer-se mais, a interventoria cuidou em cooptar também os jornalistas campinenses. Os periodistas Hortêncio Ribeiro, Tancredo de Carvalho e Luiz Gil (este se dizia ser porta-voz das classes trabalhadoras campinenses) foram de Campina Grande prestar homenagens ao governador no Parque Arruda Câmara, da capital paraibana.

Em abril, o novo presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, substituiu a colaboração rooseveltiana com os soviéticos por uma aberta confrontação, assumindo assim o papel de “baluarte anticomunista” (MOTTA, 2002, p. 04). A Guerra Fria punha-se a caminho, o que se revelaria fatal para a “redemocratização” brasileira e também paraibana.

Nesse contexto internacional, em 24 de abril, conforme vimos no capítulo anterior, os comunistas paraibanos lançaram a União Socialista da Paraíba (USP), declaradamente antifascista e favorável à retomada das liberdades essenciais, pleiteando também a legislação que consagrasse o direito de greve e a pureza de classe do sindicato, ou seja, o reconhecimento de um direito de massas e, nunca, a caricatural concessão de um favor burocrático e corporativista. No dia seguinte a criação dessa entidade, Luiz Carlos Prestes concedeu uma incisiva entrevista que provocou o início da cisão entre a União Democrática Nacional e os comunistas. Em

junho, Gregório Bezerra⁶⁷ chegou a Pernambuco e recomendou que os comunistas do Nordeste fossem para o PCB e os demais grupos para os respectivos partidos.

Desgarrando-se do esquema de forças da União Democrática Nacional, os comunistas buscaram espaço próprio. Na Paraíba, seu Comitê estadual instalou-se a 21 de julho de 1945, graças aos esforços da Comissão Organizadora formada por João Santa Cruz, Américo Pinheiro e Manuel Alves de Oliveira. Na instalação oficial, marcaram presença as delegações de Pernambuco, Rio Grande do Norte e interior da Paraíba; na ocasião, o Comitê foi definido, enquanto Campina Grande, zonas do Brejo e Sertão ganharam delegados especiais.

O rompimento comunista com a UDN também fez decompor a Frente Única Estudantil Paraibana. “Em maio, a ala moderada de estudantes udeno-pessedistas de Vamberto Costa, Cláudio Santa Cruz, Virgínius da Gama e Melo, Fernando Milanez, Sílvio Porto e Ivan Pereira assumiu o controle do Centro dos Universitários Paraibanos, derrotando a facção (pró)comunista de Baldomiro Souto e Geraldo Baracuhy” (MELLO, 2003, p. 135). Essas tensões eram reflexos do plano internacional que, no Brasil, rapidamente envolveu o grupo dutrista pelo anticomunismo e na Paraíba era essa a posição da UDN.

Diante desses acontecimentos, a Igreja Católica paraibana⁶⁸ logo se mostrou insatisfeita, conforme podemos comprovar pela leitura no Jornal *A União*, lançando

⁶⁷ Participante da Aliança Nacional Libertadora (ANL), cuja principal tarefa foi a incumbência de deflagrar o movimento revolucionário de 1935 no Recife. Liderou a tomada do Quartel General e vários pontos importantes da cidade, tendo, inclusive, articulado a preparação da insurreição armada também na Paraíba. Com o movimento derrotado, Gregório foi preso, espancado e barbaramente torturado, sendo condenado a 27 anos de prisão. Em 1942 foi transferido para a Ilha Grande e no ano seguinte, quando passou para o presídio Frei Caneca, conheceu Luís Carlos Prestes. Saiu da prisão em 1945 e participou do comício de Prestes, no estádio Vasco da Gama. Recebeu do PCB a tarefa de reorganizar o partido em Pernambuco. A partir de então, as representações que se fizeram construídas sobre o movimento comunista de 1935, como fenômeno essencialmente negativo, foram imediatamente associadas a Gregório, que passou a ser imaginado pelos anticomunistas como um louco sanguinário. Não obstante, nas eleições de dezembro de 1945, ele foi o Deputado Federal mais votado para a Constituinte.

⁶⁸ Em 1946 a Paraíba tinha as seguintes paróquias: 47 na arquidiocese da capital (Alagoa Grande, Alagoa do Monteiro, Alagoa Nova, Alagoinha, Alhandra, Araruna, Areia, Bananeiras, Cabaceiras, Cabedelo, Campina Grande - 02, Caraúbas, Conde, Cuité, Esperança, Espírito Santo - sede da de São Miguel do Taipú, Fagundes, Guarabira, Guriem, Ingá, Itabaiana, João Pessoa - 03, Livramento, Mamanguape, Mogeiro, Pedra Lavrada, Picuí, Pilar, Pilões de Dentro, Pirpirituba, Pocinhos, Queimadas, Santa Rita, Sapé, Serra Branca - sede da de São João do Cariri, Serra da Raiz, Serraria, Serra Redonda, Soledade, São Sebastião do Umbuzeiro, Taperoá, Taquara, Teixeira e Umbuzeiro) e 16 no bispado de Cajazeiras (Belém do Arrojado, Bonito de Santa Fé, Brejo do Cruz, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Conceição, Misericórdia, Patos, Piancó, Pombal, Princesa, Santana dos Garrotes, São João do Rio do Peixe, Jatobá, Santa Luzia do Sabugi e Sousa). Cf. Câmara, 1997, p. 112-113.

proclamação assinada pelo Arcebispo Dom Moisés Coelho⁶⁹, sentenciando que “os candidatos até esta data apresentados para a presidência da República são ambos dignos do sufrágio eleitoral dos católicos” (Jornal *A União*, 24 abr. 1945). Isso significava que a Liga Eleitoral Católica⁷⁰ fazia restrição à candidatura presidencial pecebista. Na mesma edição o padre Antônio Fragoso publicou artigo, intitulado “Católico e Comunista”, de maniqueia distinção entre os dois campos, que teve como fonte o papa Pio XII.

Segundo Bourdieu, o poder exercido no sistema religioso é o poder simbólico “(...) poder invisível que só pode se exercer com a cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele se submetem ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1977, p. 31).

Para Bourdieu, este poder é quase mágico, na medida em que permite obter o equivalente ao que é obtido pela força, graças ao efeito específico de mobilização. Todo poder simbólico é um poder capaz de se impor como legítimo, dissimulando a força que há em seu fundamento e só se exerce se for reconhecido. Ao contrário da força bruta, que age por uma eficácia mecânica, todo poder verdadeiro age enquanto poder simbólico. A ordem torna-se eficiente porque aqueles que a executam, com a colaboração objetiva de sua consciência ou de suas disposições previamente organizadas e preparadas para tal, a reconhecem e crêem nela, prestando-lhe obediência. O poder simbólico é para Bourdieu:

⁶⁹ Nasceu em Cajazeiras no dia 08 de abril de 1877, ordenando-se em 1º de novembro de 1901. Com o falecimento de Dom Adauto, em 15 de agosto de 1935, passou a ser o segundo arcebispo da Paraíba, permanecendo como tal até o seu falecimento em 1959. Restabeleceu o jornal *A Imprensa* em 1946 e organizou a Ação Católica na Arquidiocese paraibana, com as movimentadas “Semanas de Ação Católica” marcando o seu pontificado. Fundou em João Pessoa os Colégios Pio X, Pio XII e o das Neves. Cf. Trindade, 2004, p.p. 73 e 74.

⁷⁰ Na década de 1920, a crescente urbanização, a secularização da cultura e a fundação do PCB enfraqueceram visivelmente a influência tradicional do catolicismo. Para fazer frente a tais mudanças, o arcebispo do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme, liderou um movimento destinado a defender os ideais cristãos na vida política nacional. Foi com esse intuito que foram criados a revista *A Ordem* (1921) e o Centro Dom Vital (1922). Em 1932, com o objetivo de articular-se com o mundo da política, o grupo católico, tendo novamente à frente dom Leme, criou a Liga Eleitoral Católica (LEC). Congregando intelectuais e segmentos da classe média, a LEC teve uma participação expressiva nas eleições de 1933 para a Assembléia Nacional Constituinte, batendo de frente com os candidatos da Liga Pró-Estado Leigo, os quais eram acusados de pertencerem ao credo comunista e inimigos dos ideais católicos. Sua atuação consistiu em supervisionar, selecionar e recomendar ao eleitorado católico os candidatos aprovados pela Igreja, mantendo uma postura apartidária. Numerosos deputados foram eleitos com o apoio da LEC, entre eles Luís Sucupira, Anes Dias, Plínio Correia de Oliveira e Moraes Andrade.

Uma forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder. As leis de transformação que regem a transmutação de diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em particular, o trabalho de dissimulação e transfiguração que assegura uma verdadeira transformação das relações de força, transformam essas forças em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais, sem gasto aparente de energia (BOURDIEU, 1977, p. 408-11).

Assim como em outras partes do mundo, no Brasil da “redemocratização” de 1945 a Igreja Católica combateu as idéias comunistas. Esse posicionamento demonstra como a Igreja mantinha relações umbilicais com as classes dominantes, reproduzindo, fielmente, a ideologia do poder econômico e retirando o proletariado da influência das idéias marxistas⁷¹. A publicação do jornal *A União*, mencionada acima, serve para demonstrar como se configuravam as relações ideológicas entre as autoridades paraibanas ou mandatários de plantão e os militantes comunistas locais, em que os primeiros acusavam os comunistas como elementos intrusos à “redemocratização”, ou seja, perturbadores do processo democrático. Exemplo claro disso foi o fato de a Justiça Eleitoral, a 04 de setembro de 1945, advertir que o PCB “não podia registrar seus atuais estatutos porque ou se respeitam os princípios democráticos ou se os impugnam” (Jornal *A União*, 05 set. 1945).

A ostensiva presença do PCB no processo político-eleitoral inquietou a Igreja, cujo arcebispo Dom Moisés Coelho organizou de 24 a 30 de setembro, em João Pessoa, a “Segunda Semana de Ação Católica”, apoiada pela União dos Moços Católicos e pelo Colégio das Neves. O evento trouxe a João Pessoa representantes do clero de Sergipe e Fortaleza além de delegações religiosas do Recife.

A campanha eleitoral na Paraíba se fez notar, principalmente, na capital e em Campina Grande. Os militantes campinenses Lourival Ernesto do Rego, Francisco Lima e Oliveiros Oliveira em depoimentos transcritos por Albuquerque do Ó, relatam que

⁷¹ Como parte desse processo, observamos que as comemorações do dia “27 de novembro”, data oficial das Forças Armadas aos militantes mortos das forças legalistas no Rio de Janeiro em 1935, ganharam ênfase nesse ano. Estas comemorações, cujo caráter oficial foi conferido pelo Estado Novo em 1937, haviam criado a versão de que os insurretos comunistas de 1935 mataram oficiais durante o sono, no Quartel do 3º R.I., da Praia Vermelha. A veiculação desta visava não só prejudicar os comunistas como todos os segmentos políticos mais avançados, deliberadamente confundidos com os vermelhos. A própria ritualística do evento possuía caracteres típicos das homenagens aos militares mortos em defesa da pátria que recebiam tratamento de heróis e mártires, uma pompa fúnebre que passava pelo pronunciamento de discursos oficiais e pelo oferecimento de coroas de flores em memória dos heróis. Na festividade cívica, os membros das FFAA eram convidados a lembrar-se dos colegas de armas “assassinados pelos vermelhos” e, desta forma, renovar os votos de empenho anticomunista. Cf. Silva, 1969, p.p. 358 e 359.

durante a realização do comício da Praça do Relógio⁷² estavam presentes militantes, simpatizantes do partido e curiosos, além dos candidatos oficiais João Santa Cruz e Félix Araújo. “Todavia, também estavam ali vários adversários que se destinavam a procurar criar situações conflituosas, o que não ocorreu graças à interferência do ex-prefeito local Antônio Pereira Diniz que apaziguou os ânimos, retirando do ponto os oradores sem maiores problemas” (1999, p. 31). Uma situação semelhante de repressão, relatada na mesma pesquisa pelos também militantes Francisco Lima e Aluísio Lucena, ocorreu dias depois durante o comício na Praça do Trabalho, onde grande multidão foi dissolvida a cacetadas pelas patrulhas do Exército⁷³. Francisco Lima relata:

Naquele dia Félix Araújo, Jurandi Siqueira, Edvaldo Câmara, Euclides Carolino, José Pereira dos Santos (Peba), eu e outros tivemos que enfrentar a truculência e arbitrariedade do comando militar. Logo que os soldados chegaram, Félix procurou o comandante da patrulha e mostrou sua condição de expedicionário e comentou que estavam realizando um ato democrático, mas nada daquilo o demoveu de executar a missão que lhe fora confiado: acabar o comício. Quando a pancadaria começou e o povo se espalhou, ele se refugiou no Juventude Social Clube que naquela hora realizava um matinê dançante, misturou-se aos demais e foi dançar (Apud. ALBUQUERQUE DO Ó, 1999, p. 31).

Aued (2006) descreve depoimento do militante comunista José Peba Pereira dos Santos, dizendo que naquele comício:

Antes mesmo de se iniciar, confluíram vários caminhões de soldados, quase todo o quartel estava no local. No início ficamos receosos de começar, mas como havia muita gente decidimos correr o risco e começar. Confiando que os tempos tinham mudado e que havia uma relativa liberdade de expressão, concluímos que o exército não estava ali para provocar. No momento que o primeiro orador fez uso da palavra, uma patrulha principiou com insultos aos oradores. Houve um mal estar, seguido de empurra-empurra quando a tribuna foi invadida para ser quebrada. Aos gritos eles vieram de todos os lados. Armados com machadinhas, quebraram o palanque e correram atrás dos oradores. De todos o mais visado foi Félix Araújo (Apud. AUED, 2006, p. 189).

⁷² Também conhecida como a Praça do Algodão, onde hoje se encontra a estátua de João Rique, na confluência das ruas João Pessoa e João Suassuna, em Campina Grande.

⁷³ A localização geográfica e a relativa estrutura de que dispunha, transformou Campina Grande, na época da II Guerra Mundial, num ponto estratégico de vital importância para as forças aquarteladas em João Pessoa, Recife e Natal, vindo para o município consideráveis contingentes do Exército brasileiro. Entre 1942 e 1945, Campina chegou a instalar três batalhões, abrigando também, de maio de 1942 a janeiro de 1944, o Quartel General da 7ª Divisão de Artilharia do Exército. Cf. Câmara, 1998, p.p. 138-148.

Desfeito o palanque, os policiais dirigiram-se à sede do PCB no edifício Esial e quebraram a placa grande que continha o símbolo do partido. “Durante o tempo em que aquele oficial comandou o quartel, houve perseguições e atentados as liberdades democráticas, como se não tivesse havido nenhuma mudança política em relação a ditadura varguista” (Idem).

A sede campinense do partido era alvo freqüente de repressões, a princípio pelo simples fato da retirada de sua placa pelo Exército durante a calada da noite, depois pelas freqüentes ameaças a seus participantes, que se mostraram efetivadas a partir do momento em que o partido caiu na ilegalidade, quando começaram as prisões e agressões.

Aued relata que no comício da Rua da Liberdade, quando chegou a vez do militante Peba falar, ele disse mais ou menos o seguinte: “Por ironia da vida estamos fazendo um comício na Rua da Liberdade, justo num lugar onde existe tamanha fome e miséria. Liberdade não combina com fome, muito menos com miséria” (2006, p.192). Neste momento apareceu um cabo comandando uma patrulha do exército e começaram a empurrá-lo para fora do palanque, iniciando-se uma pancadaria generalizada que pôs fim ao comício. Travou-se uma verdadeira luta corporal e, em seguida, quase todos os oradores foram chamados ao quartel do exército, para prestarem depoimentos, dentre eles Cláudio Agra Porto e Chico Lima, que integravam o Comitê Municipal do PCB. No quartel, Peba foi indicado como tendo escrito um discurso que se encontrava em mãos do tenente, que segundo este “era muito abusivo para alguns senhores daquela cidade, tendo nele inclusive citações de Marx do Capital, perguntando-lhe de forma enfática se ele havia lido o livro” (Idem).

Essa ação policial frente aos simpatizantes do comunismo se fazia sentir também nos municípios menores através das autoridades e, neste particular, destacavam-se a ação dos delegados de polícias. Mello diz que “o de Areia confiscou boletins e proclamações do médico paulista Caíres de Brito, líder da bancada vermelha na Câmara Federal. O de Sapé intimou o gerente da fábrica de óleo, acusado de concitar os operários a votar no PCB” (2003, p.p. 188-189).

A presença eleitoral comunista, agora mais concreta, chamou a atenção da Igreja que de imediato constituiu a seção estadual do Partido Democrata Cristão, cuja base

residia na Liga Eleitoral Católica e na própria Arquidiocese. A primeira encaminhou consulta aos candidatos, reafirmando os princípios programáticos da Igreja – indissolubilidade dos laços familiares, ensino religioso, legislação do trabalho inspirada nos preceitos cristãos. Já a arquidiocese manifestou-se através da pastoral do Arcebispo Dom Moisés Coelho, a perceber pelo artigo “A Igreja e o Atual Momento Político Brasileiro – Orientação aos Católicos”:

Em qualquer dos dois principais candidatos podem os católicos votar. Quanto aos candidatos da representação federal falará a LEC. Há, porém, doutrinas político-sociais que devem ser repudiadas pelos católicos, impugnadas e combatidas pelos legítimos brasileiros, porque contêm na sua dialética, princípios contra a Igreja, contra a Pátria e contra a família (Jornal *A União*, 18 nov. 1945).

Em 26 de novembro, quando o candidato presidencial Yêdo Fiúza se dirigiu por duas vezes ao eleitorado da capital paraibana, junto a Prestes, que insistia na necessidade de “exterminação dos restos do fascismo”, a Igreja Católica, parcialmente atrelada à trilogia integralista Deus, Pátria e Família, lançou mão do anticomunismo, articulando para que as Igrejas dobrassem os sinos em sinal de luto, enquanto estudantes do colégio católico Pio X eram mobilizados para vaiá-los.

Nas proximidades do pleito presidencial, a LEC, que continuava ouvindo os candidatos, aceitava os postulados católicos da UDN, PSD, PDC e PPS. Nesse sentido, cabia-lhe calçar a Cúria Metropolitana para a qual “Todos os partidos, exceto o comunismo, estão aprovados, (...) quem combater o materialismo pode estar certo de que estar defendendo a fé católica, as tradições nacionais, os direitos e os interesses da Igreja e do Brasil” (Jornal *A União*, 18 nov. 1945).

Não foi só na capital em que a Igreja Católica voltou-se contra o PCB. Sabino Guimarães⁷⁴ disse que em Cajazeiras o pároco local, de origens oligárquicas, instigou a massa popular contra o reduzido núcleo comunista que, “inadvertidamente”, batizou a célula local de “Padre Rolim⁷⁵”. Ele considerou ter sido um grande equívoco aquela

⁷⁴ Após ter mantido contato com militantes no Recife, quando da ocasião de seus estudos, retornou a Cajazeiras e se tornou um dos comunistas mais conhecidos do Sertão paraibano, tendo sido candidato nas eleições de 1945 e 1947 a deputado federal e estadual, respectivamente. Entrevista concedida ao jornal *A União*, de 05 de abril de 1987.

⁷⁵ Inácio Rolim nasceu no sítio Serrote em 22 de agosto de 1800 e faleceu em 16 de setembro de 1899. O religioso é considerado como o fundador da cidade de Cajazeiras, assim como figura símbolo do mundo cultural do interior nordestino, uma vez que se tornou conhecido em todo o Sertão após ter criado

denominação, porque provocou os católicos e as autoridades da cidade, como o prefeito, o delegado e o juiz de direito, este se recusou a lhes oferecer garantias. Uma multidão quis invadir e quebrar a sede comunista, tendo sido barrada pela resistência de Sabino, Zé de Lê e do mecânico Severino Costa. Ainda na ocasião da instalação da sede do PCB, quando lá esteve Santa Cruz, o delegado de polícia impediu que o líder comunista local hasteasse a bandeira do Brasil.

O militante cajazeirense ainda relata que “a ideologia do partido naquela cidade era combatida a cada celebração pelo pároco local, que a representava como ‘coisa do demônio’, incendiando o anticomunismo na população e estimulando a revolta. O embate só terminou quando os comunistas mudaram o nome da Célula”⁷⁶.

Chama nossa atenção o fato de os comunistas paraibanos terem tomado a atitude de batizar algumas células com denominações católicas. Além da de Cajazeiras, em João Pessoa, a da Ilha do Bispo se chamava “Frei Caneca” e a do Bairro Jaguaribe de “São José”; já em Campina Grande, a do centro tinha por alcunha “Frei José Amorim” e a da Estação Velha também de “Frei Caneca”. Podemos ser levados a entender que essa medida era uma estratégia dos comunistas na tentativa de se fazerem penetrar no seio da sociedade, essencialmente católica, assim como conterem as forças da Igreja no que se refere às representações atribuídas aos vermelhos. Esta tática parece ter sido uma constante, pois Sabino Guimarães disse que em Cajazeiras, durante uma das comemorações do dia do trabalho, o padre Américo Maia tentou impedir as comemorações na Praça Camilo Holanda. Segundo ele “tinha na programação uma missa, afinal o operariado era católico. Nesse dia de 1951 ou 1952 foi um rebuliço danado”⁷⁷.

O químico industrial e militante comunista Lélío Joffily, disse que na cidade de Areia teve contra si “as beatas da paróquia que passaram a hostilizá-lo, depois da instalação do Comitê Municipal Comunista Areense” (MELLO, 2003, p. 208). Já em Guarabira, quando os militantes se preparavam para iniciar um comício no coreto da

várias Casas-Escolas, sendo que a mais importante delas foi erguida em 1843, na fazenda dos pais, para ensinar línguas e matemática, dando origem ao Colégio Pe. Rolim, que ficou famoso em todo o Brasil, educando jovens que se tornariam celebridades nacionais. Cf. Pires, 1991, p.p. 77-78.

⁷⁶ Entrevista concedida ao jornal *A União*, 05 abr. 1987.

⁷⁷ Entrevista concedida ao jornal *A União*, 05 abr. 1987.

cidade, “as portas da Igreja Matriz se abriram e do seu interior saiu uma procissão que ocupou a praça, inviabilizando o meeting” (MELLO, 1996, p. 512).

Nas eleições presidenciais de 1945, a Igreja Católica agiu com sua conhecida campanha anticomunista sobre o eleitorado do Estado, especialmente junto aos religiosos do interior, onde os vigários aproveitavam os sermões para representar aos fiéis católicos imagens nada promissoras sobre os partidários do marxismo-leninismo. Caso típico ocorreu em Cabaceiras, terra natal de Félix Araújo, onde ele, então candidato a deputado federal, não conseguiu nenhum voto, muito embora, curiosamente, Fiúza tenha obtido, ali, 12 sufrágios. Sobre a ação da Igreja naquela campanha, a professora aposentada, Maria de Lourdes Gaudêncio Nóbrega, de 88 anos, nos relatou que em Cabaceiras “os padres não gostavam (...). Os padres eram revoltados por causa do comunismo. Aqui mesmo, na Igreja daqui, o padre pregava contra, num aceitava”. A funcionária pública aposentada Amélia Aires de Queiroz Cavalcante, de 76 anos, também nos disse que ali “A Igreja era contrária. A Igreja era contra, toda vida foi”⁷⁸.

Esse resultado também pode ser observado como sendo fruto da forte campanha eleitoral desenvolvida tanto pela UDN⁷⁹ quanto pelo situacionista PSD. Este, a 20 de agosto, sob a liderança do interventor Ruy Carneiro, recrudescer esforços em Campina Grande, quando, sob a liderança de alguns sindicatos locais, concentrou cerca de 15 mil pessoas. Dalí, o PSD “liderou ainda os correligionários em excursão pelos municípios e distritos mais próximos de Joffily (Pocinhos), Cabaceiras, Puxinanã e Alagoa Nova, propagando o repúdio ao comunismo ateu, totalitário, antipatriótico e antifamiliar” (MELLO, 2003, p. 149). Todavia, como já referendamos, o principal adversário daquela luta ideológica era a Igreja Católica. Absolutamente anticomunista, dignitários católicos e párocos locais equiparavam os seguidores de Prestes ao demônio e que era necessário serem exorcizados, discurso esse divulgado nas escolas, no seio das famílias e no jornal oficial *A União*.

⁷⁸ Entrevista concedida ao autor em 23 de abril de 2005.

⁷⁹ Interessante observar que o governo Federal, então representado pelos militares udenistas, valeu-se do Departamento Nacional de Informações, para produção e veiculação do filme “Como se Deve Votar”. Essa propaganda partidária foi exibida em João Pessoa nos cinemas Rex, Plaza, Brasil, Astória, São Pedro, Filipéia e Jaguaribe. Cf. Mello, 2003, p. 191.

O quadro paraibano demonstrava como o país vivia a chamada “redemocratização”, que trazia em si práticas do Estado Novo. A observação também é fruto de Mello, onde analisa que “a feição paraibana da redemocratização de 1945 foi um acontecimento muito mais político que social” (2003, p. 23). A esse respeito devemos levar em consideração o evidente mandonismo local que predominava na política da Paraíba.

Sobre esse aspecto Lewin (1993) observa que, apesar do enfraquecimento gradual da política de base familiar na Paraíba ter se evidenciado na estrutura política no início da década de 1920, quando João Pessoa procurou expandir o papel do governo estatal em detrimento das prerrogativas locais⁸⁰, preconizando os laços baseados na amizade política que tenderam a ser mais densos, o que se evidenciou foi o fato de muitas das mesmas famílias que ocuparam os cargos políticos na República Velha continuaram a fazê-lo no período populista iniciado em 1945; devendo, à mudança, ser avaliada em termos de gerações e não de décadas. Continua dizendo que:

Não podem ignorados, entretanto, os padrões de longo prazo da fidelidade familiar na organização e na vida política. Embora, depois de 1930, tenham se enfraquecido decisivamente na sua capacidade de organização, os grupos e redes de base familiar persistiram por mais de uma década como unidades primárias de mobilização política. A força do parentesco não caiu morta de repente (...) (LEWIN, 1993, p. 364).

A mudança da dependência com relação ao parentesco para uma maior dependência com relação à amizade política pode não ter alterado fundamentalmente a base da política paraibana. Portanto, esse deslocamento longe de evidenciar uma mudança fundamental, pode mesmo constituir uma indicação do contrário.

O poder de base familiar, em sua forma mais conhecida, o coronelismo, ainda sobrevivia ao nível local na Paraíba. Esta não é uma revelação surpreendente, se considerarmos a sobrevivência paralela dos latifúndios, das relações de exploração do trabalho nas zonas rurais, da pobreza, do analfabetismo nos muitos municípios que

⁸⁰ Ao desafiar o mandonismo, João Pessoa tentou projetar a mais importante mudança socioeconômica dos anos 1920: a emergência de uma sociedade de base classista. Voltou-se para a mobilização popular como um meio de cortar pela raiz os fortes alinhamentos verticais em que se fundavam o clientelismo e a política de base familiar. No entanto, quando candidato pela Aliança Liberal ao lado de Getúlio, isto em 1929, saiu à cata dos votos dos mesmos coronéis que antes combatera. Cf. Lewin, 1993, p.p. 361-362.

eram dirigidos por descendentes das mesmas famílias que os controlavam no final do império.

Não obstante, também merece considerar que, apesar da votação amortizada, como podemos observar no quadro 03, o PCB conseguiu votos em trinta e três dos quarenta e um municípios paraibanos, o que faz cair por terra à concepção monolítica de ideologia que observa o processo de conscientização ideológica enquanto mecânico.

2.2.2. A Eleição Estadual de 1947: Crescem os Obstáculos ao Comunismo

Apesar do processo de “redemocratização” vivido, no país recrudescia visivelmente a intolerância quanto às manifestações populares. Em Campina Grande, quando das comemorações do 1º de maio de 1946, o presidente do Paulistano Esporte Clube, Francisco Pereira da Silva⁸¹, que era militante do PCB, permitiu que dois comunistas da Célula Leocádia Benário de João Pessoa falassem durante o Baile do Dia do Trabalhador, fato que resultou em intimação por parte da polícia para prestar esclarecimentos sobre a ação considerada subversiva.

O militante João Batista Barbosa disse que um confronto entre os militantes de uma das células do Bairro Cruz das Armas em João Pessoa e os soldados do exército deixou, de ambos os lados, várias pessoas feridas. Segundo o ativista:

Certa vez, uma sede da Célula de Cruz das Armas foi invadida por forças do exército em plena reunião dos seus integrantes. Houve confronto e os companheiros responderam à foiçada aquela invasão, o que deixou feridos em ambos os lados. Possivelmente esse fato ocorreu em 1946 ou 47. Eu estava em casa dormindo, aqui em Jaguaribe, quando, por volta das duas horas da manhã, ouvi batidas na porta:

- Companheiro, companheiro, acorde.

Era Anastácio Assunção, o engraxate, Secretário Político da Célula de Cruz das Armas. (...). Disse-me que estava participando de uma reunião de sua célula, quando o exército entrou na sede e começou a luta de resistência ao ataque dos soldados (Apud. SILVA, 2003, p. 178).

⁸¹ Era pai do artista plástico Francisco Pereira, ex-Sub-Secretário de Cultura do Governo José Maranhão. Cf. Silva, 2003, p. 191.

Em 1946, o Jornal Católico *A Imprensa*⁸² reapareceu atacando os marxistas que realizavam manifestações políticas. Certa vez o Partido Comunista do Brasil e a facção avançada da União Democrática Nacional realizaram um comício no Bairro do Roger, na capital paraibana, o que levou esse jornal a passar a perseguir os atos dos comunistas, divulgando algumas chamadas em letras garrafais na sua primeira página, como a da edição de 27 e 29 de março e 24 de maio de 1946, respectivamente:

Operários da Paraíba. Lembrai-vos de 1935! O Comunismo promete trair a PÁTRIA – Pátria que é vossa e de vossos filhos! (Jornal *A Imprensa*, 27 mar. 1946).

O chefe Luiz Carlos Prestes, é um agente de governo estrangeiro, advoga no Brasil os interesses da Rússia e o comunismo tenta prolongar noutras nações o domínio moscovita (Jornal *A Imprensa*, 29 mar. 1946).

Operários do Roggers lembrai-vos de 1937! O Comunismo promete trair a PÁTRIA, essa Pátria vossa e de vossos filhos! (Jornal *A Imprensa*, 24 abr. 1946).

A forma a qual foi redigida a primeira chamada citada deixa claro como a sociedade paraibana de então imaginava o movimento comunista de 1935, projetado enquanto discurso na memória oficial como a “Intentona Comunista⁸³”. Percebe-se também como, durante a “redemocratização”, se recorria à rememoração dos fatos ocorridos em 1935, melhor dizendo das versões sobre eles, como uma arma importante na propaganda anticomunista, que para tanto cunhou a expressão “lembrai-vos de 35” para reforçar o temor ao comunismo. A partir de então, e freqüentemente agindo com eficácia, a propaganda conservadora procurou mobilizar a sociedade contra os

⁸² Esse diário foi fundado no Estado em 1897, por Don Adauto Aurélio de Miranda, primeiro bispo e primeiro arcebispo da Paraíba. Na década de 1930, exerceu um papel de propaganda aberta pró-integralismo e de postura totalmente anticomunista. Porém, quando o interventor Ruy Carneiro foi empossado, a 15 de agosto de 1940, pretendendo subordinar diretamente o operariado e demais segmentos sociais, passou a dispensar a intermediação da Igreja. As relações entre a Arquidiocese e Interventoria se agravaram a 31 de maio de 1942, quando o interventor mandou fechar o jornal. Em março de 1946, Dom Moisés reestabeleceu o jornal, que reapareceu falando do “perigo vermelho” diariamente. Cf. Mello, 2003, p. 39.

⁸³ Os acontecimentos de novembro de 1935 têm uma importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que foram apropriados e utilizados para consolidar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo. O episódio sofreu um processo de mitificação, dando origem à formação de uma verdadeira lenda negra em torno da “Intentona Comunista” (Intentona = intento louco, motim insensato). O movimento foi representado como exemplo de concretização das características maléficas atribuídas aos comunistas. Segundo as versões construídas por seus adversários, durante os quatro dias da revolta os seguidores de Prestes teriam cometido uma série de atos condenáveis, considerados uma decorrência necessária dos ensinamentos da “ideologia malsã”. O relato mitificado do evento foi sendo reproduzido ao longo das décadas seguintes, num processo paulatino de construção e elaboração.

"comunistas" através da advertência de que, caso não fossem detidos, eles cometeriam de novo as supostas vilezas praticadas em 1935. Deste modo, os discursos e imagens construídos em torno da "Intentona" tornaram-se um dos esteios do anticomunismo paraibano, oferecendo suporte político-ideológico para justificar as campanhas de repressão.

Sobre esse poder de propaganda anticomunista, o militante pecebista campinense Francisco de Andrade Lima disse que, em junho de 1946, ele e sua esposa Iraci, junto a Félix Araújo, João Pintor e Doralice, cunhada de Francisco Pereira, foram à residência de José Bezerra e Ídia para um almoço festivo. Durante a ocasião, em meio a uma conversa, Doralice começou a cantar o refrão "Bandeira Branca triunfará e o comunismo se acabará (...)", deixando Félix pasmado e instigado a perguntar onde ela havia aprendido aquele hino. Ela de imediato respondeu que aquilo era o hino de Frei Damião e que se chamava "Bandeira Branca". Félix retrucou dizendo que aquilo era um plágio do hino do Partido Comunista Italiano, que se chamava "Bandeira Rosa" e que o refrão na sua originalidade era "Bandeira Vermelha triunfará, e viva o comunismo pela liberdade!" (ALBUQUERQUE DO Ó, 1999, p. 33).

O episódio contempla a observação da ação conservadora da Igreja Católica, que muito cedo se preocupou em conter o comunismo. Em 1931, chegou ao Brasil o Frei Damião de Bozzano junto a uma leva de capuchinhos que tinham como meta principal empreender missões catequéticas de combate ao comunismo e fortalecimento da Igreja. A Paraíba foi o campo escolhido para o início das atividades do Frei Damião, e aquela situação vivida durante aquele almoço era resultado de seu empreendimento na ação que lhe foi atribuída. Ainda sobre a ação deste religioso na Paraíba Oliveiros Cavalcanti Oliveira⁸⁴ nos relatou:

A Igreja usava um procedimento verdadeiramente antiético, dizia que os comunistas, eu mesmo assisti uma palestra que Frei Damião fez, em 1934 ou 1935, dizendo que os comunistas comiam carne de criança. Na Igreja catedral, ele dizia que os comunistas comiam carne de crianças, outros diziam que não existia família no Estado soviético, não havia respeito humano, respeito familiar e que as mulheres soviéticas eram quase todas prostitutas. Era uma campanha violentíssima, a

⁸⁴ Primeiro vereador comunista de Campina Grande, eleito em 1955. Ele foi candidato pela Coligação Social Trabalhista (composta pelo PSD e pelo PTB), pois o PCB ainda encontrava-se na ilegalidade, contudo era membro do Comitê Municipal do PCB e foi eleito com os votos do Partido. Depois de cumprir o mandato de vereador, passou a ser secretário geral da Câmara de Vereadores de Campina Grande, de onde se aposentou no início da década de 1990.

Igreja dizia que na Revolução Espanhola os comunistas tinham matado todos os padres (...). Então, era uma luta muito, digamos, desigual porque detinham todo o poder de propaganda e usavam violentamente contra os comunistas⁸⁵.

Se os sistemas simbólicos são “denunciadores” de uma relação de poder - relação essa plenamente identificável na sociedade paraibana do período em estudo - deve-se atentar para o fato de que só “denunciam” essa relação porque são por ela definidos. Como afirma Bourdieu, esses “(...) ‘sistemas simbólicos’, como instrumentos de conhecimento e comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados” (1989, p. 09). Mais ainda:

(...) É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, (...) para a ‘domesticação dos dominados’ (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Nesse sentido, os sistemas simbólicos podem ser vistos como uma representação coletiva. Por isso mesmo, sua manifestação se dá de uma maneira que não pode ser percebida conscientemente. O fato de mascararem relações de poder não lhes retira a capacidade de traduzir tanto a visão do dominado quanto a do dominador:

(...) o poder simbólico não reside nos ‘sistemas simbólicos’ (...) mas se define numa relação determinada - e por meio desta - entre os que exercem o poder e os que lhes estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. (Idem, p. 14-15)

Em resumo, para Bourdieu, os instrumentos de poder simbólico são essencialmente instrumentos de conhecimento e de construção do mundo objetivo, que se manifestam através dos mais diversos meios de comunicação (língua, cultura, discurso, conduta, etc.), garantindo àqueles que os possuem a manutenção e o exercício do poder.

Mesmo no período do legalismo do PCB, ser militante comunista ou simpatizante era motivo de ser perseguido pelas forças do Estado. O Departamento da Ordem

⁸⁵ Entrevista concedida ao autor em 23 de novembro de 2005.

Política e Social⁸⁶ também não arriou a bandeira da espionagem naquele breve período de legalidade do partido. Silva cita, segundo informações do DOPS, o caso de José Ferreira da Costa que, “em 18 de junho de 1946, foi expulso da Força Policial do Estado como indisciplinado no serviço militar e como simpatizante do credo comunista” (2003, p. 195). Em 1946 o estudante José Ramalho Clerot, filho do engenheiro Leon Francisco Clerot e Luzia Ramalho B. Clerot, membros da direção estadual do partido, foi fichado neste órgão repressor por participar de um protesto estudantil em frente ao Colégio Estadual Liceu Paraibano, contra o fechamento do Jornal Tribuna Popular, porta-voz nacional de massas do Partido Comunista do Brasil (*Jornal do Povo*, 19 ago. 1946).

As fomentações ideológicas carregadas de representações sobre o comunismo aumentavam à medida que se aproximavam as eleições para governador, vice-governador, senadores e deputados estaduais que se realizariam em 19 de janeiro de 1947. O comunista cajazeirense Sabino Guimarães explica:

Aqui em Cajazeiras, na campanha para a constituinte, nós fizemos um comício, inclusive com a presença de Santa Cruz, e foi um alarme. A Igreja, através das associações religiosas, tentou impedir. Durante o comício Santa Cruz estava fazendo um discurso, na Célula do partido, que funcionava na Praça João Pessoa, e foi uma reação violenta.⁸⁷

As organizações populares que se constituíram no Brasil com a chamada “redemocratização” possibilitaram o ressurgimento da imprensa livre, a partir de quando jornais, revistas, impressos de toda ordem começaram a circular entre o povo. Prestes, ao mesmo tempo em que deu seguimento à organização do PCB em 1945, também viabilizou a implantação da imprensa popular brasileira, fundando, no Rio de Janeiro, do jornal *Tribuna Popular*, órgão do partido, que passaria a funcionar como veículo de orientação ideológica. Essa articulação político-ideológica dos comunistas via imprensa

⁸⁶ O DOPS foi um órgão repressivo do governo brasileiro criado em 1924, quando então os imigrantes passaram a ser o alvo privilegiado, já que estavam associados às reivindicações sociais e políticas do país. O órgão adquire força com a ditadura varguista, quando em suas delegacias eram interrogados, muitos sob tortura, os chamados “presos políticos”, entre eles os marxistas em luta aberta contra o regime ditatorial. Na Paraíba, o funcionamento do órgão data de outubro de 1935, por articulação do então interventor Argemiro Figueiredo. Cf. Silva, 2000, p. 49.

⁸⁷ Entrevista concedida ao jornal *A União*, 05 abr. 1987.

escrita, visava propalar o seu sistema de idéias, assim como reagir às representações que eram fomentadas com o propósito de se criar um imaginário sobre o comunismo.

Foi neste contexto que, em 1946, seguindo orientação nacional, os militantes comunistas paraibanos, instalaram o *Jornal do Povo*. Barbosa (1985, p. 110) apresenta que “no primeiro momento de sua existência circulava semanalmente, aos domingos, depois, quando a situação financeira se agravou, passou a bi-semanário, as quintas e domingos”. Em 1946 chegou a ser diário, quando deu sustentabilidade à campanha para as eleições de 1947, contribuindo para levar à Assembléia Legislativa João Santa Cruz, que passou a doar parte dos seus subsídios para a manutenção do periódico.

QUADRO 12 – Grupo Pioneiro do Jornal do Povo

NOMES	PROFISSÃO
João Santa Cruz de Oliveira	Advogado
Hidelbrando Espínola	Advogado
José Waldregíselo	Médico
Danilo Rosas	Advogado
Jacob Feldman	Comerciante
Sabino Rolim	Engenheiro Agrônomo
Carlos Di Pace	Contador
Vinícius Fonseca	Intelectual
Altino Macedo	Livreiro
José Lucena	Jornalista

FONTE: BARBOSA, 1985, p.p. 110 e 111.

O seu empastelamento, após ter sido decretada a ilegalidade do PCB, se deu em volta de um “vandalismo” que causou enorme prejuízo material, conforme depoimento de João Cabral Batista (Idem, p. 111). Contudo, seus idealizadores trataram de articular sua circulação por vias clandestinas e adquiriram uma gráfica em Campina Grande, que passou a funcionar com o título de *Gráfica Progresso*, cuja finalidade, além de imprimir o periódico em tamanho e volume reduzidos, era obter finanças para o jornal, através de outras impressões que eram colocadas no mercado, trabalho difícil pela retração de muitos consumidores receosos da reação. Barbosa (1985) diz que “o jornal era distribuído ao povo pelos próprios militantes comunistas, onde se destacavam José Gomes da Silva, Anastácio Assumpção, Batistão, José Lucena e outros” (Id. Ibid.). Sua existência clandestina conseguiu prolongar-se até 1954.

Ocorridas às eleições de 19 de janeiro de 1947, o PCB conseguiu atingir o quociente eleitoral suficiente para eleger João Santa Cruz deputado estadual. Barbosa diz que ele:

Foi eleito por significativa votação, a despeito da cruel e impiedosa campanha que lhe moveram os centros religiosos, notadamente o clero católico que, embora não o citando nominalmente, o combatia se utilizando do púlpito e através de volantes, em linguagem virulenta contra os “agentes de Moscou” (BARBOSA, 1985, p. 34).

Os resultados deste pleito são passíveis de considerações no tocante à percepção das relações de força entre as elites e seus representantes no poder estadual⁸⁸, e as lideranças comunistas que falavam em nome das classes pobres em geral: de um lado, o Estado e seus afins que promoviam um discurso representativo sobre o comunismo, cujo fim era criar no imaginário social paraibano uma idéia apocalíptica sobre o PCB; e de outro, os militantes comunistas que promoviam explícita reação à ordem estabelecida. Muito embora tenham logrado o êxito de elegerem João Santa Cruz à Assembléia Legislativa Paraibana, o número de sufrágios somados de todos os candidatos a deputados foi inferior aos obtidos na eleição passada pelo candidato a presidente Yedo Fiúza, conforme quadro que segue:

QUADRO 13 – Comparação dos Resultados dos Votos do PCB nas Campanhas de 1945 e 1947

Nº.	CIDADE	VOTOS EM 1945 (PRESIDENTE)	VOTOS EM 1947 (DEP. ESTADUAL)
01	João Pessoa	2.575	2117
02	Campina Grande	1.454	935
03	Mamanguape	671	908
04	Santa Rita	156	400

⁸⁸ No decorrer desse processo observamos que tanto o PSD quando a UDN se fizeram presente no governo do Estado da Paraíba. Ruy Carneiro, que assumiu a legenda do PSD, vinha na interventoria estadual desde 1940 e pretendendo disputar o mandato de governador, passou o exercício da administração ao Secretário do Interior Samuel Duarte, nomeado por Getúlio no dia 27 outubro de 1945. Com a deposição de Vargas no dia seguinte, a presidência da república passou a ser exercida, transitoriamente, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Linhares. Este, no dia 03 de novembro, nomeou para a Interventoria paraibana o desembargador Severino Montenegro, que deu coloração udenista a nova gerência estadual. Essa manobra política fez o candidato da UDN à presidência, Eduardo Gomes, sair vitorioso na Paraíba; quadro que não se repetiu no país que elegeu Dutra presidente. Como as eleições para governadores estaduais só se processariam em 1947, a classe política paraibana pessedista cuidou em reivindicar do novo presidente a nomeação de Odon Bezerra para ocupar a interventoria da Paraíba, sendo empossado em 14 de fevereiro de 1946.

05	Itabaiana	138	71
06	Bananeiras	138	70
07	Maguari (Cruz do Espírito Santo)	96	41
08	Sapé	85	124
09	Guarabira	63	103
10	Sousa	52	57
11	Areia	48	53
12	Patos	27	43
13	Santa Luzia	25	19
14	Pilar	20	16
15	Antenor Navarro (São João do Rio do Peixe)	19	08
16	Pombal	18	58
17	Alagoa Grande	15	09
18	Alagoa Nova	14	12
19	Esperança	13	26
20	Piancó	12	46
21	Cabaceiras	12	02
22	Cajazeiras	11	39
23	Ingá	10	18
24	Cuité	09	14
25	Araruna	07	03
26	Monteiro	07	09
27	Umbuzeiro	07	03
28	Jatobá (São José de Piranhas)	05	05
29	Princesa Isabel	04	00
30	Caiçara	03	09
31	Batalhão (Taperoá)	02	02
32	Serraria	02	17
33	Bonito de Santa Fé	01	01
34	Teixeira	00	15
35	Brejo do Cruz	00	08
36	Picuí	00	05
37	São João do Cariri	00	01
38	Soledade	00	00
39	Catolé do rocha	00	00
40	Conceição	00	00
41	Itaporanga	00	00
TOTAL GERAL		5.719	5.471

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Observamos que na capital e em Campina Grande os votos tiveram um decréscimo significativo, enquanto que em Mamanguape, Santa Rita, Sapé e Guarabira acentuaram-se os sufrágios. Merece ser ressaltado o fato de que na eleição passada não houve votos em oito municípios paraibanos e que nesta o número baixou para quatro, a saber, Soledade, Catolé do Rocha, Conceição e Itaporanga, o que possibilita compreender, apesar dos baixos números, a não homogeneização do poder de propaganda anticomunista pela Paraíba a fora.

Passadas a eleições, as perseguições não cessaram, conforme podemos perceber pelos casos mencionados por Mello. Em Cabaceiras Félix Araújo obteve dois votos, “um dos quais assegurado pelo Sr. Nezinho Farias, pai do advogado campinense Leidson Farias, e por isso incriminado pelo delegado Sargento Jesus. A questão teria sido resolvida, mediante a interferência do prefeito Juca Gaudêncio, de São João do Cariri, e parente de Nezinho” (2003, p. 208). Já em Serra Branca, então distrito de São João do Cariri, “o delegado local instalou sindicância para apurar o responsável pelo único voto que se apurou para o candidato comunista Félix Araújo, chegando a convocar a sua presença o dito cidadão” (Idem).

2.3. O PCB na Ilegalidade: Uma Luta Desigual

Neste momento passamos a analisar como se processou o embate político, e a conseqüente propaganda anticomunista por parte do poder instituído, nos três pleitos que ocorreram a partir da ocasião em que o PCB teve o seu registro cassado, acentuando assim a sua desvantagem que já não lhe era pouca.

2.3.1. “Diga Com Quem Tu Andas que Direi Quem Tu És”: Eleições Municipais de 1947

Estava a Paraíba governada por Oswaldo Trigueiro (UDN), eleito em janeiro de 1947 com o apoio udenista de Argemiro de Figueiredo, que representava os interesses dos grupos econômicos das usinas, da burguesia exportadora de algodão e do coronelato dos agropecuaristas do sertão. Em nossas análises constatamos que o então governador permaneceu instrumentalizando o poder estatal no sentido de continuar empreendendo o poder de propaganda anticomunista e garantir assim a hegemonia das classes em nome das quais falava.

Em meio a esse contexto, as comemorações do dia 1º de maio de 1947 estavam sendo diferentes para os comunistas paraibanos, em razão das ameaças do TSE de cassar o registro do PCB. Os panfletos distribuídos à população, naquela ocasião,

defendiam a legalidade do partido, denunciando a trama das classes dominantes do país de levar o PCB à ilegalidade, o que dias depois veio acontecer.

A campanha eleitoral ocorrida nesse ano é considerada como sendo uma das mais duras, do ponto de vista ideológico. Os seguidores da religião católica continuaram sendo protagonistas de várias ações políticas contra os marxistas da Paraíba, o que só fazia aumentar o abismo do relacionamento entre os católicos e os comunistas.

O município de Guarabira foi palco de um desses incidentes quando das eleições municipais de 1947. Mello diz que o deputado comunista João Santa Cruz pretendeu realizar um comício naquele município, havendo conseguido “licença do delegado policial, tenente Caboclo para realização do comício”, por intermediação do deputado federal udenista Osmar de Aquino. Na hora marcada do comício dos comunistas, uma “procissão de católicos saiu de dentro da igreja Nossa Senhora da Luz e marchou sobre o coreto da praça, transformada em tribuna pelos partidários de Chico Baita e Maria Augusta de Oliveira” (MELLO, 1996, p. 34).

Um outro exemplo destas ações foi quando o Centro dos Universitários Paraibanos em 20 de maio de 1947 fez uma extensa programação para lembrar o líder estudantil comunista pessoense Baldomiro Solto, que tinha sido responsável pela fundação da entidade e que há um ano havia aparecido morto na praia de Tambaú em João Pessoa, quando estava com 21 anos de idade. Dois dias depois das comemorações o jornal anticomunista *A Imprensa*, não se referindo ao nome de Baldomiro Souto, mas ao fato do suicídio, insinuou em seu editorial “Comunismo, Inimigo da Mocidade”, que:

Suicídio entre jovem que tem formação marxista deve-se ao fato do apego que ele tem ao materialismo e o desprezo pelo destino eterno. (...) Malditos os princípios que reduzem o ser humano a um punhado de matéria, sem alma e sem um destino eterno. (...) Fazem despertar até aos jovens, para quem a vida deveria ostentar-se como o mais doce dos sorrisos (Jornal *A Imprensa*, 22 maio 1945).

Este editorial serviu ainda mais para promover as representações sobre os comunistas paraibanos e fomentar na referida sociedade imagens negativas da

responsabilidade do marxismo ter perturbado a cabeça do líder estudantil, levando-o ao suicídio.

Neste pleito, o jornal *A Imprensa* foi incansável na condenação ao comunismo, através de constantes e repetitivos artigos, evidenciando “a apropriação que o discurso jornalístico faz da política” (MARIANI, 1998, p. 227). Defendeu, aberta e convictamente, a tríade “Religião, Pátria e Família”, a livre iniciativa e a defesa da propriedade. Da mesma forma, atribuiu ao comunismo o papel de “inimigo” e a personificação do mal. Uma particularidade, no desenrolar da Guerra Fria, atrelada ao poder atômico de ambas as potências envolvidas, foi o tom apocalíptico que a acompanhava e que foi assumido, sobremaneira pelos Estados Unidos. O sucursal católico representava e ilustrava de forma brilhante este pensamento nas páginas de suas edições. Ao incorporar este mesmo tom dantesco em suas narrativas, contribuiu para alimentar um temor constante, tanto em relação a uma guerra atômica, quanto a uma possível dominação mundial pelo comunismo.

A Igreja Católica, falando através de seu órgão editorial, abriu as baterias contra os comunistas e as agremiações partidárias que abrigaram os membros do PCB. Na sua primeira página, de 05 de outubro de 1947, os membros da Liga Eleitoral Católica pediram aos fiéis da Igreja que não votassem nos candidatos da UDN que concorriam às prefeituras de João Pessoa e Mamanguape, porque eles haviam abrigado candidatos comunistas, conforme segue:

É preciso que se faça uma distinção: se a legenda da UDN, nas secções municipais de João Pessoa e Mamanguape, dado o acordo e a ligação com os comunistas, é considerada suspeita e por isso mesmo não possam os católicos e bons brasileiros sufragar-lhe os nomes, de plena consciência, não o será, porém, nos outros municípios paraibanos onde os candidatos da UDN souberam respeitar os sentimentos religiosos do eleitorado. (...) Chamamos ainda a atenção dos católicos para o PSB, que em Santa Rita e Mamanguape recolheu na sua chapa elementos comunistas das mais variadas graduações do extinto partido (Jornal *A Imprensa*, 05 out. 1947).

O Jornal católico continuou durante todos os dias da semana que antecederam as eleições alertando o eleitorado católico a não votar nos candidatos comunistas e em quem estes estivessem apoiando. Em uma nota oficial da Liga Eleitoral católica, que foi publicada nos dias 07 e 12 de outubro de 1947, dia da eleição, os anticomunistas afirmavam:

O comunista, justamente por professar uma ideologia totalmente oposta à concepção cristã da vida, como qualquer outro cujas idéias se afastam da doutrina católica, não poderá de nenhuma maneira receber os sufrágios dos católicos nem mesmo figurando em legendas de outros partidos. É lamentável que a UDN tenha incluído entre seus candidatos nome de comunista declarado (Jornal *A Imprensa*, 07 e 12 out. 1947).

E nos dias que antecederam o pleito, as publicações nesse jornal se intensificaram na tentativa de desfazer as propagandas que os comunistas fizeram em defesa de seus candidatos. Mais uma vez, o periódico insistia para que os católicos não votassem neles:

Não deixa de ser estranhável a desenvoltura com que conhecidos elementos comunistas da cidade percorram os nossos bairros a serviço de propaganda de serviços dos candidatos a que eles chamam, por eufemismo, de populares. Não sabemos se assim agem com beneplácito das autoridades policiais (Jornal *A Imprensa*, 09 out. 1947).

Candidatos comunistas ou os que se servem da propaganda e dos votos comunistas não merecem o sufrágio dos católicos (Jornal *A Imprensa*, 10 out. 1947).

Todas as legendas e nomes de candidatos na capital, excetuando-se os do Partido Comunista e os que mantêm com o mesmo alianças suspeitas, merecem o sufrágio do eleitorado pessoense (Jornal *A Imprensa*, 11 out. 1947).

À medida que se aproximava o pleito esse jornal publicou incontáveis e repetitivos artigos condenando e execrando os comunistas, mesmo quando o assunto não se referia ao tema, não era perdida a oportunidade de depreciá-los. De acordo com Mariani, no discurso jornalístico os sentidos sobre os comunistas vão surgindo, muitas vezes, de forma dissimulada, ditos ao acaso, aparentando não haver ligação entre si. Porém, ganham visibilidade pela força da repetição e “pela crítica à vezes nítidas, às vezes sutilmente disfarçadas em explicação” (MARIANI, 1998, p. 63).

Necessário se faz reiterar a relevância do papel da imprensa na construção de um imaginário a respeito dos comunistas. Na relação sujeito narrador e leitor, o jornalista é visto como alguém que detém o conhecimento, “se investe e é investido pelo leitor como aquele que sabe” (Idem, p. 100). Portanto, quem escreve usufrui uma posição privilegiada para influenciar o leitor.

Nesse jornal, a imagem do comunismo era constantemente veiculada e reforçada por esta repetição constante. Tal regularidade expressava todo um comprometimento

ideológico com a causa anticomunista. Assim, o jornal descrevia os comunistas como a personificação do mal, o demônio com todos os seus atributos. O tom que a campanha anticomunista atingiu pode ser vislumbrado através de alguns exemplos: os comunistas foram chamados de "piratas", "desvairados", "paranóicos", "degenerados", "tresloucados", "dementes", "bárbaros", "selvagens", "horda" (asiática, tartária, mongólica), entre outros epítetos. E o mais grave: atingia a moral cristã, admitindo o divórcio, o amor livre e o aborto, o que era entendido como um incitamento à dissolução da instituição familiar, como demonstravam as afirmações do artigo "A RÚSSIA e o Amor Livre", que segue:

A revolução socialista de outubro (1917) aboliu a desigualdade política, jurídica e econômica da mulher, mas houve quem interpretasse erroneamente essa liberdade (...) Numa sociedade estritamente socialista, tal prática conduz a um relaxamento de costumes indigno do homem, suscita problemas pessoais, infelicidade e dissolução da família (Jornal *A Imprensa*, 13 out. 1947).

A demonização do comunismo, adotada pela imprensa, era de uso corrente no jornal *A Imprensa*, que se baseava em imagens fortes como violência, traição, covardia, massacre, estupro e práticas imorais de variada espécie. A luta entre socialismo e capitalismo passou a representar a luta do bem contra o mal, o embate entre Deus e o Diabo. O demônio era sedutor, astuto, sorrateiro, insidioso, envolvia suas vítimas inocentes com mentiras e falsas promessas. Era assim que o comunismo agia com suas vítimas, iludindo-as com falsas promessas de igualdade para depois escravizá-las: "Mais de um bilhão de pessoas, metade da população do mundo, são vulneráveis à sedução comunista", afirmava o artigo citado. Dizia ainda que o comunismo era perigoso, contagioso como uma doença: "A doença é um mal, mas a pior de todas as doenças é o comunismo. A própria Rússia era um gigante enfermo".

Motta (2002) chama atenção para o fato de que, ao comparar o comunismo a doenças, a intenção era mostrar que os comunistas só poderiam ser doentes. Certamente, pessoas saudáveis, em plena sanidade, não adotariam o comunismo como credo. O autor também aponta para representações ligadas a animais, como aranha, polvo, etc., que pretendiam representar o projeto comunista de dominação mundial. Nesta analogia, o comunismo, "com suas teias e tentáculos, urdia silenciosamente uma cilada para os povos incautos" (MOTTA, 2002, p. 52-54). A União

Soviética era identificada como centro irradiador do mal. Deste modo, “o comunismo deixa de ser um conceito político para tornar-se a imagem de um país” (MARIANI, Op. Cit, p. 147).

Apesar destas articulações visando divulgar imagens negativas sobre os comunistas, o resultado das urnas, no pleito municipal de 1947, mostrou a vitória de João Cabral Batista, como vereador mais votado de João Pessoa, o mesmo ocorrendo com João Pedrosa Cavalcanti, em Campina Grande, que logrou a sétima posição.

Em Mamanguape os comunistas conseguiram eleger, com o apoio dos operários da Fábrica de Rio Tinto, o vereador José de Oliveira Ramos (Vigarinho) pela legenda do Partido Socialista Brasileiro. Ali Prestes pediu votos também para o candidato a prefeito udenista Orestes Lisboa.

Conforme detalhamos anteriormente, depois que foram cassados os mandatos dos parlamentares comunistas, na Paraíba acentuou-se a luta física e ideológica entre o Estado e os comunistas. Um episódio que pode ilustrar essa afirmação ocorreu em 14 de janeiro de 1948, quando uma das dependências do Quartel do 15º Regimento de Infantaria, localizado no Bairro Cruz das Armas, na capital paraibana, foi misteriosamente incendiada. Tal fato gerou uma grande polêmica ideológica, quando então o Exército passou a atribuir o incidente aos comunistas, promovendo a abertura de inquéritos policiais para investigar, perseguir, prender e constranger os militantes, sob o pretexto de que teriam sido eles que haviam ateado fogo naquele quartel como revanche as cassações efetivadas aos mandatos dos comunistas no Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas, assim como para tirarem das mãos dos militares supostos documentos comunistas que haviam sido recolhidos quando do fechamento das células. O jornal *A União* noticiou o fato de o Exército ter acusado os comunistas pelo incêndio, trazendo a manchete com a seguinte matéria:

DE CARÁTER COMUNISTA O INCÊNDIO DO 15º R. I.

(...) Adiantam as informações que dos cinco cofres existentes no Regimento de João Pessoa, os quatro que possuíam documentos comprometedores aos comunistas foram destruídos, enquanto um outro da contabilidade ficou intacto. Assim, o incêndio não visava sequer o saque, mas apenas a destruição de papeis entre os quais se encontrava fotos de Prestes com a maioria dos comunistas do Recife e uma lista completa, contendo os nomes de todos os vermelhos apontados como possíveis ministros e governadores estaduais, no caso em que o comunismo triunfasse no Brasil (Jornal *A União*, 29 fev. 1948).

Após o incêndio, vários comunistas foram presos, dentre eles o ex-deputado estadual pela Paraíba João Santa Cruz e o ex-deputado federal por Pernambuco Gregório Bezerra, sendo este, que na ocasião se encontrava do Rio de Janeiro, acusado de ter sido o autor intelectual.

Barbosa (1985, p. 48) relata esse fato:

Um misterioso incêndio no quartel do 15º R. I., cujas causas, como de praxe, na época, foram levadas à conta dos comunistas. E lá foram eles, não só militantes do PCB, mas todos os que viviam sob suspeita do Governo reacionário de Dutra, levados à prisão para “confessarem” e responderem pelo “hediondo crime de incendiários do quartel”.

Como não podia deixar de acontecer, Santa Cruz foi dos primeiros a ser preso, permanecendo no cárcere por cerca de 3 dias, sendo libertado por absoluta falta de indício de participação no acontecimento.

Com ele saíram também da prisão os demais suspeitos, tal o ridículo das acusações.

A mesma sorte não teve, entretanto, o ex-deputado comunista Gregório Bezerra, que se encontrava a milhares de quilômetros, no Rio de Janeiro, e de lá foi conduzido debaixo de espantoso aparato militar para aqui, João Pessoa, depor como acusado principal. Passou muitos dias na prisão, sendo transportado para Recife e submetido a rigoroso interrogatório. (...) Das origens sombrias desse incêndio nunca foi dado ao público qualquer forma de explicação ou notícia.

Dos comunistas paraibanos além de Santa Cruz também foram presos o médico José Valdregíselo, o vereador João Cabral Batista, o professor Sizenando Costa, os estudantes José Gomes da Silva (Zé Moscou) e Geraldo Baracuh, além de Henrique Arcoverde, Severino Feitosa Batista de Santana, João Teodósio, dentre outros. Estes militantes em contrapartida tentavam apresentar um discurso de que o incêndio não passava de uma armação por parte do Exército, cujo objetivo era se munir de pretextos legais para que assim pudessem persegui-los.

2.3.2. A Campanha Estadual de 1950

Como já apresentamos no capítulo anterior, a campanha de 1950 na Paraíba foi marcada por grandes conflitos interoligárquicos, merecendo destaque o ocorrido em Campina Grande que ficou conhecido por todos como “O Massacre da Praça da Bandeira”. Sylvestre apresenta que os candidatos Argemiro de Figueiredo e José Pereira Lira a governador e senador, respectivamente, na tentativa de se livrar da culpa

sobre o incidente, que lhe era imposta pelos seus adversários coligados, passa a atribuir que o fato fora resultante da ação dos comunistas que apoiavam José Américo.

Os repórteres e comentaristas ligados, de alguma forma, ao Dr. Pereira Lira, alegavam que tudo não passava de uma ação subversiva de “conhecidos agitadores comunistas”. Ai, nas insinuações e nas entrelinhas, estava com todas as letras o nome do tribuno Félix de Sousa Araújo (SYLVESTRE, 1982, p. 206).

Esta acusação cai sobre Félix Araújo, dado que foi ele quem, sob os auspícios do então prefeito Elpídio de Almeida, responsabilizou-se pela articulação da campanha, muito embora não estivesse ele militando nas fileiras do proscrito PCB desde 1948. Contudo, a representação de comunista ainda lhe era imposta, reforçando o imaginário social.

O jornal *A Imprensa*, representando a Igreja Católica que apoiava a chapa de Argemiro, continuava com sua ação anticomunista apelando para que o eleitorado paraibano não votasse nos candidatos comunistas, evangélicos e protestantes, citando-os nominalmente:

Os eleitores, disciplinados e conscientes, devem sufragar nas urnas nomes de candidatos, cujas idéias, tendências e normas de vida não constituam ameaça aos princípios e postulados da consciência cristã. Seria temerário votar em candidatos desconhecidos e profundamente censuráveis, apoiar os seguintes candidatos a deputado estadual – João Cavalcanti Pedrosa, de passado notório de hostilidade à Igreja; Antônio Lucena, divorcista e adepto do marxismo; Firmino Silva, pastor evangélico; e Milton Ximenes, protestante. Que os eleitores católicos se decidam pelos candidatos que assegurem o respeito às crenças; os dissidentes e simpatizantes de teorias abstrusas e de sistemas subversivos elejam os seus. Uns e outros estarão coerentes consigo mesmo e bem, se possível, com a própria consciência. Outra coisa não esperamos (Jornal *A Imprensa*, 27 set. 1950).

Ocorridas às eleições podemos considerar que os resultados da ação comunista se deram apenas enquanto apoio aos candidatos da Coligação, pois o operário Luiz Bernardo, único candidato que concorreu à Assembléia Legislativa, pela legenda do PSP, com o apoio do comunismo paraibano não obteve êxito, conseguindo apenas 1.056 votos.

QUADRO 14 – Resultado dos Votos do Deputado apoiado pelo PCB na Paraíba

MUNICÍPIO	VOTOS	MUNICÍPIO	VOTOS
Antenor Navarro	01	Ingá	12

Araruna	07	João Pessoa	451
Areia	23	Maguari	17
Bananeiras	45	Mamanguape	33
Batalhão	01	Patos	05
Cajazeiras	05	Piancó	23
Campina Grande	226	Pombal	13
Cuité	01	Santa Rita	45
Esperança	08	Sapé	54
Guarabira	11	Souza	61
Ibiapinópolis	01	Itabaiana	13
TOTAL GERAL NO ESTADO			1.056

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Se compararmos estes resultados com os da eleição presidencial de 1945 (Quadro 03), verificaremos um decréscimo significativo. A votação naquele ano foi expressiva não só em Campina Grande e João Pessoa, mas também em Mamanguape, Santa Rita, Itabaiana e Bananeiras, municípios estes que agora viram praticamente seus sufrágios desaparecerem. Se confrontarmos com os efeitos da eleição estadual de 1947, continuamos a verificar essa decaída, pois naquele pleito os candidatos reunidos obtiveram reunidos 5.471 sufrágios, conseguindo, inclusive, fazer de Santa Cruz e Félix Araújo deputado estadual e suplente, respectivamente.

2.3.3. A Campanha Municipal de 1951

Vinha a Paraíba sendo governada por José Américo (PL/PSD), eleito em outubro de 1950, que falava em nome dos interesses da classe média urbana, de alguns proprietários do interior e da burguesia industrial e comercial das grandes cidades. Foi então em nome destas que o Estado continuou a empreender a propaganda anticomunista e no decorrer dessa campanha eleitoral, conforme verificamos, recrudesciu a depreciação aos militantes comunistas. Em Campina Grande, por exemplo, surgiu uma nota anônima intitulada “Cuidado Eleitor Católico”, contendo um texto anticomunista, objetivando combater a candidatura udenista de Argemiro de Figueiredo a prefeito de Campina Grande, que agora, diferentemente do último pleito, contava com o apoio dos comunistas. Abaixo segue a nota na íntegra:

Cuidado Eleitor Católico

A UDN, o Partido Comunista e o Partido do Cachimbão – os aliados do ex-deputado e derrotado Argemiro de Figueiredo.

O candidato da UDN está de mãos dadas, de corpo, coração e alma com o Partido Comunista e o Partido da CACHIMBÃO.

Vendo-se perdido, e sem nenhum apoio das correntes democráticas voltou-se o Sr. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO, o candidato da fracassada UDN, a fazer alianças e acordos ocultos com elementos extremistas e anti-católicos, numa verdadeira afronta aos sentimentos cristãos do Povo das Cidades e dos Distritos.

O Comunista FRANCISCO MATIAS, o engraxate, o desordeiro e o processado da polícia várias vezes, é o mesmo que atentara contra a vida preciosa do prefeito Dr. Elpídio de Almeida, e é hoje o chefe da propaganda da UDN, e da “confiança” do Sr. Argemiro.

O Comunista UZIEL DO VALE faz parte da chapa para Vereador Municipal. É o orador nos comícios para desmoralizar, achincalhar e atacar o Grande Presidente Getúlio Vargas – o honrado Governador José Américo e o honesto administrador, Prefeito Elpídio de Almeida. O Comunista PEBA é o orientador para a distribuição das chapas e boletins da UDN.

Povo ordeiro e Católico de Campina Grande e dos Distritos, tende toda cautela e cuidado, pensando em vossa família, na garantia do vosso lar, na educação cristã dos vossos filhinhos e das vossas queridas filhas, na Paz e na tranquilidade, escolhei as chapas da Coligação Democrática, no dia 12 de agosto próximo.

Votai em PLÍNIO LEMOS para Prefeito que será o continuador da grandiosa e honesta Administração do Prefeito Elpídio de Almeida e em LAFAIÉTE CAVALCANTI para Vice-Prefeito.

Ocorridas às eleições, tanto em João Pessoa quanto em Campina Grande a UDN foi suplantada. O PCB que havia apoiado a UDN nestas duas cidades, não contribuiu com nenhuma expressividade de sufrágios, pois nem o candidato pessoense nem o campinense a vereadores obtiveram êxito, ambos apresentando um número de sufrágios quase que pela metade dos resultados anteriores. Os debilitados resultados dos comunistas paraibanos nesta eleição são passíveis de considerações, talvez podemos entendê-los como sendo reflexo do emagrecimento orgânico do partido e de certo refluxo da agremiação nos movimentos de massa. Segundo o candidato campinense Uziel do Vale o PCB “em Campina Grande estava reduzido a poucos militantes, principalmente após a saída de Félix Araújo, e sua composição social era de um partido pequeno burguês, com muito traço intelectual e pouca classe operária” (SILVA, 2003, p. 256).

Observamos neste capítulo que na luta político-ideológica, processada durante a chamada “redemocratização”, as elites e seus representantes no poder estadual, por intermédio de seus representantes (seja a imprensa, a Igreja, etc.), não diferentemente do resto do Brasil, contribuíram para a sedimentação de todo um imaginário anticomunista.

III

A RELAÇÃO MEMÓRIA E HISTÓRIA EM TORNO DO COMUNISMO: O CASO DO MILITANTE FÉLIX ARAÚJO

Nesse último capítulo investigaremos, a partir da relação memória e história, qual imaginário social é pensado sobre o comunismo, tendo como referência o caso particular do militante Félix Araújo. Para tanto, num primeiro momento, procuraremos historiar um plano sobre este comunista, ao mesmo tempo em que observaremos que memória foi construída sobre ele; e num segundo momento averiguaremos, com base nos depoimentos orais coletados no município de Cabaceiras, qual memória coletiva foi e é projetada por aquela sociedade sobre Félix e sobre o comunismo.

O aprofundamento das discussões sobre as relações entre passado e presente na história, e o rompimento com a idéia que identificava objeto histórico e passado, definido como algo totalmente morto e incapaz de ser reinterpretado em função do presente, abriram novos caminhos para o estudo da história do século XX. Quando Marc Bloch definiu o que vinha a ser história para ele, discordou dos que afirmavam que a história era a ciência do passado, considerando tal posição como uma “idéia absurda” (Apud. ARANHA, 2002, p. 142) e investiu na equação presente/passado/presente como forma de atualização do tempo presente. Por sua vez, a expansão dos debates sobre a memória e suas relações com a história veio oferecer chaves para uma nova inteligibilidade do passado.

Segundo Hutton (1993) o interesse dos historiadores pela memória foi em grande medida inspirado pela historiografia francesa, sobretudo a história das mentalidades coletivas que emergiu na década de 1960. Nesses estudos, que focalizavam principalmente a cultura popular, “a vida familiar, os hábitos locais, a religiosidade etc., a questão da memória coletiva já estava implícita, embora não fosse abordada diretamente” (1993, p. 67).

Ferreira (2002) diz que um dos primeiros autores a chamar a atenção para o tema da memória foi Philippe Ariès, que destacou o papel dos rituais comemorativos com a função de fortalecer os laços familiares no final do século XVIII e início do século XIX.

“Ariès chamava a atenção também para o papel dos monumentos, das comemorações em torno das figuras políticas ilustres ao longo do século XIX, e de como eles se relacionavam com a emergência dos Estados nacionais” (Idem, p. 320).

Seguindo a trilha aberta por Ariès, surgiu um novo gênero na historiografia na década de 1980, a história das políticas de comemoração (*History of the Politics of Commemoration*). O pioneiro nesse gênero foi Maurice Agulhon, que analisou a imagem da República na França (1789-1879) em sua obra *Marianne au Combat* (1979). O trabalho de Agulhon inspirou muitos outros e, assim, alguns anos depois, a questão da memória política, principalmente os temas relacionados com o processo de construção de imagens nas práticas comemorativas, tornou-se uma questão central na produção historiográfica. De modo que, com Agulhon e outros, ocorre o que se convencionou chamar de um retorno à política.

É nesse contexto que a formulação teórica do sociólogo Maurice Halbwachs, de que a memória envolve uma relação entre a repetição e a rememoração, ganha destaque, passando a integrar o universo teórico dos historiadores. Essa contribuição fornece elementos para a elaboração de uma história das comemorações, um subproduto da Nova História Política. Tomando como referência as contribuições de Halbwachs, em sua obra *A Memória Coletiva*, Pierre Nora propõe uma nova história das políticas de memória e uma história das memórias coletivas da França.

A valorização de uma história com base nas representações imaginárias promoveu uma reavaliação das relações entre história e memória e permitiu aos historiadores repensar as relações entre passado e presente e definir para a história do tempo presente o estudo dos usos do passado. Nora aprofunda ainda a distinção entre o relato histórico e o discurso da memória e das recordações. A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente. Segundo Ferreira:

Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história possibilitou uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos, ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser

encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa (FERREIRA, 2002, p. 321).

Esse deslocamento de olhar também é observado por Dosse (2000), que confere prevalência à parte interpretativa da história. Esse historiador cita Nora para caracterizar o momento historiográfico atual:

A via está aberta a uma outra história; não mais os determinantes, mas seus efeitos; não mais ações memorizadas nem mesmo comemoradas, mas os vestígios dessas ações e o jogo das comemorações; não os acontecimentos por si mesmos, mas sua construção no tempo, o apagar e o ressurgir de suas significações, não o passado tal como aconteceu, mas seus reempregos sucessivos; não a tradição, mas a maneira pela qual é construída e transmitida (Apud. DOSSE, 2000, p. 286).

Se, por um lado, essas transformações no campo da história podem ser avaliadas como positivas, na medida em que permitem uma reflexão histórica menos segura dela mesma, mas mais viva, diagnósticos recentes de especialistas renomados chamam a atenção para a crise epistemológica que acompanha o abalo das antigas certezas dos historiadores.

3.1. Félix Araújo: “Trajetória” Comunista e Contrapontos com a Memória Coletiva

Neste momento, traçaremos algumas considerações sobre a “trajetória” de vida do cabaceirense Félix Araújo, dando ênfase, principalmente, ao momento em que ele ingressou no Partido Comunista Brasileiro para, situarmos, assim, o nosso estudo de caso. Para tanto, consideraremos como fontes alguns autores que se detiveram a biografá-lo, ao mesmo tempo em que procuraremos mostrar alguns contrapontos detectados por nós sobre as representações que lhe foram atribuídas e que foram armazenadas na memória coletiva da comunidade.

É possível afirmar que a biografia, nas últimas décadas, vem gozando de certa simpatia, e até mesmo euforia, ao menos entre historiadores. Os trabalhos de Sabrina Loriga (1998), Giovanni Levi (1996) e Jacques Le Goff (1999) são importantes no sentido de apresentarem usos, tendências e críticas à utilização da biografia na história.

Loriga, por exemplo, vê o entusiasmo dos historiadores em relação à biografia como produto de uma crise da “história científica”, baseada em conceitos totalizantes de classe social ou de mentalidade, nos quais ocorreria uma subordinação das ações sociais às forças produtivas ou aos meios culturais. A afirmação de Levi dá a medida exata das vantagens em se apostar nessa ferramenta metodológica, pois em sua opinião “a biografia constitui (...) a modalidade ideal para verificar o caráter intersticial – entretanto importante – da liberdade de que dispõem os agentes, (assim) como para observar a maneira pela qual, funcionam concretamente sistemas normativos jamais isentos de contradições” (LEVI apud LE GOFF, 1999, p. 24).

Levi (1996) nos fala que o uso da biografia pelo historiador não se trata de reduzir as condutas a comportamentos-tipos, mas de interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis e, logo, normais.

Logo, a especificidade dos fatos que o historiador escolhe para narrar pode ser buscada através das biografias.

Essa utilização da biografia repousa sobre uma hipótese implícita que pode ser assim formulada: qualquer que seja a sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica (LEVI, 2005, p. 176).

É neste sentido que a biografia de Félix Araújo será fonte documental para a construção do conhecimento histórico nesta pesquisa. Não pretendemos com este estudo um levantamento biográfico exaustivo do militante, mas consideramos necessário o apontamento de alguns aspectos de sua vida. Como observa Levi:

Como historiadores, imaginamos atores históricos que obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado. Seguindo uma tradição biográfica estabelecida e a própria retórica de nossa disciplina, contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas (LEVI, 2005, p. 169).

No decorrer desta análise, observaremos as críticas apontadas por Bourdieu quanto à “ilusão biográfica”, onde considera que esse tipo de narrativa tem:

A preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito com a causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário (2000, p. 184).

Para este sociólogo, a história de vida mais se aproxima do modelo oficial da apresentação oficial de si – carteira de identidade, atestado de estado civil, curriculum vitae, ficha judicial – que constituem a vida na totalidade finita. É absurdo, considera Bourdieu (2000, p. 188), tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um “sujeito”, e cuja única constância é a do nome próprio, pois os acontecimentos biográficos definem-se antes como “alocações” e como “deslocamentos” no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado.

Desta feita, traçaremos um plano sobre Félix Araújo procurando isentarmos-nos de lhes atribuir quaisquer valores ou adjetivos e que, ao mesmo tempo, não pretende ser definitivo e acabado, mas que sirva para situarmos as considerações relacionadas ao nosso objeto, que é o imaginário sobre o comunismo, com o estudo de caso proposto.

3.1.1. Primeiros Anos e Formação Intelectual

No artigo intitulado "Usos da biografia" (2005), Levi mostra a nova tendência de pesquisa histórico-biográfica propondo a existência de quatro possibilidades analíticas, dentre as quais destaco a da "biografia e contexto" segundo a qual "a época, o meio e a ambiência também são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias" (2005, p. 175). Levi também diz que o contexto pode ser um meio de reconstituir a vida do personagem estudado e que uma vida só pode ser compreendida pela análise do entorno: os desvios e singularidades só fazem sentido analisados à luz do processo histórico.

Sobre a “trajetória” de vida de Felix de Souza Araújo, Sylvestre (1985, p. 305) escreve que o mesmo nasceu em 22 de dezembro de 1922 no município de Cabaceiras, situado no Cariri paraibano, sendo o primeiro dos dois filhos de Francisco

Virgolino de Souza e Nautília Pereira de Araújo. Ali iniciou seus estudos, cursando o antigo primário sob os cuidados da professora Maria Neulí Dourado.

Procedente de uma família pobre viveu a infância em uma das regiões mais inóspitas do Nordeste, onde a falta de água contribuía para aumentar o flagelo. No entanto, encontrou na pessoa de Maria Otília de Araújo Lima (Zina), viúva de seu tio materno João Gomes Henriques de Araújo, que residia em Campina Grande, o amparo para que continuasse seus estudos nesta cidade. Passou então a ser estudante do ginásio no Colégio Diocesano Pio XI, onde logo começou a se projetar dentre os demais.

Na ocasião do desfile cívico de 07 de setembro de 1933, com apenas 11 anos, Félix improvisou um discurso sobre o contexto abordado na ocasião. Conforme relato de seu contemporâneo Antônio Catão de Lucena, “a segurança no conteúdo e a oratória, fizeram com que o então diretor do colégio, o padre Odilon Pedrosa, rasgasse grandes elogios ao aluno, passando a partir dali a ser respeitado e comentado no meio estudantil” (Apud. ALBUQUERQUE DO Ó, 1999, p. 17).

Em 1937, aos quinze anos, estudando no Pio XI, estreou na imprensa, escrevendo para o jornal campinense *A Voz da Borborema*. Félix tanto tinha uma potencialidade para escrever quanto para o discurso improvisado, e isso foi o suficiente para que passasse a conviver com a elite intelectual campinense. No ano seguinte seus artigos o fizeram receber uma carta elogio do escritor Alceu Amoroso Lima pela qualidade de seus pendores literários.

Em outubro de 1939, Félix era um dos diretores, na condição de orador, da Academia Dom Adauto do Colégio Pio XI. Junto aos demais promoveu o primeiro curso de jecistas (JEC – Juventude Estudantil Católica), sendo então na ocasião fundada a referida associação. O fato foi noticiado pelo jornal *O Colegial*, que ele e William Ramos Tejo administravam. Em 1940, aos 18 anos, escreveu TAMAR, poema em prosa, cuja primeira edição só seria publicado em 1945.

Seus estudos foram realizados com muitas dificuldades, tendo muitas vezes que interrompê-los, primeiro devido as suas condições financeiras e depois por causa da enfermidade de seu pai.

Quando concluiu o ginásio retornou à Cabaceiras, pois em Campina não havia educandário que oferecesse o antigo ensino colegial e ele não dispunha de conhecimento na capital estadual nem de recursos financeiros suficientes para garantir a continuidade de seus estudos. Em sua terra natal, durante sete meses, editou o jornal mensal *Cruzeiros*, resultado de seu entusiasmo juvenil e idealista.

Quanto à retomada de seus estudos depõe Wilson Dias Rodrigues (Apud. ALBUQUERQUE DO Ó, 1999, p. 19) que no início do ano letivo de 1942, Ruy Carneiro, então interventor estadual, convidou estudantes de todas as cidades do estado para uma confraternização em João Pessoa. Félix foi convidado para ser um dos cinco que iriam representando o Colégio Pio XI e, durante a ocasião, quando falaram vários políticos e estudantes, ele fez “um brilhante discurso que encantou a todos” (Idem).

Na oportunidade, conheceu o jovem Baldomiro Souto e o Padre Matias Freire⁸⁹, ambos militantes políticos em João Pessoa. Essas novas amizades lhe entusiasmarão a transferir-se para a capital para estudar o clássico ou pré-universitário e também muito influíram no seu comportamento. Baldomiro era comunista e debatia com Félix o problema social e político do Estado e do país. Com ele, aprendeu as primeiras lições marxistas e se tornou grande amigo e confidente.

Ainda no começo de 1942 regressou a João Pessoa, a fim de se matricular no Liceu Paraibano, para cursar o colegial, até então inexistente nos educandários campinenses, contudo teve que abandonar os estudos naquele ano em virtude do agravamento da doença do pai, que há quatro anos vinha enfermo.

Em meio ao conflito de ficar em João Pessoa para continuar seus estudos e regressar a Cabaceiras para cuidar do pai, resolveu logo de imediato interromper mais uma vez sua vida acadêmica. Sylvestre publicou trecho de uma carta endereçada ao seu amigo Baldomiro, na qual lamenta os fatos, conforme segue:

⁸⁹ Mathias Freire nasceu em Mamanguape no dia 21 de agosto de 1882; foi padre, poeta e jornalista. Ingressou no Seminário Diocesano em 1895, se ordenando sacerdote em 1905. Foi pároco coadjuvante em Guarabira e na catedral metropolitana; professor do Colégio Diocesano Pio X, na Escola Normal e no Liceu Paraibano. Desempenhou as funções de diretor dos jornais *A Imprensa* e *Correio da Manhã*, respectivamente. Como político, elegeu-se deputado estadual (1908-1911) e reelegeu-se (1912-1915), assumindo a presidência da Casa no decorrer desta legislatura; já em 1934, elegeu-se deputado federal. Faleceu em 30 de março de 1947, em João Pessoa. Cf. Araújo, 2002, p. 145.

Eu te repetirei agora, meu caro Baldomiro, o que há tantos dias vem sendo o meu desengano e a minha mágoa: não estudarei mais este ano.

Como deixar meu pai?

Tenho um irmão ainda muito moço, bom e inexperiente, uma mãe quase velha, dedicada e fraca. É por isso que eu fico. Porque na hora tremenda eles não suportarão o vento rugidor. Sou eu o único que assistirá tudo, e não seria justo deixar meu pai numa hora desta, sem a minha palavra, o meu encorajamento, a minha lágrima escondida e silenciosa.

Em Cabaceiras, aguardo a sua resposta urgente e longa, sou, sinceramente o seu amigo de todas as horas. Félix Araújo (SYLVESTRE, 1982, p.p. 306-307).

No período em que acompanhou o pai em seu leito de morte, passou a produzir conhecimento, “onde já se mostravam evidentes os questionamentos no que diz respeito às questões econômicas e sociais. Os seus artigos imprimiam um cunho de rebeldia contra as injustiças praticadas pelos homens públicos, principalmente pelos políticos” (SYLVESTRE, 1985, p. 310).

De Cabaceiras, em 19 de março de 1942, Félix escreveu a Tancredo de Carvalho, dirigente do sucursal católico *A Imprensa*, em Campina Grande, cobrando a publicação de seus artigos naquele jornal⁹⁰. Nota-se presente no teor da carta tais concepções esquerdistas, como seguem abaixo:

Meu caro Tancredo

Escrevo-lhe de Cabaceiras, a cidade esquecida de Deus e dos homens. Ansiosamente interrogamos as nuvens – mas as nuvens não chegam (...) Em vão esperamos a generosidade do governo – e o governo não vem (...) O povo passa fome e sofre debaixo do sol por que os chefes do Céu e os chefes da Terra combinaram em esquecê-los (...)

E aqui, na heróica e miserável Cabaceiras, reafirmo a minha amizade e a minha admiração. Félix Araújo (CARVALHO, 1975, p. 130).

Contudo, também detectamos em uma das várias cartas dirigidas a Tancredo, a seguinte solicitação por parte de Félix: “Recomende-me ao caro amigo CUNHA LIMA. Quero muito bem ao cronista dos “Escrevos” e ao culto avô de Ivanise” (CARVALHO, 1975, p. 132)⁹¹. Essa solicitação de recomendação de emprego ao coronel Cunha Lima, que não é mencionada por nenhum dos autores analisados por nós, parece soar estranho para alguém que já se mostrava de tendência esquerdista e contra os homens

⁹⁰ Constatamos que na juventude, Félix publicava artigos no jornal católico *A Imprensa*. Porém, a partir de 1942, quando retornou de Campina a sua terra natal e passou a ter contato com situação local, ao mesmo tempo em que já mantinha amizade com o comunista pessoense Baldomiro Souto, começou a mudar suas posições políticas, o que foi suficiente para passar a ter impedido a publicação de seus artigos no dito jornal.

⁹¹ O CUNHA LIMA a quem Félix pede recomendações é o coronel José Antônio Ibiapino Cunha Lima, representante desta oligarquia no município de Areia – PB.

do poder. Essa observação serve para reforçar as considerações de Bourdieu quanto ao fato de que entender a vida, tal qual é apresentada pela biografia, isto é, como um “relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar” (2000, p.185).

Foi também nesse período, em que se encontrava em Cabaceiras, que começou a produzir seus principais trabalhos literários, ao mesmo tempo em que acompanhava o pai na doença prolongada que o levou a morte.

Os versos que seguem foram escritos entre março e maio de 1942 e exprimem os sentimentos e idéias que, àquele tempo, parecem terem transformado a mocidade do estudante cabaceirense:

(...) inclinado à tristeza das visões pessimistas, por educação e temperamento, senti-me naqueles meses, desambientado e só, sem a coragem da reação contra o sofrimento, prisioneiro da mais dominante saudade. Os problemas econômicos de minha pobre família e a interrupção dos estudos, surgidos conseqüentemente, fizeram aumentar a minha inadaptação a nova vida, a minha nostalgia diante desse mundo que me parecia frio e imenso exílio (...). Reúno estes singelos versos porque recordam uma fase em que me parecia morto – meu coração e as coisas. Hoje vejo que a dor esconde a sensação da definitiva alegria. Principalmente se essa dor nos vem das lutas pela felicidade dos homens humildes da terra (...) (SYLVESTRE, 1982, p.p. 307-308).

Suas produções poéticas de 1942 e 1943 revelam perplexidade e conflitos de sofrimento, indicando a situação em que vivia. O lírico poeta havia sido conduzido aos caminhos da contestação.

Seu pai faleceu depois de quatro anos de sofrimento a 29 de abril de 1942. Félix, no entanto, continuou em Cabaceiras e em janeiro de 1943, reuniu uma coletânea de sonetos objetivando uma publicação, porém não conseguiu pela falta de recursos, sendo os mesmos editados somente após sua morte. Pimentel transcreveu trechos de sua coletânea que exprimem sua angústia e dor pela falta do pai:

Ausente o meu amigo – tudo mais me parece ausente.

(...) Os problemas econômicos da minha pobre família e a interrupção dos estudos, surgidos conseqüentemente, fizeram aumentar a minha inadaptação a nova vida, a minha nostalgia diante deste mundo, que me parecia frio e imenso exílio (PIMENTEL, 1958, p. 74).

Depois de passado o luto, apareceu uma nova oportunidade que o levaria a capital paraibana a retomar seus estudos. Naquele ano de 1943 a cidade de Cabaceiras

preparou uma festa para receber o general José Pessoa, um dos seus filhos mais “ilustres”. Na ocasião foram-lhe prestadas muitas homenagens e Félix foi escolhido para saudá-lo, proferindo um discurso, que o impressionou. Após a homenagem o general conheceu o jovem e ficou a par de toda sua vida e constatando então que ele necessitava de apoio, providenciou um emprego em João Pessoa no jornal A União⁹².

Em uma das cartas que escreveu ao general José Pessoa, informando sobre os seus progressos no Liceu, transcritas também por Sylvestre, ele demonstra sua gratidão:

A esperança que V. Ex^a. deixou em minhas mãos naquele dia ilustre da história cabaceirense, vejo-a, agora, magnificamente transformada em realidade. Vejo-a, nessa mágica transformação, e lembro que é V. Ex^a. o autor de tudo isto. Por mim, prometo ser digno da confiança de V. Ex^a., estudando e lutando, confiante e resoluto, até a posse das sonhadas vitórias (SYLVESTRE, 1982, p. 315).

Apesar das considerações e comprometimentos de Félix, no mesmo ano, ele cessou seus estudos indo retomá-los apenas em 1949, quando se matriculou da Faculdade de Direito do Recife. Alí, mais uma vez, teve sua formação intelectual interrompida, quando já cursava o quarto ano, agora pela ocasião de seu assassinado.

3.1.2. II Guerra Mundial: Aprofundando o Comunismo

Conforme prenunciado acima, refeito do abalo da morte do pai e com apoio do general José Pessoa, reiniciou seus estudos no Liceu paraibano em 1943. Albuquerque do Ó (1999) descreve que ele nesse momento era um misto de pregador da encíclica *Rerum Novarum*⁹³ e das idéias marxistas. Eram as influências do padre Matias Freire e de Baldomiro Souto, respectivamente.

⁹² Discurso proferido na Câmara Municipal de Campina Grande, pelo vereador Artur Villarim, que se encontra publicado no jornal *O Rebate*, de 04 de outubro de 1953, p. 04.

⁹³ A encíclica *Rerum Novarum* foi escrita pelo Papa Leão XIII, em 15 de maio de 1891, para tratar das questões suscitadas pelas condições do operariado, depois da Revolução Francesa, e para refutar e condenar os erros do socialismo, defendendo o direito de propriedade particular, como sendo um direito natural. Nessa encíclica, o Papa condena ainda a separação entre economia e moral, defendida pelo liberalismo econômico. Ela deu início a um conjunto de ensinamentos em matéria social, a que

Em outubro desse mesmo ano interrompeu, mais uma vez, seus estudos para ingressar no exército brasileiro, passando a servir no 40º Batalhão de Caçadores em Campina Grande. “Ali fez do dormitório um auditório para seus discursos marxistas” (Id. Ibid, p. 24).

Em junho do ano seguinte, resolveu apresentar-se como voluntário para ir lutar na frente de combate na Itália, durante a II Guerra Mundial. A primeira decisão não lhe foi favorável, porém não conformado refez a solicitação e apelou pela interferência junto ao seu amigo general José Pessoa, que conseguiu sua incorporação, sendo em seguida integrado num contingente que seguiu para a Itália.

De Campina Grande, junto a outros, pegou o trem para capital de onde embarcou na Força Expedicionária Brasileira - 3º Escalão, no navio americano Meight, em setembro de 1944. Félix, quando chegou à Itália, como a guerra ali já estava quase encerrada, passou a servir na função de burocrata e radiotelegrafista.

A sua estada na guerra contribuiu para o seu aprendizado em formação política e mobilização de massas, casando perfeitamente com suas convicções esquerdistas.

Assimilou também a lição que iria aplicar ao longo de sua curta vida: o processo e a técnica do uso da informação e da contra-informação, ou seja, observou como o governo italiano transmitia mensagens de seus interesses pelo rádio, jornais, boletins, além da própria resistência armada italiana e como os norte-americanos articulavam para desfazerem-nas, buscando a formação da opinião pública a seu favor, usando o cinema como meio de propagar e disseminar a contra-informação e mostrar seus costumes e as vantagens de uma convivência do povo italiano com eles (ALBUQUERQUE DO Ó, 1999, p. 26).

Ainda pôde observar a luta entre as várias facções políticas: comunista, católica, socialista, nacional-socialista, social-democracia e conservadores, em busca de firmar uma liderança e ganhar o poder e apoio da população, tudo lhe servindo de aprendizado. Quanto a sua inclinação à postura comunista Oliveiros Cavalcanti Oliveira disse: “Félix teve contato com a resistência italiana que era do Partido e ele tinha uma imensa admiração pelo secretário-geral do Partido Comunista Italiano, o jornalista Pormiro Toliati, foi quando ele adquiriu estas idéias mesmo (...)”⁹⁴.

chamamos “Doutrina Social da Igreja” e seu efeito, para a ação social cristã, foi comparado com o que foi o “Manifesto Comunista” e o “Capital” de Karl Marx para a ação socialista. Cf. LEÃO XIII, 2000, p. 05.

⁹⁴ Entrevista concedida ao autor, em 23 de novembro de 2005.

Segundo depoimento de João Felinto de Araújo (Apud. ALBUQUERQUE DO Ó, 1999, p. 26), quando se encontravam na cidade italiana de Livorno, soldados e oficiais se reuniram numa cantina para festejar o Natal e “durante o jantar, numa sessão de discursos, foi sendo chamado um representante de cada Estado brasileiro para saudar seus conterrâneos. Quando então chamaram o orador da Paraíba apresentou-se um homenzinho pequeno e magrinho que pelo tipo não impressionou”. E o depoente narra:

Era o soldado Félix. Todavia, quando ele começou a falar da terra e do homem nordestino e a comparar as condições de vida entre o norte e o sul e da saudade que envolvia todos aqueles seres, ninguém se conteve, as lágrimas rolaram. Concluiu sua oração com uma convocação aos soldados e ao povo para as mudanças sócio-políticas do país, inclusive pregando a idéia de deposição do ditador Getúlio Vargas. Ele sabia como colocar suas interferências e tinha coragem para tanto. Daí por diante, nenhum discurso teve os aplausos e a repercussão do seu (Idem).

Ainda durante a guerra pode observar de perto a organização e a atuação do Partido Comunista Italiano na resistência armada contra o nazifascismo, acompanhando o desenrolar das campanhas desenvolvidas por este partido para solucionar questões e necessidades imediatas do povo ou das ações que fortaleciam a causa do partido. Aprofundou seus conhecimentos na teoria marxista e na História e passou a discuti-las com propriedade no seu meio.

3.1.3. O Comunista da “Redemocratização” e das Eleições de 1945

Quando regressou da Itália, Félix se fixou em Campina Grande, incorporando-se ativamente à vida política e cultural da cidade. Alí viveria uma fase tumultuada de sua vida, passando a ser um grande articulador na divulgação das idéias marxista-leninistas e a produzir textos que indicavam um sentimento de urgência em face das injustiças e desigualdades socioeconômicas, “seu lirismo havia cedido lugar à concepção materialista” (SYLVESTRE, 1982, p. 312).

Iniciou sua carreira política em 1945, junto aos comícios contra o Estado Novo, ao mesmo tempo em que atuava na campanha pela anistia aos exilados da ditadura varguista. Como já mencionamos nos capítulos anteriores, em fevereiro daquele ano participou ativamente, junto a outros comunistas campinenses, de um comício realizado

de frente ao edifício Esial em favor da “redemocratização” do país e pela libertação do líder comunista Luiz Carlos Prestes.

Félix Araújo, agora com todo aprendizado de causa adquirido na Itália, convivia em Campina com os problemas dos desfavorecidos e a sua revolta contra as grandes desigualdades e as injustiças sociais aumentavam. Com a chamada “redemocratização”, filiou-se então ao Partido Comunista do Brasil, que se encontrava na legalidade, no propósito de optar por um parecer mais radical de transformações política e social. Na Paraíba, ao lado de Cláudio Porto, Chico Lima, Baldomiro Souto, Geraldo Baracuh, dentre outros, Félix logo se destacou como ativo militante do PCB.

Como candidato a Deputado Federal para a Constituinte de 1946, obteve votos em doze municípios paraibanos, conforme quadro abaixo:

QUADRO 15 – Municípios em que Félix Araújo obteve Votos em 1945

MUNICÍPIO	VOTOS	MUNICÍPIO	VOTOS
Alagoa Nova	04	João Pessoa	39
Batalhão (Taperoá)	01	Mamanguape	01
Campina Grande	727	Monteiro	01
Cuité	01	Patos	03
Esperança	01	Sapé	01
Ingá	04	Tabaiana	03
Total no Estado			786

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Félix obteve 727 sufrágios em Campina e 786 em todo Estado, ou seja, sua votação foi, relativamente, quase que exclusivamente em Campina Grande, onde sua influência pontificava ao nível do Centro Estudantil Campinense, restando apenas 59 votos para o resto do Estado. Vale ressaltar, como indicação das pressões políticas e religiosas exercidas sobre o eleitorado do interior que, em Cabaceiras, sua terra natal, Félix não obteve um voto sequer, conforme registros do TRE.

Sem o sucesso pretendido nesse pleito, Félix continuava a viver a preocupação de encontrar um emprego para manter-se. Enquanto não se realizaram as eleições locais, continuaram os municípios a serem administrados por interventores nomeados. Foi então designado como prefeito de Campina Grande Raimundo Viana de Macedo

(UDN)⁹⁵, que geriu a cidade de 06 de novembro de 1945 a 18 de fevereiro de 1946. Curiosamente, detectamos que nesse curto período o prefeito resolveu nomear Félix Araújo para exercer, interinamente, o cargo de Escriurário da classe E⁹⁶.

Em 18 de fevereiro de 1946, Severino Gomes Procópio foi levado à condição de interventor de Campina, só ocupando o cargo três dias depois. Nesse curto período o secretário Antônio Tancredo de Carvalho ocupou a cadeira de prefeito e como o poeta era seu amigo, ofereceu-lhe um cargo de maior importância que o de Escriurário. Designou-o para exercer a função de Fiscal de Arrecadação de Impostos nos Mercados, Feiras e Matadouros, incluindo também os Distritos⁹⁷. No dia 17 de junho de 1946, aniversário de Dr. Tancredo de Carvalho, Félix representando os demais funcionários da prefeitura, falou prestando-lhe uma homenagem, que segundo o aniversariante “o belíssimo discurso (...) comoveu-me até as lágrimas” (CARVALHO, 1975, p. 130), causando enorme repercussão entre os funcionários e a todos que dele tiveram conhecimento.

Tudo aquilo não foi suficiente para deixá-lo naquele emprego, pois os membros do Partido Comunista do Brasil começaram a sofrer com as perseguições e opressões, que se mostravam presentes. O jornal *Diário de Pernambuco*, a esse respeito, trouxe a matéria que segue:

Começou a Ofensiva Contra o Comunismo

Diz o vespertino ter apurado de fonte oficiosa que o presidente Dutra resolveu iniciar ofensiva de combate ao comunismo. A primeira teve lugar ontem, quando o Ministro da Justiça telegrafou a todos os interventores e governadores dos territórios recomendando-lhes a todos que sejam afastados de seus cargos todos os chefes de repartição e funcionários de confiança que tenham simpatia pela doutrina comunista ou sejam filiados ao PCB (Jornal *Diário de Pernambuco*, 19 maio 1946).

Obedecendo a essa determinação o comandante da guarnição militar do 40º Batalhão de Caçadores, sediado em Campina Grande, solicitou do interventor Severino

⁹⁵ A queda de Vargas (29/10/1945) implicou na saída de Ruy Carneiro da interventoria do Estado. Como consequência os udenistas assumiram o governo estadual e em Campina Grande Severino Gomes Procópio deixou a prefeitura e Raimundo Viana de Macedo assumiu.

⁹⁶ Essa nomeação foi efetivada pela portaria de Nº 17 1, 02 jan. 1946, que se encontra no Arquivo da Prefeitura Municipal.

⁹⁷ Essa nomeação foi efetivada pela portaria de Nº 17 1, 20 fev. 1946, que se encontra no Arquivo da Prefeitura Municipal.

Gomes Procópio a demissão de Félix, alegando a sua condição de comunista. No dia 28 de junho, nove dias depois da homenagem ao secretário, o prefeito exonerou-o sem justa causa, conforme podemos observar na Portaria de N° 185 que se encontra nos Arquivos da Prefeitura Municipal.

Essas pretensões de Félix aos empregos oferecidos pelos interventores municipais também não são mencionadas pelos traços biográficos analisados e nos deixam espantados por configurarem uma contradição para um personagem que se dizia comunista, ainda mais que tais nomeações se deram no calor da “redemocratização”, parecendo-nos mais um processo de tentativa de cooptação de um líder popular.

Não conseguindo manter-se no emprego da prefeitura local e precisando manter-se economicamente, em 1946, Félix montou um pequeno negócio de livros, a que chamou de Livraria do Povo, que se localizava na parte térrea do Edifício do Banco do Comércio, na esquina das Ruas João Pessoa e Marquês do Herval. Sylvestre (2004, p. 45) diz que “É certo que havia literatura marxista. Mas também eram encontrados, romances, poesias, livros didáticos”.

Certa manhã o estabelecimento foi encontrado invadido e destruído; estantes quebradas e livros queimados representavam uma entre muitas violências físicas e morais que Félix sofreu ao longo de sua atuação no PCB paraibano.

3.1.4. Eleições Estaduais de 1947, Casamento e a Busca por Emprego

Nesta eleição Félix, como candidato a deputado estadual, obteve melhores resultados que na anterior, conforme verificamos mais detalhadamente a seguir:

QUADRO 16 – Municípios em que Félix Araújo obteve Votos em 1947

MUNICÍPIO	VOTOS	MUNICÍPIO	VOTOS
Alagoa Grande	05	Monteiro	01
Alagoa Nova	12	Patos	21
Areia	09	Piancó	01
Bananeiras	02	Picuí	03
Batalhão (Taperoá)	02	Pilar	03
Cabaceiras	02	Pombal	15
Caiçara	01	Santa Luzia	07

Campina Grande	885	Santa Rita	13
Esperança	17	Sapé	24
Guarabira	10	Souza	37
Ingá	05	São João do Cariri	01
João Pessoa	406	Tabaiana	03
Maguari (Cruz do Espírito Santo)	19	Teixeira	03
Mamanguape	08	Umbuzeiro	01
Total no Estado			1.516

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Apesar de ter obtido uma votação maior que a da eleição anterior, alcançando, inclusive, votos em outros tantos municípios, Félix conseguiu apenas ser o segundo candidato pecebista mais votado no Estado, impetrando a primeira suplência na Assembléia Legislativa. Os resultados nos mostram que, apesar de sua intensa atividade política e liderança, Félix não obteve grandes votações nas eleições disputadas sob a legenda do PCB.

Francisco Lima depôs a Albuquerque do Ó (1999, p. 32) que: “Na ocasião foi oferecida a vitória a Félix, dada a manipulação dos respectivos mapas de apuração, onde aproveitariam os votos em branco a serem computados a seu favor, em detrimento da real vitória do companheiro. Félix Araújo rechaçou a proposta com hombridade e desprezo”. Porém, saiu da campanha bastante combalido, pois a derrota o marcou profundamente.

Ainda segundo Albuquerque do Ó (1999, p. 33) nesse período visitavam o Nordeste dirigentes do Comitê Central do PCB, que chegaram a discutir a sua ida para o Rio de Janeiro, onde atuaria como jornalista, mas a sua condição de noivo não permitiu avanços no plano, pois quando o convite do Secretariado Geral do partido Comunista do Brasil chegou a Campina Grande, ele já estava de casamento marcado.

Albuquerque do Ó analisando o primeiro encontro de Félix com sua futura esposa disse que, no início de 1946, ele foi até a casa de Dona Dinaméria Correia (Dona Merquinha), levando um álbum de fotos tiradas em sua campanha na Itália, para mostrar a Lourdes, de quem era grande amigo. Alí se encontrou com Maria do Socorro Douettes, de uma tradicional família de Sousa – PB, que já havia conhecido de vista em meio à campanha de dezembro de 1945. Gurjão (2003) descreveu que, segundo Maria do Socorro, foi amor à primeira vista, pois assim que a viu, ele comunicou a amiga

comum sua decisão de casar-se com ela. Em 27 de abril de 1946 ele enviou uma carta ao pai da namorada pedindo-a em casamento.

O anticomunismo então vigente logo se manifestou, tentando impedir o seu casamento, pois ele era conhecido como “agitador comunista”, havendo grande reação dos amigos da família, conforme testemunho da sua viúva Maria do Socorro Félix. Dinoá transcreve o depoimento onde Socorro Félix diz que, após o pedido de casamento, através de carta enviada a seu pai:

Então foi aquela celeuma lá na minha terra, porque ele era comunista e todo mundo dizia que papai não deveria consentir por causa disso. Mas papai era um homem esclarecido. Leu a carta dele e gostou muito. Depois que nos casamos meu pai disse: “Se todo comunista for assim, eu quero que minhas duas filhas se casem com comunista” (Apud. DINOÁ, 1993, p.185).

Apesar de ser identificado como um desqualificado, pelo fato de ser comunista, o pai de sua namorada consentiu o noivado e o casamento se realizou no dia 22 de janeiro de 1947, na Catedral de Nossa Senhora da Conceição, três dias depois das eleições estaduais. O seu casamento não deixa de ser visto como uma outra contradição, pois não seria atitude comum do Félix representado como marxista. Entretanto, a respeito do casamento do militante, Oliveiros Cavalcanti de Oliveira diz o seguinte:

Quanto ao casamento de Félix na Igreja, eu acho o seguinte: Não casar seria um ato sectário ideológico, separando o líder do povo, porque o povo é religioso. Quer dizer, o Partido como organização de povo não pode de forma alguma colocar um de seus membros contra o pensamento e a prática de quase 100% do povo. A religião criticava o Partido, a ideologia, por ser materialista, mas isso não é motivo para a separação total. O indivíduo que assim procedesse teria que procurar uma moça materialista, que não fizesse questão de casar, o que restringiria muito a liberdade de escolha do cidadão. Eu sou contra e acho que a religião é uma tradição das massas e não se pode investir, quando é uma tradição milenar das massas.⁹⁸

Observando por esta ótica o casamento de Félix estaria assim explicado. Contudo, o que nos chama a atenção é o fato de que um de seus padrinhos foi o casal Inalda e Aluísio Campos⁹⁹, conforme registro iconográfico levantado por nós, o que pode

⁹⁸ Entrevista concedida ao autor em 23 de novembro de 2005.

⁹⁹ Com a “redemocratização” de 1945 Aluísio Afonso Campos se filiou a UDN, integrando a ala da esquerda democrática. Depois das eleições municipais de 1947, fundou a seção paraibana do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Cf. Campos, 1999, p. 53.

parecer estranho já que o padrinho era membro integrante udenista. Quanto a sua postura política ideológica Oliveiros Oliveira relatou:

Eu tive uma vez a oportunidade de tratar com Félix o problema teórico. Eu não era do Partido em 1946, mais ou menos, e recebi seis revistas de divulgação marxista (...) foi o que me mudou a posição de pensar. Quando eu li fui a ele, e falei “Estou numa situação difícil, estou travando uma luta íntima, entre a minha velha mentalidade e a nova. Entretanto, eu não tenho com quem conversar, por que todo mundo é deísta e eu deixei de ser”. (...) Então foi, Félix não era marxista, ele mesmo dizia: “Eu admito a reforma econômica, eu defendo a reforma econômica, mas não defendo o pensamento filosófico de Marx”¹⁰⁰.

Quanto a sua postura religiosa a viúva de Félix menciona que ele “Era Católico Apostólico Romano. Inclusive, chegou a conhecer o Papa Pio XII. Mesmo sendo comunista, nunca escreveu nada contra a Igreja” (Apud. DINOÁ, 1993, p. 189).

Evidenciamos também, que na sua produção literária há a ausência de textos marxistas, conforme o próprio Baldomiro Souto, prefaciando TAMAR, expressou-se “(...) O autor não fez obra de combate social” (Apud. LIMA, 1992, p. 21), o que não deixa de causar espanto já que possuía pendores literários.

Sylvestre (1985) descreve que depois destas eleições, dado o seu malogro à Assembléia Legislativa, ele chegou a solicitar junto ao deputado federal José Joffily (PSD), uma colocação na esfera federal, se servindo da interferência de Severino Cabral junto àquele, entretanto, o deputado não conseguiu graças à marca de “comunista” que era associada ao poeta. Restou então a Félix recorrer, mais uma vez, à esfera municipal.

Como a eleição municipal só seria realizada em 12 de outubro do corrente, continuava Campina a ser administrada por interventores nomeados e quando faltavam três dias para Antônio Luiz Coutinho deixar o cargo de prefeito (11/10/1946 – 06/03/1947), Félix foi, curiosamente, readmitido na mesma função que ocupara anteriormente. Sua nova Portaria descreve:

Reconhecendo as boas qualidades do servidor, inclusive com boas referências do prefeito que o demitira, considerando, ainda, que o mesmo era expedicionário e que estivera na Itália, credor da

¹⁰⁰ Entrevista concedida ao autor em 23 de novembro de 2005.

gratidão dos seus compatriotas, resolve readmiti-lo na mesma função que ocupara anteriormente.¹⁰¹

E no dia 12 de março de 1947 foi designado para auxiliar na Carteira de Décima Urbana, passando a trabalhar com Adauto Travassos Moura. Novamente o Comandante do Exército exigiu do interventor, Antônio Luiz Coutinho, a demissão de Félix, alegando ser o mesmo um militante comunista, que em resposta o interventor argumentou segundo depoimento de seu filho João Manoel Montenegro Coutinho:

Félix foi à guerra, apresentou-se as Forças Armadas como voluntário, o Exército teve a oportunidade de recusar seu engajamento e não o fez. Mandou-o a Itália, usou-o em serviços de comunicações, função da maior responsabilidade, poderia ter evitado seu embarque e seus serviços e também não o fez, preservou sua vida, não o mandando para as frentes de batalhas, hoje ele é um expedicionário e para mim um herói. Há uma circular do Ministério da Guerra para que se dê amparo aos expedicionários, como posso eu negar este apoio! É um homem pobre que precisa trabalhar e o senhor me pede isto? Se o senhor tiver sugestão melhor, me dê para que eu possa executá-la (Apud. ALBUQUERQUE DO Ó, 1999, p.p. 37-38).

O comandante ficou calado e Félix Araújo continuou no emprego.

Sylvestre relata que “Félix ainda teve a oportunidade de chegar à Assembléia através das eleições suplementares de 23 de março de 1947, para preenchimento de uma vaga na Casa de Eptácio Pessoa, quando a UDN se propôs a sufragá-lo e elegê-lo, porém preferiu não se comprometer com um partido de direita” (1982, p. 313).

A partir do momento em que militou nas fileiras pecebistas, Félix passou a ser “marcado como inimigo da religião, ateu e comunista” (SYLVESTRE, 1982, p. 313), pois, conforme vimos, envolvia-se em campanhas promovidas pelo Centro Estudantal Campinense, o que lhe acarretava sérias dificuldades. É possível que todos os atropelos à sua vida, ocasionados pela razão de ser comunista, tenham também contribuído para a sua saída das fileiras do PCB, o que não fora suficiente para isentá-lo daquela marca.

3.1.5. Era Uma Vez Um Comunista: Eleições Municipais de 1947

¹⁰¹ Essa renomeação foi efetivada pela portaria de N° 171, 03 mar. 1947, que se encontra no Arquivo da Prefeitura Municipal.

Félix Araújo chegou a alimentar o sonho de ser candidato a vereador nestas eleições, o que para ele seria uma disputa extremamente fácil, pois os votos obtidos nas eleições anteriores possivelmente lhes dariam a vitória. No entanto, não pôde ser indicado, pois era um militante comunista e conhecido como agitador. Após o fechamento do PCB, ficou quase que impossível seu ingresso noutro partido. O apoio comunista foi então para o candidato João Cavalcanti Pedrosa, do Partido Socialista Brasileiro, que fez questão de manter essa ajuda quase que reservada, pois não queria se comprometer em ver seu partido confundido com o que estava na ilegalidade.

Albuquerque do Ó analisa que Félix se engajou na campanha elpidista por vocação e por necessidade, pois, segundo ele:

Sua participação naquele momento apareceu como uma oportunidade de emprego, uma vez que o preconceito era grande, que se tinha na cidade contra os comunistas, principalmente contra ele que tinha liderado greves e enfrentado a polícia várias vezes. Ele era um dos mais visados porque era intelectual e excelente orador, além de sempre comandar a massa campinense nas movimentações de ruas (ALBUQUERQUE DO Ó, 1999, p. 57).

Merece aqui também ser destacado na citação acima o quanto os comunistas, naquele momento, eram atingidos pelo preconceito da sociedade campinense. Evidencia-se que eles eram encarados como uma espécie de pária da sociedade, uma vez que lhes eram negados todos os direitos de convívio social, o que os tornavam, portanto, excluídos da sociedade. Devemos considerar que essa imagem, expressada constantemente pelos vários agentes anticomunistas, penetrou profundamente no inconsciente coletivo e foi refletida muitas vezes quando se referiam a Félix Araújo.

Não obstante, o clima de “redemocratização” em que se vivia despertava o entusiasmo das massas populares campinense, que viam a possibilidade de participarem mais ativamente de um processo político eleitoral. Observando essa atmosfera, Félix, que tinha grande penetração popular, soube catalisar este desejo do povo para conseguir seu objetivo de afirmar-se politicamente em Campina Grande, passando a investir profundamente na campanha da Coligação.

No que se refere à aproximação de Félix a Elpidio de Almeida, observamos em uma carta escrita por ele a sua esposa em 10 de julho de 1947, durante a campanha, que o mesmo repudiava os procedimentos dos políticos e correligionários, e relatava:

“Não gosto de ir à rua. A única coisa que se fala é política. Ninguém se entende. Trocam-se injúrias. Os interesses privados fazem nascer ódios e lutas. Não gosto de ir à rua. Prefiro a paz da nossa casa” (Apud. PIMENTEL, 1958, p. 56).

Apesar da crítica quanto àquela situação política, foi ele o grande articulador daquela campanha eleitoral, o principal protagonista da vitória que se seguiu.

Francisco Lima, companheiro de luta junto a Félix, disse que aquele pleito preparou-lhe um novo caminho de vida. Ainda disse que a sua grande importância naquela eleição o fazia ir constantemente à casa de Elpídio e que:

Certo dia encontrei-me com Félix e após um breve diálogo convidou-me para ir a residência de Dr. Elpídio. Chegando lá, Félix do portão gritou “Adalgiiiiisa!” E Dona Adalgisa veio alegre e sorridente, cumprimentou-me com um aperto de mão e deu um fraterno abraço nele. Vendo aquele tratamento pensei: “Perdi um camarada” (Apud. ALBUQUERQUE DO Ó, 1999, p. 58).

Não se podia entender de forma diferente, pois os preconceitos e restrições existentes entre os esquerdistas contra todos aqueles que representavam forças de repressão eram observados com extremo rigor. Aquela intimidade era inaceitável e representava a aproximação que Félix tomava à Elpídio de Almeida, assim como o início da conseqüente distância aos militantes comunistas.

A princípio, Félix não discursaria, as mensagens dos demais eram moderadas e a pregação ideológica evitada. Albuquerque do Ó descreve que:

No início, foi improvisado um biombo sobre uma caminhonete, para esconder Félix que fazia o chamamento do povo para os comícios. Com o passar dos dias a campanha começou a pegar fogo e aquele locutor escondido foi se contagiando e nas chamadas que fazia envolvia a massa de uma emoção marcante e aquilo foi despertando a curiosidade do povo. Quem era aquele infernal, aquele endemoninhado que levava as pessoas ao delírio? (Op. Cit, 1999, p. 56).

Quando o hino oficial da campanha surgiu, não houve mais jeito e Félix apareceu, pois a composição feita para empreitada elpidista tinha a marca registrada do comunismo, com versos inspirados no Hino da III Internacional Comunista. “A Marcha da Vitória”, que continha palavras que apelavam para a consciência cívica, a religiosidade e o combate à pobreza, logo se consagrou no meio popular, empolgando

comícios e passeatas, estimulando a participação entusiástica do povo num clima permanente de vitória¹⁰². Vejamos algumas estrofes:

O Dr. Elpídio de Almeida,
Vai vencer as eleições!
Pelo voto independente
Dos sinceros corações!

De pé, ó pobres! Ó vítima da sorte!
Com DEUS e o POVO, contra a opressão!
ELPÍDIO DE ALMEIDA é o Candidato
Da Pobreza e da Religião!

Pelo Povo – Contra a Fome!
Se levanta um grande nome!
Pelo Povo – Contra a Fome!
Se levanta um grande nome! (SYLVESTRE, 1985, p. 120)

A historiadora Araújo considera que o hino “era apelativo no sentido de relacionar os problemas das camadas mais pobres como uma solução por parte de seu candidato. Utilizava a categoria Povo numa tentativa de homogeneizar todas as reivindicações dos que apoiavam Elpídio de Almeida” (2000, p. 84).

Então, com o objetivo de dar a campanha um caráter de penetração no meio popular, a Coligação começou a expor Félix Araújo, que já tinha experiência das duas disputas eleitorais anteriores, passando a aparecer ao público, dispondo da tribuna livre nos diversos comícios, o que facilitou sua aproximação com as massas e favoreceu o exercício de suas aptidões de orador e líder popular, tudo isso, até certo ponto, livre dos impedimentos e perseguições anticomunistas. Sylvestre diz que ele “superou os estigmas da pobreza e da acusação de comunista e se impôs aos próceres da Coligação como peça insubstituível na engrenagem daquela luta gigantesca” (1982 p. 117).

Araújo analisa a participação de Félix nesta campanha, conforme segue:

O ponto alto da campanha política constituiu-se nas passeatas organizadas por ele, que proporcionavam um ambiente de alegria e entusiasmo com a inclusão de bandas de música, lenços

¹⁰² O hino, que ganhou forma de canção cívica e que foi a peça fundamental de sustentação do clima de vitória durante toda a campanha, foi ensaiado por Félix, durante várias noites, junto a grupos de moças e senhoras que compunham a “ala feminina” da Coligação, acompanhados por instrumentos musicais, até se encontrar em condições de ser estreado num comício. Cf. Sylvestre, 1985, p. 113.

que simbolizavam a cor partidária, promoções especiais, como a passeata das mulheres (...) (ARAÚJO, 2000, p. 84).

O poeta foi o grande mentor e articulador da campanha que levou à prefeitura da Campina Grande Elpídio de Almeida, ao mesmo tempo em que se consolidou como figura política, até então pouco conhecido, embora suas votações para deputado federal e estadual, em face das circunstâncias, não tenham sido decepcionantes.

Gurjão analisa que a vitória da Coligação “constitui-se num marco para uma nova etapa da história política local, anunciando claramente a superação dos velhos métodos que omitiam as camadas populares do processo político, utilizando-as somente como eleitores de cabresto” (2003, p. 25). E complementa:

Com o crescimento urbano, as forças populares surgiam, fazendo-se necessárias novas estratégias para o seu controle. Assim, a utilização de um discurso liberal e democrático aparecia para as massas urbanas como uma pretensa incorporação à sociedade como um todo, embora permanecessem a exclusão político-social e o domínio de uma elite conservadora (Id. Ibid, p. 25).

Sylvestre diz que “ainda houve a tentativa por parte do candidato Veneziano Vital do Rego em atrair para as suas hostes o apoio de Félix e dos comunistas, mas teria sido desestimulado por Argemiro que considerava inconveniente e indispensável àquela ajuda” (Op. Cit, p. 112).

Depois do pleito, no Manifesto em que Argemiro analisa a derrota municipal, ele chegou a reconhecer que o que tinha contribuído para o malogro havia sido a participação comunista, que, segundo ele, tinha dado a Elpídio de Almeida mais de dois mil votos.

Argemiro, talvez tenha feito tal alegação apenas como manobra estratégica, para deixar o seu eleitorado de moral elevado, e refazer seu projeto futuro de luta pelo governo do Estado em 1950, pois o que é fato é que o PCB em Campina Grande, até então nunca havia logrado dois mil votos. Na campanha para deputado federal de 1945 e na para deputado estadual, Félix havia obtido 727 e 885 sufrágios, respectivamente, e na própria eleição de prefeito, o candidato apoiado pelo PCB para Câmara de Vereadores, João Cavalcanti Pedrosa, somou 756 votos.

Concluindo o pleito, o prefeito eleito fez de Félix seu representante político e o designou, em 05 de dezembro de 1947, chefe da Secretaria da Câmara Municipal de

Vereadores, mas exigiu que ele deixasse o Partido Comunista, decisão não muito fácil de ser executada, uma vez que os laços de amizade e respeito que os comunistas tinham com ele eram fortes. A situação proposta pelo prefeito eleito deixou Félix sob forte pressão, o que fez com que ele aceitasse o emprego e passasse a se distanciar paulatinamente da legenda pecebista. Pensamos que um emprego e uma família para criar falaram mais alto e, portanto, foram responsáveis pelo seu afastamento do quadro pecebista.

Depois passou a ser assistente técnico da Secretaria de Educação do Município, até que o prefeito eleito indicou-o para ocupar a chefia daquela secretaria, ocasião em que, entre outras realizações, implantou o Cinema Educativo da Prefeitura, várias escolas e lançou a idéia inovadora para a criação de uma Universidade em Campina Grande.

Ao longo da gestão de Elpídio, Félix foi o personagem de grande importância no município. Segundo Sylvestre “(...) assessor supervalioso para o Dr. Elpídio, verdadeira sombra do prefeito campinense (...)” (Op. Cit, p. 113), continuou até o fim como seu amigo e confidente.

3.1.6. Abandono às Fileiras do PCB

No decorrer do governo de Elpídio de Almeida, ocorreu em Campina Grande, uma grande greve dos trabalhadores da Cerâmica e Construtora G. Gioia & Cia. Entre os seus principais militantes estavam os pedreiros Gabriel Soares e Cícero Manoel, que reivindicavam melhores salários, seguindo orientação dada pelo PCB, que se encontrava na ilegalidade.

Albuquerque do Ó diz que “no transcorrer do movimento, Otávio Leal de Brito, organizou e liderou uma comissão para arrecadarem fundos junto aos comerciantes” (1999, p.p. 38-39). Na segunda semana, depois de criada, a comissão saiu novamente com o mesmo objetivo, porém, à revelia da direção do partido, os comunistas Edvaldo Souto Câmara, José Pereira dos Santos (Peba), dentre outros organizaram um grupo que se colocou à frente da comitiva, dando ao movimento um caráter político, até então inexistente.

Quando o grupo desceu a Rua João Pessoa chegando onde hoje está localizada a estátua de João Rique, se depararam com o Secretário do Interior do Estado (Chefe de Polícia), Machado Rios e o Delegado do Trabalho Dr. Wasghiston Cavalcante. Peba numa reação inesperada foi até o delegado e o desarmou, gerando uma reação instantânea de pancadaria por parte da polícia sobre os grevistas (Op. Cit, p. 39).

A manifestação foi dissolvida a cacetetes, ocorrendo prisões de alguns trabalhadores e militantes comunistas. Peba conseguiu se refugiar na casa do também comunista Euclides Carolino, porém soldados e investigadores invadiram a casa agredindo-o violentamente, sendo depois levado preso junto a Gabriel e Cícero, passando três meses em cárcere. Foram soltos através do *Hábeas Corpus* impetrado por Everardo Luna, o único advogado que, contrariando toda pressão, se dispôs a prestar aquela assistência.

A greve foi declarada política e os operários perderam os pleitos reivindicatórios que já haviam alcançado. De fato, todo o ocorrido ia de encontro com a administração ora vigente e, por conseguinte, com o próprio Félix, que era assessor do prefeito para todos os assuntos.

No final de 1948, surgiu o motivo que foi responsável pela saída de Félix do Partido Comunista do Brasil. Ainda na campanha, o Dr. Elpídio de Almeida prometeu a um grupo de pessoas liderado por Gabriel Soares, acabar com um lamaçal no bairro José Pinheiro e já havia se passado um ano da posse do prefeito e nenhuma providência tinha sido tomada para o cumprimento da promessa.

Naquele momento Félix escrevia e ainda era responsável pelo envio de matérias que recebia de colaboradores para publicação no jornal do partido. Daí então ele recebeu um artigo que fazia referência à lama e aos porcos que permaneciam naquele local, não o leu e quando viu publicada aquela crítica ao prefeito, julgou-se traído. Reclamou, mas os redatores se defenderam dizendo que a culpa era do próprio Félix que enviou os escritos sem nenhuma observação.

A partir daí Félix e alguns membros do PCB da Paraíba travaram um polêmico debate na Imprensa estadual, subscrito por uma reciprocidade de acusações, que culminou com Félix pedindo o seu afastamento do partido, em 04 de outubro de 1948. No momento em que se desligou o poeta divulgou um curto e incisivo artigo intitulado

de “Ao Povo Paraibano” alegando a sua decisão, o que não foi suficiente para evitar que o PCB, em fevereiro de 1950, lançasse um Manifesto, também intitulado de “Ao Povo Paraibano”, no qual decretava a expulsão de alguns “elementos que, por sua conduta, se tornaram indignos de pertencer ao Partido da classe operária”¹⁰³, conforme abaixo:

Ao Povo Paraibano

O C. E. da Paraíba do Partido Comunista do Brasil dirige-se ao proletariado e ao povo paraibanos para comunicar a expulsão de suas fileiras, baseando-se no art. 25 dos seus estatutos, dos seguintes elementos, que, pela sua conduta, se tornaram indignos de pertencer ao Partido da classe operária, ao Partido de Prestes:

(...)

Félix Araújo – Desde há muito passou-se, com bagagens e tudo, para a reação. A Paraíba inteira conhece a sua traição.

(...)

O C. E. da Paraíba do Partido Comunista do Brasil chama todos os seus militantes para se unirem em torno do C. N. e do camarada Prestes, na convicção inabalável de que fazendo o saneamento do Partido, limpando-o dos agentes da reação, está reforçando sua unidade e disciplina, pois como afirma Lênin “O Partido se fortalece depurando-se”.

Tudo em defesa da Paz

Lutemos por aumento de salário

Derrotemos os golpistas!

Abaixo a lei de Segurança!

Viva o glorioso Partido de Prestes!

16 de fevereiro de 1950

O C. E. do Partido Comunista do Brasil.

Dos oitos que foram expulsos seis eram de Campina. Silva analisa que “esse ato pode ser entendido como uma punição ao Comitê Municipal de Campina Grande, que nas eleições municipais de 1947 havia descumprido as orientações do Comitê Estadual” (2003, p. 241). Os outros dois de Mamanguape, mais precisamente do Distrito operário de Rio Tinto.

A expulsão oficial de Félix Araújo do Partido Comunista do Brasil deixou-lhe furioso, a ponto de levá-lo a publicar, no jornal O Norte, uma matéria intitulada “A Humanidade em Marcha”, onde começava por chamar o Comitê Estadual do Partido de

¹⁰³ Manifesto *Ao Povo Paraibano*, lançado pelo Comitê Estadual do PCB em 16 de fevereiro de 1950. Cf. Sylvestre, 1982, p. 319.

(...) delicioso ninho onde se refestela burocraticamente o mais nutrido grupo de exploradores do operariado paraibano, amável aconchego onde meia dúzia de aproveitadores do sofrimento das massas veste, come e bebe à custa da contribuição financeira de centenas de trabalhadores (...) (Jornal *O Norte*, 20 mar. 1950).

O artigo é talhado de acusações contra os partidários comunistas paraibanos, onde ele diz ter se desligado espontaneamente da sigla a 04 de outubro de 1948, expressando, a todo tempo, um grande rancor, onde torna público, intrinsecamente, supostos escândalos que por certo abalou com as estruturas do extinto partido na Paraíba.

3.1.7. Últimas Eleições e Morte

Conforme vimos no capítulo anterior, Félix teve participação decisiva, ao lado de José Américo para governo da Paraíba em 1950, tal qual ocorrera em 1947, em relação à campanha de Elpídio de Almeida, para prefeito de Campina Grande.

Não foi difícil envolver Félix nesta campanha, dado que estava muito ligado ao então prefeito campinense que, por sua vez, era ali o apoio a José Américo. Sylvestre descreve que “Sem que ele reivindicasse ou insinuasse, amigos e correligionários de Félix queriam fazê-lo deputado estadual. Seria uma vitória fácil, tranqüila. (...) Félix teve de renunciar ao direito de ser candidato a deputado estadual” (1982, p.p. 316-317).

Como compensação, por ceder a oportunidade ao empresário Severino Cabral, José Américo prometeu, se eleito fosse, nomeá-lo Secretário de Educação e Cultura do Estado. Contudo, uma vez eleito, a nomeação não foi efetivada pelo governador, que segundo Sylvestre “se deixou levar pelas influências de inimigos de Félix que o acusavam de comunista” (Idem, p. 317).

O poeta amargurado procurava se defender das acusações que lhe eram remetidas, conforme segue:

Providenciou depoimentos do Bispo diocesano, D. Anselmo Piertrulla, de juízes, padres, autoridades militares, tudo debalde. (...) O Cel. Rodrigues de Carvalho, da 7ª Região Militar, chefiou uma investigação sobre o comportamento de Félix e firmou um documento oficial, isentando-o das suspeitas de continuar militando, às escondidas, no PCB e mesmo assim Félix não foi nomeado para qualquer função pública estadual (SYLVESTRE, 1985, p. 318).

Esse episódio de desentendimento de Félix com o então governador José Américo, pode evidenciar o quanto o “estigma” de comunista foi presente à vida de Félix, que muitas vezes viu barradas as suas pretensões pessoais e políticas, mesmo depois que deixou de pertencer às fileiras do PCB.

Quando ocorreu o conflito na Praça da Bandeira, durante a campanha desse pleito, a imprensa udenista passou a divulgar que Félix havia sido o autor intelectual da passeata que provocou o atrito. A esse respeito Sylvestre disse: “É inconcebível acreditar que um humanista como Félix Araújo fosse capaz de arquitetar um plano diabólico, incluindo a possibilidade de resultar em grande mortandade, com o objetivo de tirar vantagens eleitorais para os candidatos eleitorais que apoiava” (1982, p. 205).

Uma outra posição quanto ao acontecido naquele 09 de julho é representada pelo advogado Harrison Oliveira:

Inocentar, isentar o Sr. Félix Araújo da condição de **responsável**, de agente provocador principal pela transformação de uma **feira cívica** numa **chacina pública**, não é atitude correta, **imparcial** de um escritor que publica um livro (Lutas de Vida e Morte), ensejando alcançar foros de historiador. (...) Além de **endeusar** Félix, o Sr. Josué põe em dúvida a participação da dupla: Argemiro - Pereira Lira, nos trágicos acontecimentos da Praça da Bandeira (OLIVEIRA, S/D, p.p. 130-131).

Estes pontos de vistas diferentes com relação a Félix Araújo evidenciam as intenções de representações pretendidas pelos autores, assim como a observação de Bourdieu de que não podemos compreender uma vida tal qual uma biografia, onde “o relato (...) propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (...), tendem ou pretendem organizar-se em seqüências ordenadas segundo relações inteligíveis” (BOURDIEU, 2000, p. 184).

Sylvestre observa que na preparação para a campanha sucessória de Elpidio de Almeida na prefeitura de Campina Grande, um grupo de partidários queria fazer de Félix candidato “o mais entusiasmado do grupo era o empresário José Cavalcanti de Arruda que se proclamava disposto a gastar o necessário para eleger Félix Araújo” (Ib. ibid, p. 329). Porém, preferindo não contrariar o prefeito, aceita a decisão do apoio a Plínio Lemos, ao mesmo tempo em que tem seu nome indicado à Câmara Municipal.

Repetindo o que tinha feito nas duas campanhas anteriores, Félix se engajou na campanha que, como saldo, obteve não só a vitória de Plínio Lemos, mas também a sua como o vereador mais votado, conseguindo 2.797 sufrágios.

Não obstante, os resultados não significariam uma harmonia entre o prefeito eleito e Félix. Este passou a se sentir desprestigiado frente aos freqüentes pedidos negados e com o transpor dos meses o distanciamento aumentou a tal ponto que o vereador passou a denunciar publicamente supostos desvios de dinheiros públicos por parte do prefeito.

As divergências frontais do vereador Félix Araújo com o prefeito Plínio Lemos começaram quando o dirigente do município tentou realizar um empréstimo, de cuja fundamentação e destinação Félix discordou, e culminaram com a análise das contas da prefeitura relativas ao exercício de 1952 (SYLVESTRE, 1982, p. 341).

A partir de então, Félix passou a fazer discursos na tribuna da Câmara denunciando as irregularidades que, segundo a bancada de oposição, foram encontradas, o que por sua vez começou a tornar o clima político tenso.

No dia 13 de junho de 1953, ao sair da Câmara Municipal¹⁰⁴, levando consigo alguns documentos a serem averiguados, dirigiu-se a pé até um ponto de táxi, quando então foi abordado pelo guarda-costas do prefeito de nome João Alves de Brito, conhecido por João Madeira, que tentou arrebatar os referidos documentos do vereador. O conflito entre ambos resultou em troca de tiros, sendo João Madeira atingido na coxa e Félix na coluna vertebral, o primeiro sem maiores conseqüências, enquanto o segundo passou quatorze dias na Casa de Saúde Dr. Francisco Brasileiro, não conseguindo sair com vida daquele hospital.

No período em que médicos lutavam para garantir a vida de Félix, Campina viveu um clima de inquietação mais agudo do que mesmo o da fase imediatamente posterior aos crimes da Praça da Bandeira, em 1950.

Enquanto na Casa de saúde Dr. F. Brasileiro, médicos de Campina Grande e do Recife lutavam para salvar a vida de Félix, a imprensa regional dedicava páginas inteiras à cobertura dos fatos e um grande contingente de pessoas postava-se, dia e noite, na calçada fronteira ao hospital,

¹⁰⁴ Àquela época funcionava no primeiro andar do prédio 146 da Rua Maciel Pinheiro, esquina com a Rua Simeão Leal.

indagando de médicos, enfermeiros e parentes de Félix, qual o real estado de saúde do vereador (SYLVESTRE, 1982, p. 346).

Na Câmara Municipal, na Assembléia Legislativa e no Congresso Nacional, parlamentares pronunciavam-se quanto ao atentado; nas ruas campinenses, os estudantes sob o comando do Centro Estudantal Campinense, promoviam passeatas e comícios.

Nas primeiras horas da manhã do dia 27 de julho, a notícia da morte de Félix abalou a cidade:

Lamentações, desmaios, choro convulsivo, gritos de revolta e de desespero compuseram uma estranha sinfonia a partir do momento em que o “Campinense Repórter”, da Rádio Borborema, anunciou, com emoção, o desenlace. Esse clima de clamor público, que chegava aos limites da histeria coletiva, dominou a cidade durante as várias fases dos cerimoniais que culminaram com o sepultamento no Cemitério do Monte Santo, já no dia seguinte (Ib. Ibid, p. 347).

Encerrava-se assim sua curta “trajetória” de vida, numa grande mobilização coletiva que, afora o sentimento de tristeza, fazia lembrar as passeatas que antes tinham sido idealizadas pelo próprio Félix.

Sylvestre (1982) descreve que a partir do sepultamento de Félix as atenções do povo campinense se voltaram para as audiências do acusado e das testemunhas do crime. Precavendo-se de um suposto linchamento, a justiça resolveu recolher o João Madeira à Penitenciária de João Pessoa, ficando a disposição sempre que convocado. Porém, no dia 09 de setembro de 1953, após uma audiência que se prolongara, o réu foi conduzido à casa de detenção do Monte Santo para pernoitar, onde um grupo de detentos quebrou o cadeado da cela onde estava João Madeira e massacrou-o a golpes de facas e barras de ferro.

A notícia do trucidamento foi recebida com satisfação por grande parte da população. “Quando o ‘Campinense Repórter’ anunciou com ênfase a ocorrência, houve gritos de alegria e queima de foguetões” (SYLVESTRE, 1982, p. 376). Diz ainda que:

Na Festa da Mocidade, um cantor do Sul do país, Gilberto Alves, se apresentava. Quando a assistência que lotava o auditório escutou o noticiário através dos alto-falantes instalados na festa, prorrompeu em palmas e exclamações que deixaram o artista visitante estupefato e apavorado. Que povo era aquele que aplaudia jubilosamente um crime bárbaro como o anunciado? Leonel

Medeiros, apresentador do programa, que também estava sendo transmitido pela Rádio Borborema, teve de explicar ao cantor todos os fatos anteriores, tentando justificar aquele inusitado comportamento do povo de Campina Grande (SYLVESTRE, 1982, p. 376).

Félix desfrutava de largo prestígio entre os detentos, “pois se interessava pelos seus sofrimentos, providenciava roupas, cobertores, alimentos e prestava assistência jurídica gratuita” (Idem).

Contudo, Sylvestre deixa dúvidas quanto à morte de João Madeira. “Foi uma reação natural dos detentos, vingando a morte de seu protetor, ou houve ‘queima de arquivo’?” (Idem). O autor levanta a dúvida dado que, até aquele dia, o réu não havia admitido que houvesse atirado em Félix a mando de alguém.

Uma outra hipótese foi levantada pelo Jornal de Campina¹⁰⁵, de 20 de setembro de 1953, que trouxe o depoimento do preso José Camelo Diniz, intitulado “Mataram para Agradar o Povo”, onde o mesmo relatou a respeito de uma suposta carta emitida por ele e outros presos à Elpídio de Almeida, onde solicitavam para que se desse um jeito de quando João Madeira viesse de João Pessoa depor fosse conduzido até a Cadeia Pública de Campina Grande, onde vingariam à morte de Félix.

O evidente é que os fatos que circundam esse assassinato podem remeter a uma teoria da conspiração¹⁰⁶, pois o silêncio fez guardar, até o presente, o segredo das tramas que rolaram nos bastidores políticos daquele 1953.

3.1.8. Biografias que “Falam”: Representações Anticomunistas

Neste tópico pretendemos com base também em algumas narrativas que se detiveram a biografar Félix Araújo, perceber outros pontos de preocupações que os respectivos autores tiveram em representá-lo, cujo fim seria uma contribuição para a cristalização de um determinado imaginário coletivo da sociedade paraibana.

¹⁰⁵ Jornal oposicionista local, inaugurado em 17 de agosto de 1952, era dirigido por William Ramos Tejo e ligado a Família Figueiredo. Cf. Oliveira, S/D, p. 131.

¹⁰⁶ Teoria que supõe que um grupo de conspiradores está envolvido num plano e suprimiu a maior parte das provas desse plano e do seu envolvimento nele. O plano pode ser qualquer coisa desde a manipulação de governos, economias ou sistemas legais até à ocultação de informações científicas muito importantes.

O sociólogo Rômulo Araújo Lima proferiu uma conferência na Câmara de vereadores de Campina Grande¹⁰⁷, no dia 27 de julho de 1991, por ocasião do 38º aniversário de morte de Félix Araújo, cuja publicação no ano seguinte recebeu o título “Liberdade e Radicalidade Democrática em Félix Araújo”. Esta análise estabelece que o biografado foi “quem primeiro teorizou e, de forma absolutamente conseqüente, levou à prática na Paraíba uma política de frente democrática que, em última análise, foi a razão maior de seu rompimento com o sectarismo dogmático e caolho dos stalinistas de então” (1992, p. 19). O autor pretendeu, através dos escritos de Félix, investigar essa opção democrática, assim como apresentá-la como sendo responsável pelo seu rompimento com os comunistas.

O autor apresenta Félix como um pensador social que no período da “redemocratização” se aproximou dos comunistas e filiou-se ao PCB apenas por estes serem os arautos da luta da liberdade naquele momento. “Embora cristão, e talvez por isto mesmo, Félix busca prestar sua colaboração para fazer retornar o país ao leito das liberdades” (Idem, p. 22). Aqui se percebe que o autor procura isentar o biografado de qualquer aproximação possível com os princípios do comunismo, o que consideramos uma generalização inconsistente, pois, por mais que encontremos pontos de observação para não o apreciarmos como um intelectual marxista (militante), não podemos deixar de considerar que seus contatos, primeiro, com o militante comunista pessoense Baldomiro Souto e depois com a situação italiana, durante a II Guerra, influenciaram de certa maneira a sua postura política.

Lima (1992) ao longo de toda análise procura apresentar suportes que sustentem a confirmação de que Félix era apenas um “democrata”, que teria se desiludido com as orientações que foram impostas ao Partido, depois de decretada a ilegalidade, quando então passou a adotar uma postura política dogmática e sectária, e que por esta razão preferiu abandonar as fileiras comunistas.

No Brasil, o que havia de fértil e inteligente no pensamento comunista foi afastado e, como não poderia deixar de ser, Félix, também afastou-se. Preferia fazer política a obedecer cegamente ordens de quem não levava em consideração as condições reais da sociedade campinense e paraibana (Idem, p. 28).

¹⁰⁷ A Câmara de Vereadores de Campina Grande tem por denominação “Casa de Félix Araújo” e na ocasião desta Conferência Félix de Araújo Filho era o presidente da mesa legislativa.

Ainda sobre sua saída dos quadros do PCB, Sylvestre, traçando seu perfil biográfico, descreve:

Refletindo maduramente sobre o choque entre os ensinamentos da filosofia marxista-leninista e sua formação profundamente cristã, além de uma irresistível vocação literária e democrática que conduzia, Felix resolveu livrar-se das correntes de ferro que lhe eram impostas pela disciplina do PCB, e desligou-se do partido, oficialmente, no dia 04 de outubro de 1948 (SYLVESTRE, 1982, p. 314).

Pela análise pretendida por nós anteriormente sobre Félix, observamos que fatores de várias ordens pesaram para que ele passasse a adotar um posicionamento político contrário aos princípios do PCB, sendo, portanto, simplório considerarmos qualquer ponto de vista generalizado sobre tal decisão.

Andrade (2003) escreveu a biografia intitulada “Félix Araújo: Mártir do Dever e da Coragem”, onde percebemos a ausência completa de qualquer aproximação política do biografado com o comunismo no período da “redemocratização”, escrevendo o autor que: “Félix começou sua carreira política aqui em Campina Grande pelo primeiro degrau, isto é, como vereador pelo Partido Libertador. Período de 1951 a 1955” (p. 31). A única menção ao momento pré-“redemocratização” que se é feita no citado estudo é quando o autor se refere à amizade que unia Félix a Baldomiro Souto, não obstante observamos que ele se esquivou ao máximo de fazer maiores comentários sobre as posições político-ideológicas do segundo, conforme segue:

Naquela época, ecoava nos meios estudantis, intelectuais e operários o sopro dos princípios socialistas. Os jovens, atentos à mensagem libertária das correntes progressistas, superlotavam os grêmios estudantis. Organizavam-se em grupos dos mais diversos matizes com o propósito de fixar um posicionamento político-ideológico ante a realidade mundial ameaça pela besta ditatorial nazista em expansão (ANDRADE, 2003, p. 76).

Esses pontos de observação quanto ao posicionamento de Lima, Sylvestre e Andrade, que se esforçam em criar um discurso de mártir para Félix, enquanto “líder democrata”, nos deixam pistas de que para este ser mais efetivo se faz interessante liberar o biografado de qualquer aproximação ideológica possível do comunismo. E esta incumbência de livrá-lo da alcunha de ser comunista reflete a representação que existe, e que se é remetida ao período em estudo, no imaginário da sociedade paraibana do

que se entende por comunismo, além de evidenciar a preocupação dos autores em constituir uma determinada memória coletiva sobre o biografado, como bem deixou claro Andrade “Eu sempre procuro fazer vivo Félix, e, para mim, não me enfado de tirar Félix do olvido, para que as novas gerações saibam quem foi este jovem idealista” (2003, p. 64).

3.2. O Imaginário Anticomunista Cabaceirense

O sistema de representações pode ser expresso, entre outros meios, por intermédio da escrita e da oralidade e, nesse particular, consideramos as entrevistas, que realizamos com moradores octogenários do município de Cabaceiras, como a principal fonte de obtenção de dados para a realização dessa pesquisa.

Portanto, neste ponto observaremos, com base na memória coletiva dispersa na sociedade cabaceirense, quais relações entre memória e história foram estabelecidas ali no que concerne as representações sobre Félix Araújo e sobre o comunismo.

A noção de Imaginário é polêmica, ela conserva interfaces com a noção de representação e em algumas situações os dois campos se invadem reciprocamente, embora devam ser distinguidos. Tal como assevera Jacques Le Goff (1994, p. 11), o campo das representações “engloba todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida” e está ligado ao processo de abstração. Daí não causar estranheza o uso da expressão “representações imaginárias”, significando com isto, que nem toda representação é imaginária.

O âmbito das representações, ainda conforme Le Goff, também pode abarcar elementos associados ao imaginário. O imaginário pertence ao campo da representação, é apenas uma facção do seu território, na medida em que traduz uma realidade exterior percebida, ao mesmo tempo em que se trata de uma forma de representação que alimenta o homem e o faz agir. Dessa maneira, para Le Goff, o que o homem considera realidade é fruto do próprio imaginário, ou seja, é instituído imaginariamente.

A História do Imaginário estuda essencialmente as imagens produzidas por uma sociedade, mas não apenas as imagens visuais, como também as imagens verbais e, em última instância, as imagens mentais. O imaginário é visto então como uma realidade tão presente quanto aquilo que poderíamos chamar de “vida concreta”. Esta perspectiva sustenta-se na idéia de que o imaginário é também reestruturante em relação à sociedade que a produz. Neste sentido, não se deve confundir imaterialidade com irrealidade. É que as representações imaginárias são imateriais, mas não irreais.

Para Le Goff, o Imaginário não pode ser examinado como algo estático, mas visto como um sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e a circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas.

O historiador do Imaginário começa a fazer uma história problematizada quando relaciona as imagens, os símbolos, os mitos, as visões de mundo a questões sociais e políticas de maior interesse – quando trabalha os elementos do imaginário não como um fim em si mesmo, mas como elementos para a compreensão da vida social, econômica, política, cultural e religiosa.

A historiadora Pesavento nos esclarece ainda mais sobre a noção de imaginário:

O imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o verdadeiro e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo, é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação do ser e parecer (PESAVENTO, 1995, p. 21).

Tentando realizar uma síntese, podemos afirmar que o imaginário é um sistema de representações construídas coletivamente - apoiadas no já existente, ou seja, em uma ordem simbólica constituída e sancionada pela coletividade anteriormente - capazes de conferir sentido às múltiplas facetas da realidade, de dar condições para que os indivíduos identifiquem-se não somente a si próprios, mas também aos outros, de tornar possível que esses mesmos indivíduos expressem seus valores e crenças, definam seus papéis e posições no meio em que vivem e reajam frente a conflitos. Ela é uma noção capaz de apreender, dependendo do problema de pesquisa, as representações que um dado grupo social partilha entre si e com seus diferentes, podendo atravessar

obliquamente uma sociedade, mas não tendo o compromisso de ser universal, pois diferentes são as representações que os indivíduos podem elaborar e múltiplas podem ser as combinações de representações dentro de uma mesma sociedade.

3.2.1. A Memória Cabaceirense Sobre Félix e Sobre o Comunismo

Quando nos deparamos com a nossa amostra de entrevistados no município de Cabaceiras, que foram contemporâneos tanto a Félix Araújo quanto à criação do imaginário acerca do comunismo, verificamos que a maioria manteve laços de parentesco ou de amizade com o militante, dada ser uma cidade muito pequena, onde quase sempre a base familiar era pequena. Tal averiguação levou-nos a perceber certa preocupação por parte dos entrevistados no sentido de reforçar a construção de um discurso que procurava consagrar Félix, representado como um mártir que teve trágico fim.

Portanto, coube-nos saber observar e abstrair dos testemunhos o estudo das representações e atribuir um papel central às relações entre memória e história, buscando realizar uma discussão mais apurada dos usos políticos do passado, onde a subjetividade e as deformações do depoimento oral não foram vistos como elementos negativos.

De acordo com Halbwachs (1990), a memória envolve uma relação entre a repetição e a rememoração. Importa, porém ressaltar que, ao analisar a repetição das memórias, Halbwachs observou que ela ocorre juntamente com a sua revisão. Outro ponto relevante de sua pesquisa é a afirmação de que a memória coletiva depende do poder social do grupo que a detém. Isto porque, na rememoração, nós não lembramos as imagens do passado como elas aconteceram, e sim de acordo com as forças sociais do presente que estão agindo sobre nós. Daí a idéia de que a memória é seletiva.

Quando confrontamos a representação construída sobre Félix com o fato de ele ter sido comunista, percebemos, por parte dos interrogados, certa preocupação no sentido de livrá-lo ao máximo dessa “culpa”. Tal propósito sugere que o imaginário daquela população sobre o comunismo é associado a algo apocalíptico. Quando foram questionados se Félix havia pedido voto ali nas campanhas de 1945 e 1947 a deputado

federal e estadual, respectivamente, os depoentes tentavam ao máximo isentá-lo de ser comunista. Sua parenta Ana de Sousa Farias (81 anos), que foi na mocidade tecedeira de redes e mais tarde professora do Estado, disse:

Ói, diziam isso, que chegou sendo comunista, mais que ele não acabou ninguém aqui pra ser comunista. Então o povo falava porque ele vinha da guerra com muito conhecimento, vinha com aquela bondade todinha, aí diziam que ele era comunista, mais agente não pode aprovar isso, e eu muito menos que não faço isso.¹⁰⁸

Quando foi questionada se a população era contra ou não, ao fato de ele ser comunista, ela responde:

Ninguém combinava essa história de comunista, porque pra gente, naquela época pior ainda, né? Comunista era uma coisa muito contra aqui a nossa lei católica, né? Aí aqui, graças a Deus todo mundo era católico e tudo, o povo dizia que não devia, né? (...) Diziam que ele era comunista, tava trabalhando pelo comunismo, mais aqui em Cabaceiras, acho que é porque era a terra dele, ele respeitava, por causa que o povo todo aqui era da religião católica, era contra o comunismo, né?

Verificamos através desse depoimento que a entrevistada, de início se deixou levar pela afinidade de parentesco e pelo louvor nato daquela cidade a Félix, havendo certa resistência em associá-lo diretamente ao comunismo e aproximando-o mais a imagem de um homem inteligente e bom. No decorrer da entrevista, ela deixou subentendido que ele era comunista, mas não “*acabalava*” ninguém naquela cidade pra ser, que essa sua prática era mais fora daí e que, por respeitar a sua terra, não trouxe aquele “mal” para Cabaceiras. Portanto, era uma pessoa boa. Intrinsecamente, observamos que a depoente compreende o comunismo como algo muito prejudicial e contagioso, ligando-o à idéia de sofrimento, pecado e morte. Também percebemos a carga estigmática que tinha a palavra “comunismo”, no calor da “redemocratização”, no imaginário social daquela sociedade, carga essa que foi impressa, principalmente, pela Igreja Católica local, que desempenhou fundamental papel em sua aberta propaganda anticomunista.

A funcionária pública aposentada Amélia Aires de Queiroz Cavalcante, de 76 anos, passou quase toda a entrevista firme ao discurso que se fez construído sobre Félix. Entretanto, quando apontamos a aproximação do mesmo ao Partido Comunista, ela, na

¹⁰⁸ Entrevista concedida ao autor em Cabaceiras, 22 de abril de 2005.

tentativa de manter firme o “herói”, disse que “depois que ele deixou o comunismo, o povo gostava dele.”¹⁰⁹ Pela afirmação podemos constatar que houve alí, no período em estudo, certa rejeição ao militante comunista.

De certo é que os cabaceirenses sempre estiveram prontos a falar sobre Félix no sentido de louvá-lo na ocasião em que se submeteram à posição de associarem-no ao comunismo, o que evidencia, desde então, que o imaginário daquela população sobre o comunismo não está correlacionado ao bem comum da sociedade.

Mesmo se fazendo perceber dessas observações sobre alguns entrevistados em preocuparem-se na consagração de Félix como um vulto histórico, constatamos que alguns deixaram escapar, quer pelo silêncio ou pelas poucas palavras, determinados aspectos que a história oficial, através de seus meios de comunicação, dos diversos órgãos e agentes produtores do passado, não se preocupou em registrar.

Dosse (2000) considera que muitas vezes ao silêncio não corresponde, necessariamente, ao esquecimento, e chama a atenção para que essa deva ser a preocupação daqueles que trabalham com memórias.

Eles têm por tarefa apreender os limites flutuantes entre os possíveis do dito e do não-dito e facilitar, assim, o trabalho de luto dos indivíduos. As memórias coletivas como as memórias individuais estão sujeitas a múltiplas contradições, tensões e reconstruções. É assim que o silêncio sobre si – diferente do esquecimento – pode ser condição necessária para a comunicação (DOSSE, 2000, p. 294).

A senhora Severina Silvina de Barros, de 88 anos, professora em Cabaceiras de 1946 a 1980, manteve durante todo o seu depoimento uma nítida preocupação em não falar o que conhecia a respeito do militante comunista. Sua reação era como se Félix houvesse cometido um grande crime e se manteve firme, levando ao pé da letra a expressão de que “em boca fechada não entra mosquito”. Quando foi provocada a esclarecer o que os cabaceirenses achavam do fato de Félix ter sido comunista, ela desconcertou-se em sua resposta, não deixando de isentar-se dos comentários que fluíram espontaneamente no decorrer da averiguação, conforme segue:

Não eu, muitas vezes eu, às vezes eu vi, muitas vezes, num gostavam do governo dele não, assim podia haver às escondidas..., ta entendendo?” (...) Num sei, num sei... Porque às vezes as pessoas

¹⁰⁹ Entrevista concedida ao autor em Cabaceiras, 23 de abril de 2005.

num gostam de uma coisa sem conhecer..., na realidade às vezes num acontece? “Num gosto de você, fulano disse que era assim”. Mais eu pelo menos nada digo a respeito da vida dele, num posso informar nada. Mais tem gente, já ouvi gente dizer, “não... Num precisa votar não que ele num é capaz...”, essas coisas, mais eu num dizia (...). Comentava assim, que ele era comunista, num sei o que... Num queria votar com ele. Isso aí eu ouvi muitas pessoas dizer, dentro daqui de Cabaceiras, agora eu num disse nada, porque eu nem sabia.¹¹⁰

Se Félix não fez ali campanha aberta para as eleições em que foi candidato pelo PCB, o contrário não se pode dizer, pois observamos que foi de uso corrente entre aquela sociedade a propaganda contra as suas candidaturas. Os resultados das urnas corroboram com o depoimento acima, pois para deputado federal, em 1945, não obteve ali nenhum voto e para deputado estadual, em 1947, somou apenas dois.

A agente de saúde aposentada Maria de Lourdes Gomes Correia, de 80 anos, que teve infância vivida na casa de Félix, foi um dos poucos que deixou explícito que havia ali uma cisma quanto ao fato de ele ser comunista. Quando foi interrogada sobre se ele havia feito campanhas em Cabaceiras, ela disse:

Não me lembro não. Eu sei que falavam muito que ele era comunista e também agente era muito nova, não levava isso a sério, agente nunca pensou em história de política, agente veio pensar em política de certas épocas pra cá, quando eu já tinha assim uns 30 ou 40 anos, por aí a fora, mais ele..., se ele pedia voto aqui não era do meu conhecimento, num sabe? O povo falava que ele era comunista, mais sim por ele era aliado com pessoas de Campina.¹¹¹

No primeiro momento da entrevista, assim como os demais, ela deixa evidenciar sua preocupação em atribuir que ele era comunista por culpa de “amigos” campinenses, e continuou narrando, deixando evidente o que a população cabaceirense passou a pensar e comentar sobre o comunismo e sobre Félix:

Coisa ruim, porque na época o comunismo era a coisa pior desse mundo... né? Aí agente não era muito ligado a essas coisas não, agente vivia muito lá, conversava muito com ele, nós fumo criado junto, pudemo dizer, mais o povo falava, ele foi pra Campina estudar, aí quando vinha, o povo falava que ele era comunista e tal, que até fazia questão da gente não fazer parte lá da casa de madrinha Tila, que era a mãe dele, porque ele era comunista, porque o comunista naquela época era o maior bicho... né? Sim que agente sabia, na época existia essa palavra comunismo, no qual ele fazia parte, mais ele nunca se manifestou pra procurar saber, essa manifestação dele mais era em Campina, mais aqui..., agora o povo de fora era que censurava da gente fazer parte lá, mais agente nunca ouviu coisa a mais, que ele falasse, essas coisas de guerras... Hoje não, ninguém fala nem que existe isso, mais era o maior bicho naquela época, o comunismo.

¹¹⁰ Entrevista concedida ao autor em Cabaceiras, 23 de abril de 2005.

¹¹¹ Entrevista concedida ao autor em Cabaceiras, 20 de abril de 2005.

Dentre as várias observações no depoimento descrito, damos destaque ao que chama a atenção para o conceito espectral que abrangia a palavra “comunismo” naqueles anos. O comunismo era identificado à imagem do “mal”, era considerado como a “coisa pior desse mundo”. A ação dos comunistas traria formas de sofrimento como fome, miséria, tortura e escravização; a nova organização social por eles proposta implicaria em pecado, pois questionava a moral cristã tradicional defendendo o divórcio, o amor livre e o aborto; e a morte estaria sempre acompanhando o rastro dos bolcheviques, a quem se acusava de assassinar em massa seus oponentes e de provocar guerras sangrentas. A maioria das representações envolvia temas que denotam as características maléficas atribuídas aos comunistas, que eram responsabilizados pela ocorrência de uma gama variada de males. Eles trouxeram à tona temores arcaicos, foram associados à imagem da peste, por exemplo, mas também despertaram aflições do mundo moderno, como a inflação, uma vez que eram acusados de quererem provocá-la visando a desestabilização da ordem econômica. No limite, chegou-se a operar a associação comunismo = demônio, na medida em que a revolução foi vituperada como encarnação do “mal absoluto”. Se os comunistas eram responsáveis por um cortejo tão grande de desgraças, não seria difícil associar sua atuação aos desígnios do “príncipe das trevas”, que segundo o imaginário cristão era a fonte suprema de todo mal.

Todo esse conjunto de representações foi manifestado na Paraíba e fazia com qualquer um que se aventurasse a ser militante marxista a sofrer uma série terrível de preconceitos, tornando-o um indivíduo isolado da sociedade. O município de Cabaceiras não foi estranho a esse quadro constituído sobre o comunismo, pois, conforme vimos no último depoimento, aquela sociedade fez restrições e passou a ver com maus olhos não só a Félix Araújo mais também a quem freqüentasse a residência da sua genitora, principalmente nas ocasiões de sua estada ali.

A professora aposentada Maria de Lourdes Gaudêncio Nóbrega, de 88 anos, comentou quanto ao fato de Félix ter entrado no Partido Comunista que ele “passou... passou a ser mal visto, a família dele era... por causa de ser comunista, sabe?”¹¹²

¹¹² Entrevista concedida ao autor em Cabaceiras, 21 de abril de 2005.

Havia, portanto retaliações sociais por parte da população em se relacionar com Félix e até mesmo com sua família. Quando perguntamos quem era responsável por disseminar esse discurso sobre o comunismo, Dona Lourdes Gomes relatou:

Era tipo assim, agente pegava na escola, na rua, porque essa palavra comunismo, era o bicho papão, agente num procurava nem saber por que se procurasse saber já tava fazendo parte, como eu tô dizendo num era nem pra gente participar da casa de madrinha Tila, que nós fumo criados tudo junto, como eu já lhe disse... né? Mais com essa palavra comunista aí num queria que agente fizesse parte lá, de nada... (...) Era o povo de fora que agente convivia, assim também na escola... né?

O testemunho nos faz observar que além da Igreja Católica a Escola também desempenhou o papel de propaganda anticomunista naquela sociedade. Conforme averiguamos no segundo capítulo, já em outubro de 1937, antes mesmo do golpe do Estado Novo, o Secretário do Interior de Argemiro Figueiredo designou que fossem instaladas em diversos municípios paraibanos as “Comissões de Propaganda Systemática Contra o Comunismo”. A que se compôs em Cabaceiras teve como responsável, além do promotor local Manuel Nunes, a professora Sebastiana Coutinho; informação que corrobora o depoimento acima, que destaca o papel da Escola local como uma outra instituição que serviu para autenticar o discurso do governo sobre o comunismo.

Dona Lourdes Gaudêncio, quando foi questionada se Félix havia pedido voto ali naqueles pleitos, também tentou esquivar-se de comprometer a imagem de Félix, omitindo respostas, entretanto mais por fim reporta-se ao papel da Igreja Católica na tarefa de exterminar o comunismo, conforme segue:

Ele deve ter vindo né? Mais acontece que nessas cidades pequenas, ninguém nunca né? Assim, num dava apoio ao partido comunista, porque a religião católica prevalecia em todos os recantos do Brasil, né? Mais... o povo... ninguém..., geralmente naquela época ninguém tinha o comunismo como coisa muito boa, né? Todo mundo tinha muita cisma, né? Do Partido Comunista, do comunismo, né? (...) Os padres não gostavam, né? Os padres eram revoltados por causa do comunismo. (...) os padres pregavam contra, num aceitavam, naquela época o povo não queria aceitar o comunismo. Atribuía a uma falta de respeito, sabe? Moral e também, como é que diz assim, direito, propriedade... essas coisas... né?

Interessante perceber é o quanto foi forte a campanha aberta pela Igreja Católica contra o comunismo naquele município do Cariri paraibano, que se encontrava distante

dos centros urbanos do Estado em que se formaram células comunistas. Essa constatação nos faz compreender que o motivo para tal empreitada foi o fato da Igreja local perceber a presença comunista já em seus limites, na pessoa do conterrâneo Félix Araújo; ao mesmo tempo em que temia que esse foco “maléfico” adquirisse proporções maiores naquela sociedade.

Não diferentemente do resto do país, em Cabaceiras os instrumentos ideológicos que mais se fizeram presentes, na empreitada de expulsar o comunismo, foram sem sombra de dúvidas a Igreja Católica, a Escola e a Família. Os discursos propalados por eles eram debatidos em certos ambientes de sociabilidade, a saber, nas bodegas, nas ruas e nas calçadas. Nestas com maior facilidade, uma vez que, durante a década de 1940 eram muito freqüentes as rodas de conversas de frente as residências, principalmente à noite, onde se reuniam várias pessoas a palestrar.

3.2.2. O Temor Cabaceirense ao Comunismo

Montenegro (1992) também analisa que muitas vezes “o tempo histórico não é o tempo vivido”, pois, segundo ele, a história escrita distingue-se do acontecido, passando então a se caracterizar como uma representação. Enfatiza, portanto que é nesse hiato, entre o vivido e o narrado, que mora a tarefa do historiador.

Constatamos que entre os entrevistados, ainda é muito presente certa tendência em omitirem-se a falar sobre o comunismo. A maioria deles evitava externar, quando provocada por nós, a sua visão sobre o comunismo ou até mesmo fazer menção ao termo, como se estivessem a cometer o maior dos pecados. Isso é visto como resultado da eficácia da relação de força que ali existiu entre os poderes locais então estabelecidos (Igreja, escola, justiça, etc.) e a sociedade cabaceirense. Exemplo claro disso foi o da dona de casa Antônia Macedo Pombo, de 87 anos, que em 1945 transferiu-se da zona rural para a cidade, em razão do seu casamento. Quando foi provocada a relatar o que pensava acerca do comunismo, desconversou por duas vezes, chegando por fim a afirmar que:

Bom, alguém apoiava... nera? E alguém não gostava, porque o povo tinha um medo do comunismo, né? O povo tem muito medo do comunismo, porque é um partido que não é religioso. (...) Eu não, eu sou assim como é que se diz? Eu sou assim, que num dô valô a essas coisas, não presto bem atenção, porque eu não sei falar sobre comunismo. Por sinal eu sou católica, religiosa, mais não sei, sou muito por dentro dessas coisas não, vou a Igreja e tudo, não tenho idéia dessas coisas. (...) Naquele tempo o povo num gostava de comunismo. Ah! Fulano é comunista e o comunismo é uma, como é que se diz?... Uma religião muito, muito dura, num sei o que...¹¹³

Em dois momentos de sua narrativa a entrevistada deixa escapar que “alguém apoiava” e que “fulano é comunista”, supostamente referindo-se a Félix. Quanto às suas imagens sobre o comunismo fez poucas referências, associando-as ao medo e à distância que o comunismo mantinha com a religião católica, ao mesmo tempo em que fez questão de deixar claro que era religiosa e, portanto não sabia falar sobre o comunismo e que não dava “valô e não tinha idéia dessas coisas”.

A também dona de casa Maria do Carmo Sousa, de 73 anos, que residia na zona rural de Cabaceiras e que há quinze anos instalou residência na sede urbana, disse que:

Eu num entendo nada, para mim tanto faz como tanto fez, porque o comunismo hoje nós já vive direto... o que é que ta faltando? Já ta o comunismo geral no mundo de meu Deus! Ta uma coisa tão misturada que agente não sabe o que é comunismo e o que deixa de ser... eu sei que é uma coisa que não me da prejuízo, eu digo ta bom, não é mesmo? O povo tem essa cisma, o comunismo agente vive, é uns matando uns os outros, fio mata pai, pai mata filho, mulher deixa marido, é aquela confusão da mulesta, ninguém sabe como é que ta o mundo hoje não, só aquele que vai resolver... Se Deus quiser!¹¹⁴

Observamos que ela de início também faz questão de esclarecer que “não entende nada” sobre o comunismo, contudo segue deixando subtendida a associação que faz de tudo quanto existe de desajuste social no “mundo de meu Deus” às suas imagens acerca do comunismo. Ou seja, para ela o regime bolchevique significa o verdadeiro caos político e social, caracterizando-o na contemporaneidade através dos crimes e do divórcio.

Quanto a esse temor anticomunista, o agricultor Agnelo de Freitas Cavalcante de 82 anos esclareceu:

¹¹³ Entrevista concedida ao autor em Cabaceiras, 22 de abril de 2005.

¹¹⁴ Entrevista concedida ao autor em Cabaceiras, 21 de abril de 2005.

O povo tinha medo (risos), tinha medo (risos). As explicações era muito forte... era muito forte, aí o povo criou certa cisma por causa disso. É que o cara não tinha direito a mulé, essas coisas assim... essas coisas que nunca tá certo, tá entendendo? (...) Não tinha direito, vamos dizer, o caba ter direito o que é seu, qualquer um podia ter..., tá entendendo? Comentavam isso. (...) la ter guerra, era guerra, era esse mal.¹¹⁵

O depoente relata que o imaginário daquele povo era tomado pelo temor à moralidade russa da qual se falavam, onde os valores culturais locais correriam o risco de serem substituídos pelas práticas do amor livre, do divórcio, da dissolução da família e do abandono da infância. São perceptíveis também às referências feitas por ele as questões relacionadas à propriedade privada, que seria violada pelo saque e pela destruição; e à guerra, que traria, dentre outras conseqüências, o estupro e o assassinio.

Quando estivemos na residência de Severina Barros ela mostrou-se preocupada em responder às perguntas feitas por nós. Percebemos que omitia respostas talvez por ter acompanhado, na qualidade de educadora, toda a trajetória do Partido Comunista, inclusive o de repressão, mais evidente depois do golpe militar de 1964 que culminou com a censura total e que trouxe à tona uma verdadeira onda de espionagem em torno dos comunistas e dos seus simpatizantes. Segue seus relatos:

Eu não posso dizer por que não conheço, num sabe? Desde 1930 se ouvia falar em comunismo, eu era muito nova, 'o comunismo' 'o comunismo', mais eu nunca me aproximei pra saber, a realidade mesmo, a respeito. A pessoa era como escravo, num tinha direito a nada, como as explicações assim eu ouvia dizer, não que eu pedisse, o povo falava, que era uma coisa que não dava direito a nada, a pessoa virava um verdadeiro escravo, de fato o que eu ouvi dizer foi isso.¹¹⁶

Por mais que tenhamos tentado deixar fluir uma conversa de forma espontânea, a entrevista mais pareceu um interrogatório feito por um dos órgãos do governo aos suspeitos de subversão por serem considerados comunistas. Quando foi indagada sobre o que conhecia daquela ideologia ela fazia questão de firmar repetidas vezes que não sabia e no momento em que deixava escapar alguma relação, fazia questão de dizer que nunca procurou se informar a respeito. O fato de sermos desconhecidos para aquela senhora e representantes de uma instituição, talvez tenha provocado tal reação

¹¹⁵ Entrevista concedida ao autor em Cabaceiras, 20 de abril de 2005.

¹¹⁶ Entrevista concedida ao autor em Cabaceiras, 23 de abril de 2005.

na depoente, o que nos fez observar o quanto foi e é presente o temor, por parte de alguns membros daquela sociedade, quando o tema discutido é o comunismo.

Foi nossa intenção, neste capítulo, mostrarmos como na Paraíba a relação memória e história foi responsável pela elaboração de representações a propósito do comunismo e do militante Félix Araújo, criando assim um respectivo imaginário em torno de ambos. O comunismo adquiriu, não diferentemente de outras partes do mundo, uma conotação espectral. Já Félix Araújo viveu dois momentos distintos: no período em que se manteve filiado ao PCB (1945-48), foi constantemente associado ao comunismo, muito embora mereça ser considerado até que ponto ele foi realmente um militante comunista, dado que na mesma ocasião manteve fortes laços de amizade com representantes da elite local; todavia, no período que segue a sua trágica morte (1953), verificamos uma constante tendência que procura glorificá-lo e afirmá-lo no panteão dos grandes vultos paraibanos, sendo utilizado para tal o discurso da história oficial que procura distanciá-lo ao máximo do período em que fez parte das fileiras pecebistas.

Essa constatação do distanciamento que é feito de Félix com relação ao comunismo nos faz perceber o quanto foi e é forte a imagem que se tem sobre esta ideologia política, além de verificarmos que tal atitude serve para reafirmar na memória coletiva o espectro que ainda representa o comunismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho estudamos quais representações locais se formaram sobre o Partido Comunista do Brasil, observando-as a partir do estudo de caso sobre o militante comunista Félix Araújo. Mais especificamente, que imaginário foi construído e pensado pela sociedade paraibana no período que vai da “redemocratização” de 1945 até 1953, ano em que ocorreu o assassinato de Félix.

Para tanto começamos por analisar a conjuntura paraibana da reorganização político-partidária no pós-1945, quando a derrocada nazista permitiu também a queda do Estado Novo getulista e possibilitou a reestruturação dos partidos que por mais de dez anos se encontravam suplantados. Na Paraíba, três tendências de representações políticas das forças econômicas e de classe em nome das quais falavam podiam ser observadas: a do PSD, comandada pelo ex-interventor Ruy Carneiro; a da UDN, chefiada por José Américo e Argemiro de Figueiredo; e a dos intelectuais mais avançados, que idealizavam o momento para verem consagradas as conquistas sociais. Incorporados a esta, assim como em grande parte do país, começou a surgir uma organização de massa estimulada pelo contexto da queda da Alemanha nazista em meados de 1945, que passou a organizar o extinto PCB. Assim sendo, o ressurgido PCB paraibano se constitui em maior quantidade por intelectuais, alguns membros da classe média baixa e determinados estudantes, que em comum tinham a defesa da liberdade democrática, propiciada pelos resultados da II Guerra Mundial, o caráter nacionalista e a defesa das reformas sociais, que juntos pesavam muito mais do que os princípios filosóficos marxistas.

A partir de então o PCB adquire popularidade e projeta-se enquanto protagonista efetivo do processo político nacional. No entanto, em 1947, esse movimento de afirmação política foi brutalmente interrompido pela Guerra Fria, que levou os governos da Inglaterra e dos Estados Unidos a adotarem políticas de segurança nacional contra o comunismo. Em consequência do contexto internacional e da crescente força do PCB, o presidente Eurico Gaspar Dutra imediatamente seguiu a postura de contenção aos vermelhos, solicitando do Congresso Nacional o rompimento das relações diplomáticas com a URSS e encaminhando ao Tribunal Superior Eleitoral processo referente à

cassação do registro do partido. Este, alegando ser o PCB um instrumento da intervenção no país, atendeu ao pedido presidencial em 07 de maio de 1947.

Não obstante, o PCB paraibano, não diferentemente do resto do país, se fez presente através de seus militantes e ao longo de todo o processo de “redemocratização”, assim como no período posterior a ser decretada a sua ilegalidade (1947), travou embate físico e ideológico com o Estado. Este se utilizando de algumas instituições civis para persuadir a sociedade, a saber, a Escola, os jornais *A União* e a *Imprensa* e, sobretudo, a Igreja Católica, recrudesceu a sistemática campanha anticomunista, que já vinha sendo praticada desde os idos 1935, dando sustentação a um conjunto de representações acerca do comunismo, baseado em imagens fortes como violência, traição, covardia, massacre, etc., além de conferir ênfase ao estupro e às práticas imorais de variada espécie. Vale destacar o fundamental papel desempenhado pela Igreja Católica nessa tarefa, sobretudo no interior afora, uma vez que na primeira metade do século XX a população paraibana era essencialmente católica. Os padres pregavam em seus sermões que o comunismo era coisa do Diabo e que os religiosos deveriam combater este mau, não deixando que esta ideologia política se instaurasse. Entre os fiéis estavam proprietários rurais, camponeses, artesãos, comerciantes, e outros pequenos agregados que acreditavam veementemente na propaganda anticomunista. Apesar das várias tentativas dos militantes comunistas de se fazerem presente no cenário local, foi sob essa égide que se construiu o imaginário sobre o comunismo na Paraíba, referenciado como algo mau e, portanto, prejudicial àquela sociedade.

Essa constatação sobre o comunismo na Paraíba pôde ser percebida por meio do estudo de caso realizado que teve como referência o militante Félix Araújo, onde investigamos, por meio da memória e da história oral, a sobrevivência de certas representações e de um imaginário anticomunista na memória coletiva da sociedade paraibana. Analisando o papel da história oficial na construção da memória em torno de Félix Araújo, observamos o comprometimento desta nas freqüentes tentativas em distanciar ao máximo este militante do período em que esteve nas fileiras do PCB (1945-48), associando-o apenas ao clima democrático vivido no período em estudo. Quanto aos depoimentos dos velhos moradores de Cabaceiras, terra natal de Félix,

constatamos que são passíveis de incontáveis análises. A esse respeito pudemos verificar que as representações anticomunistas construídas na mentalidade daquela sociedade, durante o período em estudo, também se estendiam, a princípio, ao então candidato comunista Félix Araújo. Entretanto, constatamos que a história oficial responsabilizou-se, posteriormente, pela construção de um discurso que procurou consagrar Félix como um vulto histórico. Essa verificação comprovou-se a partir do contato direto com os depoentes, quando percebíamos que eles demonstravam relutância quanto ao fato de associarem Félix ao Comunismo, o que evidenciou claramente o preconceito que ainda é dedicado ao comunismo.

Consideramos, portanto que o Estado paraibano, junto às instituições civis que lhes serviam, a partir de 1945 exerceu eficiente poder de propaganda anticomunista. Essa tarefa foi obsessivamente praticada e impregnou no inconsciente coletivo um verdadeiro pavor ao “perigo vermelho”, criando um enorme preconceito contra o PCB e seus seguidores, representados, ao longo da história, através da utilização de uma farta gama de adjetivos que lhes atribuíam qualidades negativas; prova clara disso é o fato desse imaginário ter perpassado a geração daquele momento e ser ainda disperso na memória coletiva da sociedade local.

Contudo, merece destacar por fim que estas considerações são vistas por nós como preliminares, merecendo um novo projeto que tenha como partida o ponto onde paramos e que pense numa pesquisa futura de maior aprofundamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE DO Ó, Alcides de. **Campina Grande: História & Política (1945-1955)**. Campina Grande: Edições Caravela/NCP, 1999.

ANDRADE, Moacyr. **Félix Araújo: Mártir do Dever e da Coragem**. Campina Grande: RG Editora e Gráfica, 3ª ed., 2003.

APOSTOLIDÈS, Jean-Marie. **O Rei Máquina - Espetáculo e Política no Tempo de Luís XIV**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

ARANHA, Gervácio Batista. "Contra os Reduccionismos, por Uma História Nova". IN: **Saeculum: Revista de História** - Nº. 6/7. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

ARAÚJO, Fátima. "Mathias Freire: O Canto Poético de um Educador". IN: **História e Debate na Assembléia da Paraíba**. João Pessoa: A União, Vol. II, 2002.

ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. "A Ciranda da Política Campinense: 1945/1964". IN: **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**. João Pessoa: A União, 2000.

AUED, Bernardete Wrublevski. **O Sapateiro Militante: José Peba Pereira dos Santos**. Campina Grande: 2006. (Trabalho digitado).

BARBOSA, João Batista. **Santa Cruz e o Jornal do Povo: Uma Contribuição à História das Lutas Sociais na Paraíba**. João Pessoa: Santa Marta, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios Sobre a Literatura e a História da Cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas; vol. 01).

BLONDEL, Jean. **As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa: Assembléia Legislativa/A União, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

_____. "A Ilusão Biográfica". IN: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História. Novas Perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.

_____. **A Fabricação de Luís XIV**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

_____. **A Escola dos Annales (1929 – 1989): A Revolução Francesa da Historiografia**. Tradução Nilo Odália. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CÂMARA, Epaminondas. **Municípios e Freguesias da Paraíba: Notas Acerca da Divisão Administrativa, Jurídica e Eclesiástica**. SOARES, Antônio & GERMANO, Moacir (Orgs.). Campina Grande: Edições Caravela, Núcleo Cultural Português, 1997.

_____. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Edições Caravela, Núcleo Cultural Português, 1988.

- CAMPOS, Aluísio Afonso. **Relógio do Tempo – Memórias**. João Pessoa: Edições Empório dos Livros. 1999.
- CARONE, Edgard. **Revoluções no Brasil Contemporâneo (1922 – 1938)**. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1977.
- CARVALHO, Tancredo de. **Memórias de um Brejeiro**. João Pessoa: Gráfica Júlio Costa, 1975.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.
- CITTADINO, Monique. **Populismo e o Golpe de Estado na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/Idéia, 1998.
- DOSSE, François. **A História**. Tradução de Maria Elena Ortiz Assumpção. EDUSC, 2000.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Prefácio “Hermenêutica e Narrativa”. IN: **Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. João Pessoa: A União, 2º Volume, 1993.
- FERREIRA, Marieta Moraes. “A Nova Velha História: O Retorno da História Política”. IN: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 5, Nº. 10, 1992.
- GINZBUG, Carlo. “Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário”. IN: **Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História**. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte Vida das Oligarquias: Paraíba (1889 – 1945)**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1994.
- _____. **No Cinquentenário da Morte de Félix Araújo**. João Pessoa: SEC-PB/IPHAEP, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice. 1990.
- HOBSBAWM, Eric. **História do Marxismo – O Marxismo Hoje – 2 vols.**, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.
- _____. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- HUTTON, Patrick. **História é a Arte da Memória**. São Paulo. 1993.
- KHOURY, Ana Maria, et alii. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 1987.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O Estado Monárquico: França 1450-1610**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: SP, Cia. das Letras, 1994. Original em francês, 1987.
- LEÃO XIII. **Rerum Novarum**. São Paulo: Paulinas, 12ª ed. 2000.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradutor Bernardo Leitão (et alii). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.
- _____. **O Imaginário Medieval**. Tradução de Manuel Ruas. Portugal: Editorial Estampa, 1994.

_____. "Introdução" e "Nota da introdução". In: **São Luís: Biografia**. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Editora Record. 2002.

LEVI, Giovani. "Usos da biografia". In: FERREIRA, M. Moraes, AMADO, J. (org.), **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2005.

LEWIN, Linda, **Política e Parentela na Paraíba: Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar**. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Rômulo de Araújo. **Liberdade e Radicalidade Democrática em Félix Araújo**. Campina Grande: Gráfica Offset Marcone, 1992.

LORIGA, Sabrina. "A Biografia como Problema". In: Jacques Revel (org.), **Jogos de Escalas: A Experiência da Microanálise**. Tradução de D. Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. 1998.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Sociedade e Poder Político no Nordeste: O Caso da Paraíba (1945/1964)**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2001.

_____. "João Santa Cruz: O Patriarca do Comunismo na Paraíba". IN: **História e Debate na Assembléia da Paraíba**. João Pessoa: A União, Vol. I, 1996.

_____. **Sociedade e Poder Político no Nordeste: O Caso da Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa: Editora Universitária, 2001.

_____. **Nos Tempos de Félix Araújo: Estado Novo, Guerra Mundial e Redemocratização (1937-1947)**. João Pessoa: SEC-PB/IPHAEP, 2003.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992.

MORAIS, Marta Maria Falcão de Carvalho e. **Poder e Intervenção Estatal na Paraíba (1930 – 1940)**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o "Perigo Vermelho": O Anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a Imprensa: Os Comunistas no Imaginário dos Jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

MINAYO, Maria C. de S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1992.

NORA, Pierre. **Entre a Memória e História: A Problemática dos Lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História. PUC/SP: Dezembro, 1993.

OLIVEIRA, Harrison. **Um Certo Coronel Chico Maria**. (Campina Grande), (1993).

PESAVENTO, Sandra Jathay. **A Nova História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. "Em busca de uma outra História: Imaginando o Imaginário." In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/MARCOZERO. V. 15, n 29, 1995.

PIMENTEL, Cristino. **Pedaços da História de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1958.

PIRES, Heliodoro. **Padre Mestre Inácio Rolim: Um Trecho da Colonização do Norte Brasileiro e o Padre Inácio Rolim**. 2ª ed. Teresina: Gráfica Estado do Piauí, 1991. (Coleção "Documentos Sertanejos", Série Paraibana, v. 1).

RAAD, Lenita Jacira Farias. "... Denunciando os Males do Comunismo": **O Anticomunismo na Revista Seleções Reader's Digest (1950-1960)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: fevereiro, 2003.

REIS, José Carlos. **A História: Entre a Filosofia e a Ciência**. São Paulo: Ática, 1996.

SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes. **Poder e Intervenção Estatal: Paraíba (1930-1940)**. João Pessoa: Editora Universitária, 2000.

SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

SHARPE, Jim. "A História Vista de Baixo". IN: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História. Novas Perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. et alli (org.). **Dicionário Crítico do Pensamento da Direita**. Rio de Janeiro: Faperj: 2000.

SILVA, Hélio. **1935 – A Revolta Vermelha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SILVA, Waldir Porfírio. **Bandeiras Vermelhas: A Presença dos Comunistas na Paraíba (1900-1960)**. João Pessoa: Editora Textoarte, 2003.

SYLVESTRE, Josué. **Lutas de Vida e de Morte: Fatos e Personagens da História de Campina Grande (1945/1953)**. Brasília: Senado Federal, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Contribuição à História do PCB; Antecedentes, Temas de Ciências Humanas**, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, Nº. 8.

SOUTO, Baldomiro. **A Presença de Baldomiro**. Livro publicado pela família Souto com os principais artigos do jornalista, 1998.

TRINDADE, Marcos Augusto. **Arquidiocese da Paraíba: 110 Anos de Evangelização**. João Pessoa: Gráfica/UNIPÊ. 2004.

VINHAS, Moisés de Carvalho. **O Partidão: A Luta por Um Partido de Massas (1922-1974)**. São Paulo: Hucitec, 1982.

VOLDMAN, Daniele. "Definições e Usos". IN: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivos

Arquivo do Cartório de Registro Civil de Taperoá - PB
Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral
Arquivo da Prefeitura Municipal de Campina Grande

Jornais

Jornal Voz do Dia de 24 de maio de 1945.
 Jornal A União de 24 de outubro de 1937.
 Jornal A União de 24 de abril de 1945.
 Jornal A União de 18 de junho de 1945.
 Jornal A União de 05 de setembro de 1945.
 Jornal A União de 18 de novembro de 1945.
 Jornal A União de 29 de abril de 1947.
 Jornal A União de 06 de maio de 1947.
 Jornal A União de 20 de junho de 1947.
 Jornal A União de 29 de fevereiro de 1948.
 Jornal A União de 17 de junho de 1986, Segundo Caderno.
 Jornal A União de 05 de abril de 1987.
 Jornal A União de 26 e 27 de julho de 2003.
 Jornal A Imprensa de 28 de julho de 1935.
 Jornal A Imprensa de 22 de maio de 1945.
 Jornal A Imprensa de 27 de março de 1946.
 Jornal A Imprensa de 29 de março de 1946.
 Jornal A Imprensa de 24 de abril de 1946.
 Jornal A Imprensa de 24 de maio de 1946.
 Jornal A Imprensa de 05 de outubro de 1947.
 Jornal A Imprensa de 07 de outubro de 1947.
 Jornal A Imprensa de 08 de outubro de 1947.
 Jornal A Imprensa de 09 de outubro de 1947.
 Jornal A Imprensa de 10 de outubro de 1947.
 Jornal A Imprensa de 11 de outubro de 1947.
 Jornal A Imprensa de 12 de outubro de 1947.
 Jornal A Imprensa de 27 de setembro de 1950.
 Jornal Diário de Pernambuco de 19 de maio de 1946.
 Jornal O Norte de 1950.
 Jornal O Rebate de 04 de outubro de 1953.
 Jornal de Campina de 20 de setembro de 1953.
 Jornal Brasil Novo de 28 de março de 1931.
 Jornal Brasil Novo de 18 de abril de 1931.
 Jornal Brasil Novo de 25 de abril de 1931.
 Jornal Brasil Novo de 16 de maio de 1931.
 Jornal Brasil Novo de 04 de julho de 1931.
 Jornal Brasil Novo de 13 de julho de 1931.

ENTREVISTAS

BARROS, Severina Silvina de. Professora Aposentada: 88anos. Cabaceiras, 23 de abril de 2005.
 CAVALCANTE, Agnelo de Freitas. Agricultor Aposentado: 82 anos. Cabaceiras, 20 de abril de 2005.
 CAVALCANTE, Amélia Aires de Queiroz. Funcionária Pública Aposentada: 76 anos. Cabaceiras, 23 de abril de 2005.
 CORREIA, Maria de Lourdes Gomes. Agente de Saúde Aposentada: 80 anos. Cabaceiras, 20 de abril de 2005.
 FARIAS, Ana de Sousa. Dona de Casa Aposentada: 73 anos. Cabaceiras, 22 de abril de 2005.
 POMBO, Antônia Macedo. Dona de Casa Aposentada: 87 anos, 22 de abril de 2005.

SANTOS, José Peba Pereira. Sapateiro aposentado: 89 anos. Campina Grande, 13 de novembro de 2005.

SOUSA, Maria do Carmo. Dona de Casa Aposentada: 73 anos, 21 de abril de 2005.

MELLO, José Octávio de Arruda. Professor Historiador, 10 de março de 2006.

NÓBREGA, Maria de Lourdes Gaudêncio. Professora Aposentada: 88 anos. Cabaceiras, 21 de abril de 2005.

OLIVEIRA, Oliveiros Cavalcanti. Funcionário público aposentado: 80 anos, 23 de novembro de 2005.

QUEIROZ, Maria Lila de. Dona de Casa Aposentada: 93 anos, Campina Grande, 27 de janeiro de 2005.

DINIZ, Salatiel Pires. Mecânico de Manutenção Industrial Aposentado: 81 anos. Taperoá, 21 de janeiro de 2005.

ANEXOS

Folheto anticomunista de 1931, cujo título era “Combatendo o Comunismo”. Parece ter circulado no Estado, dado que foi encontrado por nós um exemplar no Cartório de Registro Civil do município de Taperoá, situado no Cariri paraibano.

O Jornal *Brasil Novo* foi uma instituição paraibana que na década de 1930 se prestou a propagar representações sobre o comunismo. Na primeira página vemos a publicação do panfleto “Combatendo o Comunismo”.



Marcha do povo campinense, em 08 de maio de 1945, comemorando a vitória dos Aliados na II Guerra Mundial (Rua Maciel Pinheiro, esquina da antiga Prefeitura e depois Câmara de Vereadores, hoje Biblioteca "Félix Araújo").



Edifício Esial, inaugurado em 17 de janeiro de 1944, de propriedade do industrial Luiz da Silva Mota. No prédio se encontrava instalado um sistema de radiodifusão, o que fazia da Praça da Bandeira, situada a sua frente, o ponto de encontro da sociedade campinense nas décadas de 1940 e 1950. O mesmo foi demolido e no ponto foi construído o prédio das antigas lojas Brasileiras, atualmente encontra-se instalado no local o Shopping Popular de Campina Grande.

UNIÃO SOCIALISTA DA PARAIBA

Ao povo em geral e aos Trabalhadores

Na momento em que o nosso país se regoa e se lança à reconquista de sua liberdade interna, além de poder exercer lá fora, em toda a plenitude, a sua soberania externa, a Paraíba, prepara-se para seguir a mesma estrada por onde marchara decididamente o mundo inteiro na época da guerra.

A derrota do nazifascismo diante das forças democráticas internacionais teria que atenuar, simultânea ou sucessivamente, a sua quota por toda parte. No Brasil, que contribuiu com o seu suor e o seu sangue para a mesma jornada, chegou a hora das reivindicações das massas populares, já agora no início do desempenho desse papel histórico.

A U. S. P., fundada nesse instante e integrada nesse roteiro, vem pois pagar pela imediata restauração de todos os princípios de liberdade. Primeiro, portanto, a instituição da liberdade individual e coletiva de liberdade de pensamento e de opinião, da liberdade de imprensa e de tribuna, da liberdade de reunião, de associação e de organização política e partidária. Para tanto, pleiteará paralelamente a abolição das leis de exceção, do Tribunal de Segurança, dos DIPS e DEIPS, e das demais meios de restrição e de comprimento inventados e utilizados pelos governos fascistas.

Força essencialmente democrática, a U. S. P. se enquadrará no movimento socialista nacional, pondo-se assim em harmonia com as tendências profundas do mesmo tempo: restituição de estritos e exclusivos na consecução dos seus fins a U. S. P. colaborará com todas as iniciativas progressistas e democráticas do país, desde que se ajuntem harmonicamente os seus objetivos políticos e sociais.

A U. S. P. defenderá a adoção de um programa que, tendo significação nacional, consulte os interesses, as peculiaridades e as tendências da nossa terra e da nossa gente, visando alcançar a experiência socialista moderna às necessidades e às aspirações do povo brasileiro. Sua direção será essencialmente uma direção de paz social, sem quebra da ordem, buscando despertar na consciência das massas, e do povo brasileiro em geral, o senso das suas responsabilidades e dos seus direitos. Exigirá, através de uma ação política serena e firme, a restauração do regime representativo, com processos eleitorais honestos e regulares, de modo que volte ao povo o seu direito de auto-determinação.

Consequentemente, fica bem claro a sua oposição a todo nazifascista que pretenda entregar quaisquer privilégios pessoais à vontade arbitrária do povo. O povo confia e deve confiar em si, na sua ação, na sua capacidade de discernimento, de orientação e de realização.

O Brasil se acha indissoluvelmente ligado ao futuro do continente e do mundo. Na defesa dos ideais democráticos comuns, ser a sua colaboração ativa e eficaz os seus soldados para os campos de batalha; são os soldados da F & E, soldados, como todos lá, da liberdade e da independência das povos.

Nesse sentido, a U. S. P. apoiará qualquer iniciativa nacional referente à política de reconstrução econômica das partes atingidas, para a consolidação de uma paz baseada nos princípios democráticos e de justiça social do mundo contemporâneo.

Lutando internamente por um desenvolvimento cada vez maior da nossa vida econômica, a U. S. P. lutará do mesmo passo por uma melhoria de produção, mais adiantada, por um nível de vida e de cultura mais elevado para as nossas populações. Lutará pela unificação de todos os brasileiros e pela preservação intrínseca da economia popular. Lutará pela melhoria das condições materiais de existência das nossas massas trabalhadoras urbanas e rurais. Lutará pela ampliação de uma legislação social efetiva, que seja humana e honesta, que assegure o direito de greve e a paragem de classes de estudantes, que seja o reconhecimento de um direito das massas e, sempre, o característico conceito de um fazer horizontal e corporativista. A U. S. P. quer assim, com clima democrático, seguir uma linha de conduta que integre, mais e mais a opinião pública brasileira no movimento progressista do socialismo contemporâneo, de que é o líder nacional LUIS CARLOS PRÊTES, de maneira que o nosso país possa sair da guerra e atender as às necessidades da paz como um país consciente das suas destino e dos destinos da civilização do nosso tempo.

João Pessoa, 24 de Abril de 1945

João Santa Cruz
Alfonsinho Wanderley
Hildefrundo Espinola
Guacema Zaccaria
Joacil de Brito Pereira
Sebastião Araújo
José de Lima
Francisco Martins Venas

José Honório Maia
Luis de Oliveira Lima
Heloísa Soares
Carlos Di Pace
Heráclito Vilar
José Lucena
José de Almeida Cunha

Manifesto publicado pela USP, núcleo de Campina Grande, no Jornal A Voz do Dia, em 24 de maio de 1945. Essa proclamação foi assinada por Otávio Leal de Brito, Francisco de Andrade Lima, Cláudio Agra Porto, José Geraldo Pimentel, João Francisco de Macedo, Jerônimo Rodrigues da Silva, Lélcio Joffily Pereira da Costa, Jacó Medeiros, Francisco Henriques e Severino Alves de Albuquerque, componentes do Comitê Provisório.



A “Livraria do Povo”, que foi instalada por Félix Araújo, em 1946, no saguão do edifício do Banco do Comércio na Rua João Pessoa. Em uma manhã do mesmo ano o estabelecimento foi encontrado invadido e destruído; estantes quebradas e livros queimados.



Outro aspecto da livraria destruída. A ação representava uma entre as muitas violências que Félix sofreu ao longo de sua atuação no PCB paraibano.

Foto do casamento de Félix e Maria, cujos padrinhos foram o udenista Aluísio Campos e sua esposa Inalda, conforme se verifica pela dedicatória oferecida.

133



PRESTES

Indica ao eleitorado livre da Paraíba

para o sufrágio nas eleições de hoje
Para Vice-Governador — JOSÉ TARGINO

NA CAPITAL

UDN

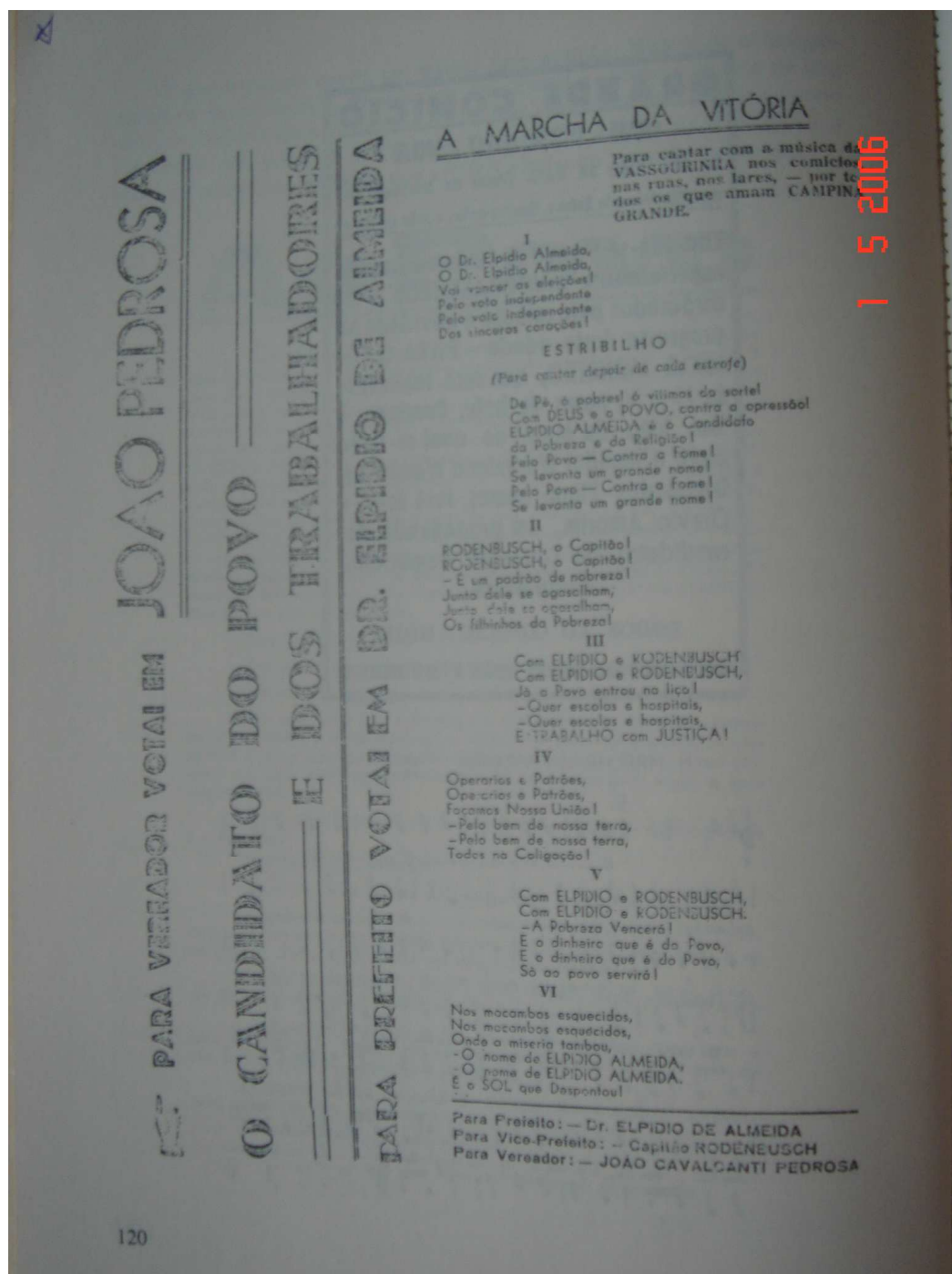
Para Prefeito — LUIZ DE OLIVEIRA LIMA
Para Vice-Prefeito — VASCO DE TOLEDO
Para Vereador — JOÃO CABRAL BATISTA

UDN

Em Campina Grande	Em Santa Rita	Em Mamanguape
Para Prefeito — <u>Dr. Eládio de Almeida</u>	PARA PREFEITO — <u>Diegenes Crismon</u>	PARA PREFEITO — <u>Orestes Lisboa</u>
Para Vice-Prefeito — <u>Capitão Rodenbuck</u>	PARA VEREADORES — <u>David Falcão, Sebastião</u>	PARA VICE-PREFEITO — <u>Hermílio Rumes</u>
Para Vereador — <u>João Pedrosa</u>	<u>Pereira da Silva e Antonio Cabral</u>	PARA VEREADORES — <u>Cláudio Popular do Par-</u> <u>tido Socialista Brasileiro</u>

15 2006

Decretada a ilegalidade do PCB pelo TSE e tendo em vista as eleições para prefeitos e vereadores em todos os municípios brasileiros, a realizarem-se em 12 de outubro de 1947, os militantes comunistas brasileiros procuraram guarida nas legendas legalmente reconhecidas para que assim pudessem concorrer aos processos eleitorais. No panfleto acima vemos Prestes indicando o apoio comunista em João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita e Mamanguape.



Panfleto em que vemos a posição comunista campinense de apoio a candidatura da Coligação Democrática Campinense para as eleições de 12 de outubro de 1947, que tinha como candidato a prefeito o médico Elpidio de Almeida e a vice o capitão do exército Antônio Rodembusch, onde, a contragosto do Diretório Estadual, arregimentou-se a campanha para vereador do comerciante João Cavalcanti Pedrosa (PSB). Em destaque "A Marcha da Vitória", o hino oficial da campanha elpidista, composto por Félix Araújo, cuja letra continha palavras que apelavam para a consciência cívica, a religiosidade e o combate à pobreza. Logo se consagrou no meio popular, empolgando comícios e passeatas, estimulando a participação entusiástica do povo num clima permanente de vitória.



Manchete do jornal *A União*, de 29 de fevereiro de 1948, que trazia a acusação de que tinha sido os comunistas de João Pessoa os responsáveis pelo incêndio em uma das dependências do Quartel do 15º Regimento de Infantaria, localizado no Bairro Cruz das Armas, na capital paraibana, ocorrido em 14 de janeiro de 1948.

Ao Povo Paraibano

O C. E. da Paraíba do Partido Comunista do Brasil, dirige-se ao proletariado e ao povo paraibano para comunicar a expulsão de suas fileiras, baseando-se no art. 25 dos seus estatutos, dos seguintes elementos, que, pela sua conduta, se tornaram indignos de pertencer ao Partido da classe operária, ao Partido de Prestes:

Edvaldo Souto Camara — Ingressou no Partido para tentar romper-lhe a unidade, esagrega-lo. Não o conseguiu. Hoje lança a mão de infâmias para cobrir de lama o Partido. Colocando-se, portanto, a serviço do nosso inimigo de classe que tudo empunha para aniquilar o Partido de Prestes. Nas últimas eleições municipais contribuiu para tentar hipotecar-nos a Hipódio de Almeida e compartilhou para impedir que Gregório Bezerra, naquele momento, falasse ao povo de Campina Grande. Nada mais é, como vemos, do que um agente do imperialismo que tem em suas mãos a tarefa de sabotar a luta pela paz, pão e liberdade dando seu trabalho sagregador e divisionista.

Manuel Cavalcanti da Silva — Não passa um "lumping". Entrou no Partido para tirar proveitos pessoais. Apoderou-se do dinheiro dos jornais do Partido e procura descambar para uma tendência puramente eleitoral, portanto anti-revolucionária. A sua atuação em Recife, como ministro, foi como atualmente, desagregadora e de lá fugiu covardemente. Por isso é o traidor de nossas fileiras.

Otavio Leal de Brito — Outro elemento divisionista. As suas palavras e ações são uma aberta contra o Partido. Ao lado da polícia procura, a seu modo, aniquilar o Partido. É um inimigo rancoroso da classe operária infiltrado sorrateiramente nas fileiras do seu Partido para tentar corrompê-lo. Foi um dos tais que, criminosamente, impediu que Gregório Bezerra falasse ao povo campinense, quebrando a

nossa independência de classe, procurando amarrar-nos aos politiquinhos das classes

dominantes. Tornou-se indigno de pertencer ao Partido de Prestes.

Honorio de Oliveira — Faz parte do bloco divisionista. E quem se propõe dividir o Partido, praticamente, presta um grande serviço ao imperialismo e a ditadura de Dutra. Além disso é um beerrão inveterado. E o Partido, fazendo a sua limpeza, não pode conservá-lo em suas fileiras.

Felix de Araujo — Desde há muito passou-se, com bagagens e tudo, para a reação. A Paraíba inteira conhece a sua tração.

Severino Ribeiro — Roubou mais de Cr\$ 3.000,00 da classe operária. Nas últimas eleições municipais, em Campina Grande, se empenhou a fundo no sentido de colocar o Partido a reboque das classes dominantes.

José de Oliveira Ramos (conhecido por Vigarinho) — Vereador de Mamanguape, eleito sob a legenda do P.S.B. Traiu publicamente o Partido de Prestes. E hoje não passa de um lambão dos Lundgrens.

Adelgício dos Santos — Traiu o Partido ao lado de Vigarinho.

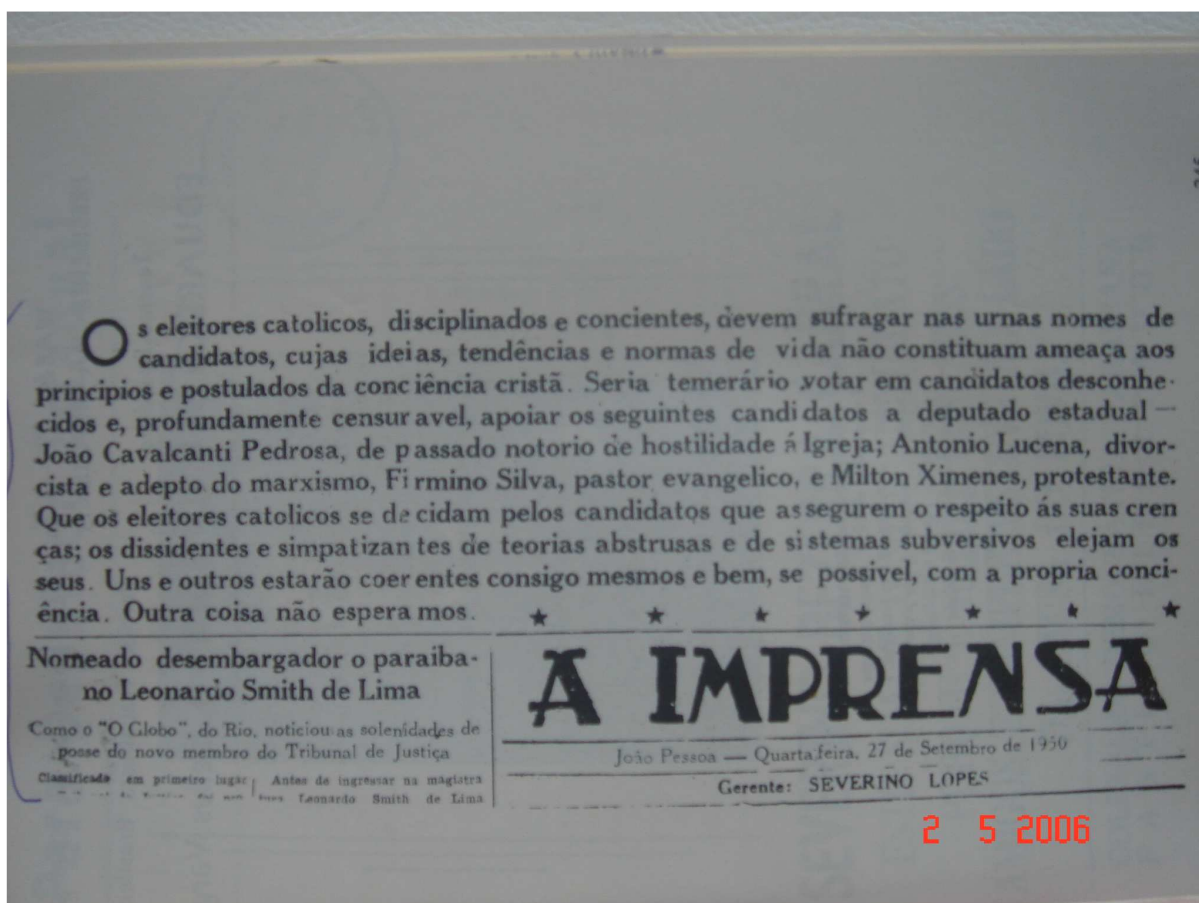
O C. E. da Paraíba do Partido Comunista do Brasil chama todos os seus militantes para se unirem em torno do C. N. e do camarada Prestes, na convicção inabalável de que fazendo o saneamento do Partido, limpando-lhe dos agentes da reação, está reforçando sua unidade e disciplina, pois como afirma Lenin «o Partido se fortalece depurando-se».

*Tudo em defesa da Paz
Lutemos por aumento de salários!
Derrotemos os golpistas!
Abaixo a lei de Segurança!
Viva o glorioso Partido de Prestes!*

16 de Fevereiro de 1950.

O C. E. do Partido Comunista do Brasil.

Manifesto "Ao Povo Paraibano", lançado pelo Comitê Estadual da Paraíba do PCB em 16 de fevereiro de 1950, no qual decretava a expulsão de alguns "elementos que, por sua conduta, se tornaram indignos de pertencer ao Partido da classe operária". Dentre os excluídos vemos Félix Araújo.



Na campanha estadual de 1950, o jornal *A Imprensa*, representando a Igreja Católica que apoiava a chapa de Argemiro, continuava com sua ação anticomunista apelando para que o eleitorado paraibano não votasse nos candidatos comunistas, evangélicos e protestantes, citando-os nominalmente.

CUIDADO ELEITOR CATÓLICO!

A U. D. N., o Partido Comunista e o Partido do Cachimbão—os aliados do ex-deputado e derrotado ARGEMIRO DE FIGUEIREDO.

O Candidato da U. D. N., está de mãos dadas, de corpo, coração e alma com o Partido Comunista e o Partido do CACHIMBÃO.

Vendo-se perdido, e sem nenhum apoio das correntes democráticas, voltou-se o snr. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO, o candidato da fracassada UDN, a fazer alianças e acordos ocultos com elementos extremistas e anti-católicos, numa verdadeira afronta aos sentimentos cristãos do Povo da Cidade e dos Distritos.

O Comunista FRANCISCO MATIAS, o engraxate, o desordeiro e o processado da Polícia varias vezes, é o mesmo que atentara contra a vida preciosa do Prefeito Elpidio de Almeida, e é hoje o chefe da propaganda da UDN, e da "confiança" do Sr. Argemiro.

O Comunista OSIEL VALE faz parte na chapa para Vereador Municipal. É o orador nos comícios para desmoralizar, achincalhar e atear o Grande Presidente Getulio Vargas—o honrado Governador José Américo e o honesto Administrador, Prefeito Elpidio de Almeida. O Comunista (PEBA) é o orientador para a distribuição de chapas e boletins da UDN.

Povo ordeiro e Católico de Campina Grande e dos Distritos, tende toda cautela e cuidado, pensando em vossa família, na garantia do vosso lar, na educação cristã dos vossos filhinhos e das vossas queridas filhas, na Paz e na tranquilidade, escolhei as chapas da Coligação Democrática, no dia 12 de agosto proximo.

Votai em PLINIO LEMOS para Prefeito que será o continuador da grandiosa e honesta Administração do Prefeito Elpidio de Almeida e em LAFAIÊTE CAVALCANTI para Vice-Prefeito.

CUIDADO eleitor com as Chapas da UDN, elas
têm manchas de sangue, e occultam
ameaçam a nossa Liberdade e a nossa

Na campanha municipal de 1951, em Campina Grande, surgiu uma nota anônima intitulada "Cuidado Eleitor Católico" contendo um texto anticomunista, objetivando combater a candidatura udenista de Argemiro de Figueiredo a prefeito do lugar, que agora, diferentemente do último pleito, contava com o apoio dos comunistas.

CORRIGENDA

Para efeito de conveniência anexamos à dissertação *“O PCB paraibano no Imaginário Social: O Caso Félix Araújo na Fase da “Redemocratização” (1945 – 1953)”* a corrigenda relacionada ao anexo do trabalho, cujas páginas não estão enumeradas. Vejamos:

As duas fotos da terceira página do anexo são do livro de SYLVESTRE, 1982, p.p. 33 e 49.

A foto da quarta página do anexo é do livro de BARBOSA, 1985, p. 59.

As duas fotos da quinta página do anexo são do livro de SYLVESTRE, 1982, p. 326.

A foto da sexta página é do Acervo Aluísio Afonso Campos/FURNE.

A foto da sétima página do anexo é do livro de SYLVESTRE, 1982, p. 133.

A foto da oitava página do anexo é do livro de SYLVESTRE, 1982, p. 120.

A foto da nona página do anexo é do livro de SILVA, 2003, p.172.

A foto da décima página do anexo é do livro de SYLVESTRE, 1982, p. 319.

A foto da décima primeira página do anexo é do livro de SYLVESTRE, 1982, p. 245.

A foto da décima segunda página do anexo é do livro de SYLVESTRE, 1982, p. 283.